



Coleção Fazer Jornalismo

Stela Guedes Caputo

SOBRE ENTREVISTAS

Teoria, prática e experiências

COLEÇÃO ENSINAR JORNALISMO

Stela Guedes Caputo

SOBRE ENTREVISTAS

Teoria, prática e experiências



<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>

O que normalmente se chama de "discurso público" é o conjunto das formas pelas quais a sociedade "conversa" sobre política, comércio, religião, cultura e vida social. O jornalismo constitui, claro, uma dessas formas. Mas no interior da própria forma existem formatos editoriais em que a conversa é tecnicamente privilegiada.

É este o caso da entrevista, um gênero que, apesar de todas as transformações das técnicas de comunicação, continua marcando época na mídia contemporânea. Em jornal impresso, rádio, televisão ou mesmo na Internet, pode-se colar ao desafio da boa entrevista a palavra "arte".

É da entrevista que trata este livro de Stela Guedes Caputo. Aqui se torna bem claro que esse gênero sintetiza elementos dos princípios fundamentais de elaboração do texto jornalístico, que são a humanização, a vulgarização e a autoridade. A primeira, de natureza francamente afetiva, pode apelar para a dramatização, por meio dos detalhes psicológicos da entrevista, com o objetivo de fazer o leitor compreender (simpatizando, emocionando-se) os aspectos não imediatamente evidentes de um acontecimento; a segunda diz respeito às possibilidades de se manter no nível da linguagem comum de uma interlocução, graças a exemplos, metáforas, parábolas, etc; a terceira suscita o reconhecimento dos argumentos de autoridade, na medida em que prestigia a palavra do entrevistado, mas também o próprio discurso do jornal.

Stela empreende um levantamento das diferentes maneiras de se conduzir uma entrevista.

Seguindo sua própria experiência profissional, complementados por diálogos com agentes diversificados. Seu trabalho se coloca a meio caminho entre a esfera da prática jornalística e a reflexão teórica, inclusive com momentos de interesse abertamente midiático, a exemplo da entrevista que ousa fazer com um participante de grupos de extermínio do submundo carioca. Tudo isso confere a este livro um interesse pedagógico irrecusável para estudantes ou profissionais de jornalismo, mas também ao público que busque ampliar conhecimentos sobre os bastidores da prática informativa.

Muniz Sodré

COLEÇÃO ENSINAR JORNALISMO

Coordenador: Clóvis de Barros Filho

— Sobre entrevistas: teoria, prática e experiências Stela Guedes Caputo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guedes Caputo, Stela

Sobre entrevistas : teoria, prática e experiências / Stela Guedes. — Petrópolis, RJ : Vozes, 2006.

ISBN 85.326.3306-4

Bibliografia.

1. Entrevistas I. Título.

06-1080

CDD-080

índices para catálogo sistemático:

1. Entrevistas : Teoria, prática e experiências 080

Stela Guedes Caputo

Sobre entrevistas

Teoria, prática e experiências

A EDITORA VOZES

Petrópolis

(c) 2006, Editora Vozes Ltda. Rua Frei Luís, 100 25689-900 Petrópolis, RJ Internet: <http://www.vozes.com.br> Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma

e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Editoração: Maria da Conceição Borba de Sousa Projeto gráfico e capa: AG.SR Desenv. Gráfico

ISBN 85.326.3306-4

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

Agradecimentos

Escrever um livro, por pequeno e simples que seja, claro, é um processo. Uma experiência que não começa quando nos sentamos para escrevê-lo e não se limita a este livro. Começa antes, bem antes e segue conosco para além do que publicamos. Muitas pessoas partilham desse espaço aberto no tempo e colaboram com nosso ofício mesmo sem saber e de incontáveis formas. Sem elas, nada seria possível. Por isso, tenho tanto a agradecer. À minha amada mãe, Dulce Caputo Gomes (in memoriam), companheira e amiga para sempre. Aos meus amados avós Maria Caputo e Ary Gomes (in memoriam). Aos meus filhos pelo companheirismo e amor. Ao meu ex-marido, Nelson Guedes, pai de meus filhos, pelo que vivemos e pelo apoio de uma vida inteira. À sua esposa, Alba. A meu pai, Expedito Saraiva, a meus irmãos e irmã, por nossa vida. À Palmira de Iansã, minha querida, sempre. A Maristela Possadas, pela amizade, pelo amor, entusiasmo, pacientes leituras e correções. Ao Camillo e ao Dida, pelo exemplo de coragem de viver sonhando e lutando. Aos amigos, Leonardo Boff, Francisco Moras, Volney Berkenbrock, Eduardo Coutinho, Augusto César, André Pórfiro e André Dias pelas sugestões e apoio.

Agradeço ao Professor Pedro Rodolfo Bodé que há muito, muito tempo me sugeriu caminhos preciosos e de quem nunca esqueci o entusiasmo e a paixão pelo que se faz. À querida amiga Sônia Norberto por sua amizade e dedicação à educação.

Agradeço aos amigos que trabalham na Associação de Docentes da UFF (Aduff): Alitane, Luiza, Paulinho, Mônica, Nildomar e Sheila. Vocês tornam a minha vida muito melhor, todo dia. Aos diretores dessa entidade e professores que lutam junto com ela para mudar esse país e em defesa da educação pública. Particularmente pelo apoio de: Paulo Cresciulo, Marcelo Badaró, Jacira, Kátia Lima, Helô, Sérgio Aboud, Juarez, Marina Barbosa, André Feitosa, Elaine, Sônia Lucio, Marcos Barreto, Waldyr, Wilma, Adriana, Maria Lúcia, Raphael, Jairo Paes e Kátia Maria. Aos amigos Iara e Ademir pela luz. A Flor, minha amiga, parceira e uma das melhores jornalistas que conheço. A Coaracy

Guimarães, meu amigo querido e companheiro de lutas que não cessam. A Manuela, Schuch e Nádia pela amizade absurda. A Ana Lúcia, Karina, Darlene, Michele, Carlinhos, Janeci, Katinha, Isabel, Nelson Freitas, Cláudia Santiago e Vito Giannotti, pela amizade e torcida. Ao Antônio, da Livraria da Travessa (Ouvidor), pelo carinho, imensa ajuda e por sempre me dizer que tudo dará certo, "nem que seja lá no final".

A Vera Lúcia Fagundes de Souza, amiga de todos os dias, para o que der e vier. A Vera Lúcia Andrade de Melo pela fé, pelo amor, pela confiança e a Victor pelo incentivo e força. A Vinícius, pelas críticas constantes e incessantes. A Beth e a Vera Gonçalves por nossas mãos sempre juntas, nas tristezas e alegrias. A Gisele, por nossas conversas que amenizam momentos difíceis. A Mário e Edson, meus amigos muito, muito amados. A Max Rocha. A Odilon Horta pelo apoio durante o tempo em que trabalhamos juntos, período em que a maioria dessas entrevistas foi realizada. Agradeço a Thelma pela amizade e por tantas conversas incentivadoras. Ao jornalista Paulo Oliveira com quem aprendi muito. A Erick Felinto, pelo apoio. Ao Frida, amigo, ainda que longe, bem longe, mas sempre presente.

A Carlos Alberto, do Sindipetro-RJ, pela colaboração fundamental a este trabalho, e ao fotógrafo e sempre parceiro Samuel Tosta, pelas fotos. As muitíssimo amadas, respeitadas e admiradas amigas do Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Culturas (Gecec) da PUC-Rio, em particular, à Professora Vera Candau pelo incentivo. É uma honra estudar, duvidar, discutir, escrever e partilhar sonhos com vocês. Aos professores do Departamento de Educação da PUC-Rio, principalmente às professoras Zaia Brandão, Rosália Duarte, Sônia Kramer e Isabel Lelis, pelo entusiasmo e incentivo. Agradeço ainda ao meu adorado amigo e professor Leandro Konder. Agradeço aos assessores de alguns entrevistados cuja colaboração foi fundamental para as autorizações das publicações das entrevistas neste livro. Aos entrevistados que dividiram comigo seu tempo, seus pensamentos e histórias. Agradeço especialmente aos alunos dos olhos apaixonados que duvidam, criticam, sugerem e tentam descobrir porque realmente querem escrever. Por fim, agradeço imensamente ao jornalista Eugênio Bucci pelas sugestões e conselhos. E, sem dúvida, agradeço ao Hari, evidentemente.

Para meus filhos Gabriela e Gregório, com um amor sem centro, sem bordas e infinito como o universo.

Para Nelson Guedes, pai de meus filhos e companheiro para sempre.

Para meu amado amigo Camillo, porque caminhamos sonhando.

"Escrever é encontrar o movimento certo, a velocidade certa, uma maneira de dançar."

"Escrever a vida inteira é o que nos ensina a escrever."

"Não conseguimos escrever sem a força do corpo. É algo que provavelmente tem a ver com amor." (Do filme Aquele amor, 2001)

Sumário

Apresentação — *Leandro Konder*

Prefácio — *Eugênio Bucci*

1. Antes das entrevistas

- 1.1. O sentido de nossa escrita
- 1.2. A entrevista (aproximações e conceitos)
- 1.3. A construção receptiva da entrevista
- 1.4. A construção ativa da entrevista
- 1.5. O tempo e o texto (ou de jornalistas, abelhas, papagaios e flores)
- 1.6. Jornalismo e pesquisa
- 1.7. A procura do bom texto (Tiros em Columbine)
 - 1.7.1. Dos acertos e dos erros
- 1.8. O texto do jornalista, o texto do pesquisador e o demônio da perversidade
- 1.9. Sobre a palavra-flor que é triste e sobre uma confissão
- 1.10. Das entrevistas que seguem

2. Notas gerais sobre entrevistas (ou 15 coisas que não podemos esquecer quando entrevistamos)

- 1. Pergunte primeiro se pode...
- 2. Esteja informado sobre o entrevistado
- 3. Faça um roteiro
- 4. 1, 2, 3, testando...
- 5. Na dúvida, senhor ou senhora
- 6. Ouça de verdade

7. Não dispute com o entrevistado
8. Não roube a idéia de ninguém
9. Reconheça o limite
10. Desconfie da memória
11. Não invente ninguém
12. Tenha paixão
13. Pergunte por último...
14. Solte o fio
15. Escolha os temas e edite
 - 15.1. Organize os eixos
 - 15.2. Eleja o título e olhos
 - 15.3. Revise e publique

3. Entrevistas com...

Boaventura de Souza Santos (jan./2003)

Nota: O complexo de Patolino

César Benjamin (fev./2004)

Nota: A entrevista longa

Dilma Rousseff e José Eduardo Dutra (jan./2003)

Nota: A entrevista coletiva

Diolinda Alves (mar./2004)

Nota: Planejar, perguntar e fotografar

Eduardo Moreira e Inês Peixoto (set./2003)

Nota: Entrevistar a quem amamos

Eugênio Bucci (nov./2002)

Nota: Pessoalmente ou por correio eletrônico?

Heloísa Helena (fev./2004)

Nota: Entrevistas por telefone

João Pedro Stédile (jan./2003)

Nota: Aprender com os erros

Leandro Konder (jan./2003)

Nota: Para concordar ou criticar

Leonardo Boff (1) — (ago./1997)

Leonardo Boff(2)-(jan./2003)

Nota: Pautas diferentes para o mesmo entrevistado

Marcelo Gleiser (ago./2002)

Nota: Entrevista às vezes é barro (porque às vezes vira outra coisa)

Marina Barbosa (nov./2005)

Nota: Quem são as fontes?

Muniz Sodré (set./2002)

Nota: Pensar sobre a própria prática — O papel da universidade

MV Bill (jul./2002)

Nota: Aceitamos todas as condições?

Nega Giza (mar./2004)

Nota: O complexo de pernalonga

Vito Giannotti (ago./2002)

Nota: Jornais sindicais e outros específicos — Fazer sempre da melhor maneira em qualquer veículo

Entrevista com M.A. (membro de grupo de extermínio)

Nota: O complexo de coioite

Metaentrevista com Muniz Sodré (set./2002)

Ultima nota: Perguntar como a criança pergunta pingue-pongue infinito

Referências bibliográficas

Apresentação

A história da nossa amizade começou com o ingresso de Stela no curso de mestrado em educação da PUC-Rio. Ela acompanhava as aulas e eu acompanhava sua trajetória de crescimento.

Na hora do cafezinho, o papo corria solto, a gente trocava idéias sobre o Brasil, sobre o mundo e sobre os problemas da nossa frágil condição humana. Foi aí que eu comecei a me dar conta da força da Stela, uma mulher que cuidava da casa, dos filhos e, apesar das dificuldades — "matando um leão por dia" —, a teimosa criatura conseguia cumprir as tarefas da pós-graduação. De onde ela tirava a energia para as sucessivas batalhas acadêmicas? É difícil dizer. Mas as metas foram alcançadas.

Fui à defesa de tese, conclusão do doutorado. Stela tinha investigado como crianças pequenas viviam a participação nos rituais de candomblé. E, com a delicadeza que lhe é peculiar, trouxe para o auditório da PUC as famílias humildes que a tinham ajudado durante a pesquisa. Acho que nunca o auditório Padre Anchieta ficou tão simpaticamente colorido!

Paralelamente aos estudos universitários, Stela trabalhava na esfera sindical como jornalista e ainda como professora de jornalismo. As condições da atividade profissional lhe permitiam participar — sempre apaixonadamente — da vida política, fiel à sua revolta contra as injustiças sociais. E lhe permitiam, também, dedicar-se ao ensino.

Para ser a excelente entrevistadora que ela é, e para poder dar aos estudantes as dicas que se encontram neste livro, Stela não perde contato com a cultura, especialmente com a literatura e as artes. Para ensinar melhor, está sempre aprendendo, lendo os seus escritores preferidos, tentando entender melhor a realidade atual.

Parece que a minha querida amiga arranjou um jeito de reunir e cultivar suas grandes paixões: a luta política, a educação, o jornalismo, a literatura e as artes. O livro Sobre entrevistas revela isso.

Não sei o que pensam sobre Stela as pessoas que ela entrevistou. Desconfio, porém, que não sou o único entrevistado a dizer: a discreta e competente entrevistadora deveria trocar de lugar comigo. Tive a impressão de que me sentei do lado errado da mesa. Stela é uma das pessoas mais interessantes que conheço. Eu é que devia entrevistá-la.

Leandro Konder

Prefácio

Do dever ao prazer

Tem a ver com treino, tem a ver com formação, tem a ver com a nossa convicção. O jornalismo, sendo uma função social, um serviço ao público, à sociedade, ao cidadão, requer de seus praticantes que, antes de escrever, pautar, editar, apurar ou veicular um texto jornalístico, pensem nos direitos, nas necessidades e no interesse do leitor, do ouvinte, do telespectador, do internauta, o único destinatário da notícia. As perguntas que a tudo precedem dizem respeito ao cidadão:

- 1) Ele tem o direito de receber esses dados, de tomar conhecimento de todos eles?
- 2) Ele precisa disso, mas precisa de fato, ou seja, a que necessidades relevantes desse consumidor legítimo de notícias esse texto corresponde?
- 3) Ele vai querer ouvir, ver ou ler a reportagem, quer dizer, ele está devidamente alertado para o fato de que precisa dessa reportagem e, portanto, vai formar a sua vontade de conhecê-la?
- 4) Ele tem consciência da urgência com que ele precisa tomar conhecimento do texto?
- 5) Ele vai desejar tomar (e não apenas querer) conhecimento dessa reportagem?

Essas perguntas merecem comentários sucintos. Cada uma delas sintetiza um crivo para separar a notícia relevante da notícia supérflua (a não-notícia), ou o texto jornalístico que faz diferença daquele que poderia ser deixado pra lá. O bom texto jornalístico é: 1) subordinado ao direito à informação; 2) necessário; 3) percebido e reconhecido como necessário; 4) urgente; 5) dialoga de perto com o desejo daquele a quem se destina.

Vamos pensar um pouco mais sobre essas cinco perguntas. Começando pela primeira: "Por que o cidadão tem o direito de receber os dados que a reportagem vai tornar públicos?" É uma interrogação crucial. Se os dados que são apresentados se baseiam em coleta ilegal de informação, como escutas clandestinas, ou se eles resultam de uma invasão deliberada de privacidade, ou, ainda, se eles resultam da leitura de documentos roubados, o público não tem o direito de conhecê-los. Não tem, a não ser em situações excepcionais e,

destas, não é o caso de tratar aqui. Antes de tudo, aquilo que se publica precisa obrigatoriamente corresponder ao direito à informação.

Este dá o piso e o teto da informação publicada. A instituição da imprensa tem o dever de buscar tudo aquilo que o público tem o direito de saber e, no teto, não está autorizada a ir além disso.

A segunda pergunta se refere, além do direito, à necessidade do leitor, do ouvinte, do telespectador, do internauta. Um texto jornalístico que esteja dentro do direito à informação mas que seja absolutamente dispensável para aqueles a quem se destina, convenhamos, não merece ser publicado. O jornalista é um soldado das necessidades do seu público e a elas deve estar atento a cada linha, a cada vírgula, a cada silêncio. Exatamente disso decorre a terceira interrogação: "Por que o público, seja ele um público amplo ou um público especializado ou segmentado, vai formar a sua vontade na direção de gastar o seu tempo e dedicar alguns minutos para entender a notícia que a ele é oferecida?" De nada adianta uma reportagem importantíssima, relevantíssima, utilíssima se desses superlativos todos o público não estiver avisado. Ela será ignoradíssima. Uma boa matéria é capaz de proclamar, com a devida clareza, a sua própria relevância. É o seu senso de urgência implícito.

O que nos conduz à quarta interrogação: "Por que o público vai entender que tomar conhecimento dessa reportagem é uma necessidade urgente?" Ou, em outros termos, como é que o veículo que publica a reportagem ou a entrevista saberá deixar claro para o seu público que aquela leitura não pode ser adiada por um segundo sequer?

O senso de urgência, em jornalismo, é tudo. Se você escreve no jornal, ou no site, ou no seu blog um conteúdo supostamente jornalístico e o seu público conclui rapidamente que, bem, aquilo até que é interessante, mas poderá esperar para ser lido mais tarde, mau sinal. Você estará abastecendo o criado mudo do seu cliente, ou estará contribuindo para o acervo de alguma biblioteca, isso na melhor das hipóteses, mas não estará oferecendo jornalismo de verdade para a sociedade. O jornalismo ganha do tempo, vence a luta contra o relógio, e isso tanto na hora da pauta como na hora da apuração, da redação, da edição, da veiculação e da recepção. Se o seu público sente que a sua entrevista pode ser lida depois, das duas uma: ou você não foi competente

para deixar nítida a urgência daquela informação ou ela, de fato, poderia ter sido publicada um pouco depois, com ganho de qualidade.

Por fim, o desejo. Ou, antes de tudo, o desejo. Explico-me: o desejo, claro, vem antes do resto mas, aqui, para o método dessa tal de profissão a que se chamou jornalismo, ele é o quinto critério. Não é menor que os anteriores, mas é subordinado aos outros. Isto dito, vamos a ele. Uma grande peça jornalística desperta na sua audiência não apenas o convencimento racional acerca de sua relevância, de sua pertinência, de sua urgência, mas também aciona o desejo da audiência. O desejo, como se sabe, é diferente da vontade, que passa pelos crivos da razão, do cálculo, dos prós e contras. O desejo, não: responde a demandas menos mediadas, mais profundas ou menos adestradas. Quando o jornalismo alcança essa proeza ele consegue flertar com a dimensão estética que é própria da arte. Mas, é bom que fique claro, em matéria de jornalismo, só o desejo não adianta nada.

O entretenimento, por exemplo, consegue dialogar com o desejo, dada a sua natureza de arte industrializada, e nem por isso é relevante, nem por isso corresponde necessariamente ao direito à informação, nem por isso é urgente e nem por isso conta com o convencimento racional do público sobre as suas utilidades intrínsecas.

E o termo utilidade vem a calhar: ao contrário da arte, o jornalismo tem o dever de ser útil; aquilo que ele diz precisa ser aplicável à vida prática, da culinária à política.

Só depois disso é que o jornalista, ou a pessoa do jornalista, entra em questão — se é que ele deve entrar em questão quando se trata de servir o público. É comum que um iniciante se pergunte, secretamente, achando que ninguém mais vai perceber: "Será que com esse meu lead eu vou parecer assim, avassaladoramente inteligente?"

Ou: "Esse texto aqui, será que ele firma o meu estilo e vai me tornar mais conhecido?" Tudo isso são armadilhas no caminho, armadilhas da vaidade que mais atrapalham do que ajudam. Claro que a vaidade é indissociável dessa profissão, mas ela deve ser enraizada não nos truques de estilo e sim naquilo que é essencial e urgente para o cidadão. O jornalista vale menos pelo penteado e vale mais pelo valor da informação que oferece. Talento é indispensável, trabalho é indispensável, estilo ajuda quando é natural; no

jornalismo, a linguagem está a serviço da rapidez, da clareza, do público. O jornalismo pode ser um discurso — e, de fato, é um discurso — mas não é uma arte, ainda que com ela possa abrir fronteiras.

Portanto, depois de assegurar-se que presta um serviço para o público é que a personalidade, o ideário, as convicções pessoais de cada um podem entrar em cena.

É fundamental, por certo, que o profissional não falseie a sua condição pessoal, não permita que ela contamine a informação — que, não custa repetir, não pertence a ele mas ao público e que, portanto, deve chegar ao público sem distorções deliberadas ou involuntárias — e não permita também que essa condição, quando tiver alguma relação com o objeto da notícia, seja sonegada ao público. Mais ainda, é fundamental que ele atue com alma, com uma dedicação apaixonada, ou não produzirá nada que valha a pena. O déficit de entusiasmo acabará deteriorando a qualidade do que se produz. E aí é que entra, e entra muito bem, este livro da jornalista e professora Stela Guedes Caputo. Ela ensina, com brilho, com fibra e fundamentação teórica e prática, como o jornalista iniciante deve começar a longa trilha dessa modalidade vasta e tão rica que é a entrevista.

Stela começa por uma pergunta: "Por que estou escrevendo isto?" O que ela diz em seguida é vital: "Quando encontro a resposta, recupero o sentido de minha escrita".

Assim, deixo com ela a palavra a partir de agora. Stela começa onde eu termino. Tratei, neste breve prefácio, de elencar as perguntas relativas aos deveres do jornalista. Creio que eles podem servir como uma introdução a este livro sobretudo porque Stela tratará bastante da realização existencial do jornalista, dos prazeres que a profissão pode reservar, da maneira como cada um pode se jogar inteiro no que faz. O que ela discute, as suas proposições polêmicas e as suas confissões corajosas saberão conduzir o leitor, sobretudo o estudante e o jovem profissional, por um caminho cheio de encantos e de lições valiosas. Eu aprendi bastante com a leitura deste livro. Desejo o mesmo a todos os que vierem depois de mim.

Eugênio Bucci

Antes das entrevistas

Tenho lecionado a disciplina Técnicas de Entrevista em cursos de Jornalismo. Essa experiência vem sendo rica por vários aspectos. Um deles é poder vivenciar a angústia dos alunos interessados em construir um bom texto. Na verdade, digo a eles, esta angústia não nos abandona quando terminamos o curso. Ela é própria deste ofício e nos acompanhará durante toda profissão. Mas, é nessa angústia vivenciada em sala de aula que tento pensar em como responder aos olhos inquietos de meus alunos.

Para o bem ou para o mal as fórmulas podem até ajudar, mas não resolvem. Sei apenas, e também digo a eles, que muitas pessoas (jornalistas, pesquisadores e quem quer que resolva passar a vida escrevendo) o farão como quem quebra pedras, arrancando as palavras de sua existência e cimentando-as como tijolos em paredes. Escreverão muros e não textos. Escrevemos quando sentimos que passamos por uma experiência. A construção de um texto é uma experiência singular. Ao vivê-la, escorre por nossas mãos o lugar de onde somos e o modo como olhamos o lugar em que estamos. Deixamos no tecido do texto as fibras das nossas mãos e de outras que por nossas mãos passaram.

Ao mesmo tempo, ao finalizarmos nosso trabalho e levantarmos os olhos das telas de nossos micros, já não vemos o mundo como antes. É porque também somos transformados pela experiência de escrever, quando ela, de fato, acontece.

Muniz Sodré define narrativa como "todo e qualquer discurso capaz de evocar um mundo concebido como real, material e espiritual, situado em um espaço determinado" (Sodré, 1986, p. 11). O romance, diz este autor, o conto, às vezes mesmo o poema, constituem formas diferentes de narrativa. Mas Sodré também afirma que a narrativa não é privilégio da arte ficcional, já que,

para ele, quando o jornal diário noticia um fato qualquer, como um atropelamento, já traz aí, em germe, uma narrativa.

Assim, Sodré entende a reportagem como um dos gêneros jornalísticos e como a forma-narrativa do veículo impresso. E é essa forma narrativa do veículo impresso que nos desafia cotidianamente. Os olhos dos alunos interrogam e esperam ansiosos, papel na mão, por uma fórmula.

E fórmulas, repito, não resolvem porque não dão conta do labirinto. Por entender assim a narrativa é que sempre inicio o curso de Técnicas de Entrevistas com a lenda grega de Teseu e o Minotauro. Foi principalmente para estudantes de jornalismo que escrevi o que segue, mas escrevo também para os que se aproximam da pesquisa e farão das entrevistas instrumentos para seus trabalhos.

1.1. O sentido de nossa escrita

Esta narrativa recorda uma época na qual a Grécia era dominada pela ilha de Creta, e Atenas ainda não era uma poderosa Cidade-Estado. Diz a lenda que os atenienses tremiam diante da simples menção de Creta e não era sem motivo. A cada nove anos, o Rei Minos de Creta exigia dos atenienses um imenso sacrifício: sete jovens homens e sete jovens mulheres eram enviados à ilha para servir de alimento ao assustador Minotauro que habitava o centro de um labirinto. Num determinado ano, o jovem Teseu está entre os que serão sacrificados.

No banquete oferecido às vítimas, Teseu conhece Ariadne, filha do Rei Minos, que fica encantada com aquele jovem corajoso. É Ariadne quem fala a Teseu sobre o complicado labirinto e de seus inúmeros caminhos que confundem os olhos e a mente da vítima que, desesperada, jamais encontra a saída. Apaixonada, Ariadne dá ao jovem um novelo de linha e, como se sabe, é graças a ele que Teseu consegue entrar no labirinto, se localizar dentro dele, perceber os caminhos errados, matar o Minotauro e encontrar a saída.

Olhando a tela em branco de nossos micros, podemos nos sentir, alunos e profissionais (por mais experientes), diante de um complicado labirinto. Pior, o texto, em geral, vira um monstro pavoroso que ameaça nos devorar. Muitas vezes sabemos como começar e terminar, mas o meio é um tormento. Por

outras, temos o meio na cabeça, mas falta um bom "gancho" para iniciar e um bom final para concluir. Para penetrar no labirinto de nosso texto e encontrar a saída precisamos do precioso fio de Ariadne. Acredito que todo profissional que trabalha com a escrita tenha seu próprio fio de Ariadne. O meu tem sido a pergunta: "Por que estou escrevendo isto?"

Quando encontro a resposta, recupero o sentido de minha escrita. Quando não encontro, me perco e sucumbo diante do Minotauro, ainda que termine o texto. — Ao fornecer o novelo a Teseu, Ariadne garantiu a este um sentido, a direção para ir e vir. Acredito que saber por que escrevemos já é meio labirinto andado, mas não adianta saber por que escrevemos se, na verdade, não conseguimos escrever. Além de saber por que escrevemos importa saber como escrevemos. Por fim, gostaria de ressaltar que Ariadne salva Teseu porque estava apaixonada por ele. A paixão pode promover em nós grandes movimentos. A paixão nos move, nos lança aos desafios, à vida. E por ser completamente apaixonada pelos temas dos quais falo aqui que entrevistei estas pessoas. Na metaentrevista que fiz com o Professor Muniz Sodré, publicada ao final desse livro, ele alerta que o fascínio pelo entrevistado pode atrapalhar o entrevistador. O alerta é válido. Há que se encontrar (ou pelo menos tentar encontrar) serenidade e equilíbrio para que nossas paixões não embacem nosso olhar, nos paralisem ou nos destrambelhem. Isso para qualquer tipo de paixão. Apesar disso, reafirmo: a paixão pelos temas e pelas pessoas me move e me salva, como Teseu foi salvo do labirinto.

1.2. A entrevista (aproximações e conceitos)

Uma das dúvidas mais recorrentes de alunos é sobre entrevistas. Angustiam-se com sua organização, com a abordagem do entrevistado, com o momento da entrevista em si, com sua edição. A preocupação se justifica. Tenho tentado entender o que é a entrevista. Reuni algumas definições, mas ainda assim não consigo reter seu significado. Isso é terrível porque sabemos que os textos acadêmicos trabalham com conceitos. Para não passar a equivocada impressão de que desprezo os conceitos, selecionei algumas tentativas de definição elaboradas por jornalistas e pesquisadores para nos aproximarmos um pouco do que se tenta designar de "conceito" de entrevista. Adianto que concordo com todos esses autores. Todos, de alguma forma,

tentaram "cercar" o conceito, mas a palavra escapa. Por isso, sou levada a acreditar que algumas palavras não se dão aos cercados e fogem, escapando à fixação. Para Cremilda de Araújo Medina:

A entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpretação informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em todos estes ou outros usos das Ciências Humanas, constitui sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano (Medina, 2002, p. 8).

Se for considerada apenas uma técnica eficiente para obter respostas pré-pautadas por um questionário, a entrevista não promoverá a comunicação entre pessoas.

Esta, para Medina, só será alcançada se a entrevista possibilitar o diálogo. Esta autora acredita que quando o diálogo autêntico acontece, entrevistado e entrevistador saem alterados do encontro. Outra tentativa de definição é apresentada pelo jornalista Nilson Lage. Para ele:

A entrevista é o procedimento clássico de apuração de informações em jornalismo. É uma expansão da consulta, objetivando, geralmente, a coleta de interpretações e a reconstituição de fatos (Lage, 2003, p. 73).

Lage considera a palavra entrevista ambígua significando, de acordo com ele: a) qualquer procedimento de apuração junto a uma fonte capaz de diálogo; b) uma conversa de duração variável com personagem notável ou portador de conhecimentos ou informações de interesses para o público; c) a matéria publicada com as informações colhidas em (b).

Quando se refere a perfil, o jornalista Muniz Sodré acaba cercando um pouco do que percebe como entrevista:

Em jornalismo, perfil significa enfoque na pessoa — seja uma celebridade, seja um tipo popular, mas sempre o focalizado é o protagonista de uma história: sua própria vida. Diante desse herói (ou anti-herói), o repórter tem, via de regra, dois tipos de comportamento: ou mantém-se distante, deixando que o focalizado se pronuncie, ou compartilha com ele um determinado momento e passa ao leitor essa experiência (Sodré, 1986, p. 126).

Sodré define o primeiro caso descrito como entrevista clássica, que não exige necessariamente o contato pessoal. Pode ser feita, diz Sodré, por telefone ou por escrito. Sobre o resultado obtido neste contato diz o autor:

O texto consiste numa apresentação sumária, feita de dados referenciais, seguida de perguntas e respostas. Na maioria dos casos, termina com a palavra do entrevistado. Às vezes, porém, há um pequeno fecho, ligeiramente pronunciante, mas de um modo geral distanciado (Sodré, 1986, p. 126).

Em uma palestra proferida em novembro de 2000, durante um dos cursos de Imprensa Sindical promovido pelo Núcleo Piratininga de Comunicação, o jornalista Ricardo Kotscho disse não saber se a entrevista é uma técnica ou uma arte. Sei, disse ele, "que a entrevista é apenas um instrumento básico de trabalho, que, aliás, utilizo com muita dificuldade. Sempre tive pavor de conversar com estranhos e, mais ainda, de parecer xereta, inoportuno, inconveniente. Quer dizer, poderia ser tudo na vida, menos repórter", brincou Kotscho.

Técnica, procedimento, instrumento, arte, diálogo? Podemos refletir sobre as breves análises aqui apresentadas. Sem dúvida, essas tentativas de aproximações são importantes e fazem com que nós jornalistas ao menos nos questionemos sobre o significado de uma prática que nos é cotidiana.

Quanto a mim, penso que a entrevista é uma aproximação que o jornalista, o pesquisador (ou outro profissional) faz, em uma dada realidade, a partir de um determinado assunto e também a partir de seu próprio olhar, utilizando como instrumento perguntas dirigidas a um ou mais indivíduos. Mas é só isso? Talvez não. Então aqui, outra vez, a palavra escapa, não consigo aprisioná-la em um conceito. Fico feliz por isso. Palavras fogem porque se dão à liberdade. O que sinto, e apenas sinto, é que, quando o jornalista realiza bem essa aproximação, a entrevista se torna uma experiência. Uma experiência de olhar o mundo e ouvir o outro.

É por isso que a entrevista, pelo menos para mim, é o que existe de melhor no jornalismo e na pesquisa. Ouvindo o que Alfredo Bosi diz sobre o olhar refleti sobre duas formas de construir essa aproximação. Mas ouçamos primeiro o que sugere esse autor sobre o olhar-conhecimento. De acordo com ele, os gregos e os romanos pensaram em duas dimensões axiais do olhar: o olhar receptivo e o olhar ativo. Bosi diz que o olho, fronteira móvel e aberta

entre o mundo externo e o sujeito, tanto recebe estímulos luminosos, logo pode ver, ainda que involuntariamente, quanto se move à procura de alguma coisa, que o sujeito irá distinguir, conhecer ou reconhecer, recortar do contínuo das imagens, medir, caracterizar, interpretar, em suma, pensar.

Há um ver-por-ver, sem o ato intencional do olhar; e há um ver como resultado obtido a partir de um olhar ativo. No primeiro caso, o cego, curado de sua doença, poderá dizer: "Estou vendo!" No segundo, a pessoa dotada de visão, depois de olhar atentamente para o céu, exclamará: "Finalmente consegui ver a constelação do Cruzeiro" (Bosi, in Novaes, 1988, p. 66).

Se, como nos diz Bosi, podemos distinguir duas maneiras de olhar, um olhar receptivo e um olhar ativo, podemos nos relacionar com o ofício de entrevistar também de duas maneiras: uma receptiva e outra ativa.

1.3. A construção receptiva da entrevista

Como jornalistas, durante toda nossa vida profissional, recebemos e sugerimos inúmeras pautas e começarei conversando sobre as pautas que recebemos. Na verdade, esse é um dos aspectos fascinantes da profissão. Ou seja, chegar ao jornal ou revista em que se trabalha sem a menor idéia do que o chefe de reportagem tem para você e fazer, no mesmo dia, duas ou três pautas completamente diferentes. É esta situação que chamo de construção receptiva das entrevistas e, conseqüentemente, das matérias que escrevemos. A pauta vem para o jornalista e ela acontece sempre de segunda mão. Assunto, fontes, pesquisas são sugeridas pelo editor, pelo chefe de reportagem, por colegas de redação.

Ouvimos ou lemos atentamente a pauta e seguimos em busca de nossas matérias. Mas, se quiser fazer boas entrevistas e reportagens, o jornalista, tão logo receba sua pauta, deve sair imediatamente da construção receptiva e assumir a construção ativa. Do contrário, estará tomando o cômodo caminho da passividade. Falo então aqui de uma construção ativa assumida a partir da construção receptiva. Vou dar um exemplo. Certa vez, o jornalista Paulo

Oliveira, editor do jornal em que trabalhava, me deu a seguinte pauta: fazer um levantamento dos terreiros de candomblé ou umbanda na Baixada Fluminense. Eu deveria levantar nomes, casas, etc. Ao chegar no primeiro

terreiro indicado por uma fonte me deparei com crianças que exerciam diversas funções neste ritual e se preparavam para receber orixás.

Evidentemente toda pauta mudou e a matéria foi publicada com o título: "Os netos de santo". O que fiz nesse exemplo foi sair da construção receptiva para a construção ativa. Fazemos isso estando atentos às mudanças que a realidade nos sugere ou nos impõe. Não tenho nada contra a construção receptiva das entrevistas e matérias, muito pelo contrário, e falarei de sua importância daqui a pouco. Um jornal não sobrevive sem isso. Afinal, em tese, todo jornalista deve ser capaz de receber uma pauta e dar conta dela. Mas é o que chamo de construção ativa da entrevista e da matéria que penso que todo jornalista deve buscar.

1.4. A construção ativa da entrevista

A construção ativa de uma grande entrevista ou de pequenas entrevistas para a elaboração de uma matéria, parte do jornalista. Ele pega o fio de Ariadne: "Por que estou escrevendo isso?" — do qual falei anteriormente —, mas já se perguntou antes: "Sobre o que julgo importante escrever?" Pergunta sempre: "O que me incomoda na realidade que vejo?" "O que me desassossega?" Somente dessa forma o jornalista conseguirá distinguir o modo como percebe a realidade: entre olhá-la simplesmente — e, portanto, apenas recebê-la — e vê-la ativamente — e, portanto, buscá-la.

Essa atitude do jornalista não surge do além. Ela não brota espontaneamente porque também é uma construção. E como construímos esse olhar, essa aproximação? Construímos socialmente. O jornalista é uma pessoa com opções ideológicas que vão sendo construídas aos poucos e isso, claro, não acontece apenas com jornalistas. Um advogado, por exemplo. Sua vida profissional está construída a partir de suas escolhas ideológicas. É o modo como o advogado percebe a realidade que definirá se num caso de uma ocupação de terras ele ficará do lado do proprietário ou do lado dos ocupantes.

Da mesma forma, são as construções ideológicas do jornalista que atravessarão ou conduzirão sua abordagem na matéria sobre essa mesma ocupação. É preciso reconhecer essa construção ideológica para que não se

caia na hipocrisia da neutralidade. Porque neutralidade não há. O que existe é a sociedade com todas as suas contradições.

Algumas contradições se conciliam, outras são irreconciliáveis. São tensões permanentes, de classe, culturais, sociais. Ao escrever nos colocamos sempre de um lado ou de outro, ainda que neguemos. É sobre essa sociedade que escrevemos a partir do ponto de vista que construímos.

Deixemos que a revista Veja nos fale um pouco sobre o que estou discutindo. A capa da edição 1648, de 10 de maio de 2000, traz uma bandeira do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a seguinte manchete: "A Tática da Baderna — O MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista". Na p. 42, Veja abre a matéria com o seguinte título: "Sem terra e sem lei". Na p. 44 lemos o seguinte trecho: "Numa palavra, o MST não quer mais terra. O movimento quer toda terra, quer tomar o poder no país por meio da revolução e, feito isso, implantar por aqui um socialismo tardio, onze anos depois da queda do Muro de Berlim, num momento em que Cuba e Coréia do Norte são praticamente o que resta de modelos a imitar nessa área". A matéria refere-se às ocupações de prédios públicos promovidas pelo MST nessa época. Várias manifestações foram promovidas em todo Brasil e, no Paraná, o sem-terra Antônio Pereira foi assassinado.

Um jornalista assina a matéria e, ao final, indica que seu texto foi produzido com reportagem de mais seis jornalistas. O que podemos com toda certeza garantir é que nenhum, absolutamente nenhum desses sete profissionais foi neutro ou isento ou imparcial. O texto inegavelmente ataca o MST. Um jornalista com convicções distintas escreveria uma reportagem completamente oposta a esta. Diferente da revista Veja e outros veículos, há jornalistas que respeitam o MST quando o movimento diz que "ocupa" terras e prédios públicos, já que "ocupar" e "invadir" são conceitos políticos absolutamente distintos. Esse jornalista acredita nisso e ficará indignado com a morte de Antônio Pereira, o sem-terra assassinado. Cada letra que digitar nascerá dessa indignação e espiará comprometida com ela. Mas não é só isso. O jornalista também se confronta com as opções fechadas pela estratégia política do veículo em que trabalha, com o conjunto de opções que o veículo faz sobre seu próprio discurso e com a paisagem mais geral ideológica em que

os debates se movem. São tensões com as quais o jornalista lida diariamente e que podem comprometer sim a objetividade de uma matéria.

Se quiserem procurar ser o mais objetivos possível, os jornalistas (neste caso, tanto os que são favoráveis ou contrários ao MST) podem, como recomenda Bucci, buscar o equilíbrio.

[...] Não se pode pretender que todos os que cubram assuntos religiosos sejam indiferentes às manifestações da fé. Não faz sentido. Como seria o jornalismo se todos os que falassem de futebol não apreciassem a arte dos craques, se todos os que cobrissem a área política defendessem a abstenção sistemática em todas as eleições, se todos os que fotografassem moda considerassem todos os desfiles uma celebração de futilidade e se todos os que escrevessem sobre religião fossem ateus resolutos? O ideal ético para superar esses dilemas de consciência requer a derrubada da impostura da neutralidade e, em lugar dela, a busca de um equilíbrio, de uma pacificação entre as convicções e crenças pessoais do jornalista e o nível de objetividade requerido pelo público. Do encontro desse equilíbrio depende a condição de diálogo do jornalista (e do veículo) com seu público. Em outras palavras, a legitimidade do jornalista como narrador dos fatos sociais depende também do encontro desse equilíbrio (Bucci, 2002, p. 101).

Trata-se de uma recomendação que deve ser constantemente lembrada. Contudo, acredito que para as grandes questões (chamo de grandes questões todo e qualquer tema que envolva grandes conflitos de interesses entre classes e culturas), o equilíbrio, por mais que o jornalista o busque, tomba. E tomba para o lado do poder com o qual estiver afinado o veículo em que o jornalista estiver trabalhando.

Deixando por aqui a discussão sobre as duas maneiras ou caminhos para se construir nossas entrevistas, gostaria de dizer ainda o seguinte: para construir ativamente nossa prática jornalística temos de aprender primeiro a construir nossa recepção. Sem a construção receptiva, a construção ativa não existe. Se não soubermos receber o que a vida nos mostra, se não nos impregnarmos de vida enquanto vivemos/escrevemos, matamos nossa escrita e nosso corpo torna-se apenas uma casca, um invólucro para nosso texto morto.

1.5. O tempo e o texto (ou de jornalistas, abelhas, papagaios e flores)

Dizia Marx que uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Contudo, para este filósofo, algo fundamental distinguia o pior arquiteto da melhor abelha. "[...] é que ele [o arquiteto] construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste exigiu a imaginação do trabalhador" (Marx, Karl. O capital. Vol. 1, p. 149 e 150). A casa imaginada percorre o corpo do arquiteto até constituir-se na casa real. Podemos perguntar com Marx o seguinte: "Qual a diferença entre o pior jornalista e o melhor dos papagaios?" Também o jornalista imagina seu trabalho, sua ação, sua escrita e sua fala, rompendo assim com o não-texto. Se não quiser ser apenas um repetidor (escrevendo ou falando), um tagarela sem sentido algum para si mesmo, o jornalista precisa deixar de ser um papagaio, por melhor performance que o papagaio consiga atingir e, por isso, agradar.

O jornalista sempre corre contra o relógio. O tempo acaba sendo um dos nossos grandes inimigos. Pressionados, perdemos o que não podemos perder, perdemos a relação com o texto. Ele nasce simultaneamente na nossa cabeça e na ponta de nossos dedos e, mal nasce, já morre, porque o esmagamos contra o teclado. O não-texto começa assim, quando somos abelhas construindo mecanicamente uma colméia ou meros papagaios repetindo sem pensar.

Se tivermos um pouco mais de tempo para conviver com o texto que ainda está em nós, aí sim recuperamos não só o sentido, mas também o prazer da escrita que não acontece só no teclado. A escrita acontece o tempo todo e não cessa de acontecer. Em alguns momentos, o assunto se impõe tão fortemente que tudo parece ficar em câmera lenta e o tempo se torna diferente aos nossos olhos. Fotografamos, sem a máquina fotográfica, imagens que se sobrepõem ao longo de um dia. Se piscarmos lentamente a imagem é gravada e essa escrita de luz fotográfica vai acontecendo em nosso corpo onde quer que estejamos.

O texto segue então conosco e é excelente companhia. Atravessando a rua, conversando com os amigos, no cinema ou participando de uma reunião, sentimos uma palavra estalar na boca, colhemos uma intenção. Há temas que

nos plantam perguntas que crescem em nosso corpo e espalham-se como galhos floridos de manacá abrindo flores brancas e lilases perfumadas por nossa pele. São palavras-flor alegres. Contudo, dependendo do assunto, podem nos crescer por dentro palavras-flor tristes sobre as quais falarei mais tarde.

1.6. Jornalismo e pesquisa

Além de jornalista, sou pesquisadora. Portanto, convivo com entrevistas, tanto no jornalismo como nos tipos de pesquisas que venho desenvolvendo. Jornalistas e pesquisadores realizam entrevistas da mesma forma? Não. Não realizam. São funções diferentes para objetivos distintos. Acredito, porém, que um ofício pode contribuir muito com o outro se olhados criticamente. Vejamos então como o sociólogo francês Pierre Bourdieu critica nossa profissão:

Os jornalistas, submetidos às exigências que as pressões ou as censuras de poderes internos e externos fazem pesar sobre eles, e, sobretudo a concorrência, portanto a urgência, que jamais favoreceu a reflexão, propõem muitas vezes, sobre os problemas mais candentes, descrições e análises apressadas, e amiúde imprudentes; e o efeito que produzem, tanto no universo intelectual como no universo político, é ainda mais pernicioso, às vezes, porque estão em condição de se fazer valer mutuamente e de controlar a circulação dos discursos concorrentes, como os da ciência social (Bourdieu, 1997, p. 733).

A obsessão com o furo, a tendência a privilegiar sem discussão a informação mais recente são outras das inúmeras críticas que Bourdieu faz aos jornalistas. Concordar com elas é uma forma de nos autocriticarmos e de melhorar nossa atuação. Gostaria de discutir um exemplo através de uma fotografia publicada no jornal O Dia em 1993. Sugiro imaginarmos a postura de um jornalista e de um pesquisador diante da mesma imagem.

A foto mostra um grupo de garotos em torno de um corpo também de um menino, morto no chão. Os meninos riem. O jornalista, pressionado pela urgência e pela obsessão com o furo (do qual nos fala Bourdieu), percebe o real com extrema rapidez e publica a foto no dia seguinte. Seu texto apressado certamente enfatizará a banalização da violência. O pesquisador, se estiver preocupado com as tensões do real, e avisado das interferências que, por exemplo, a máquina do fotógrafo pode provocar no real observado, se

perguntará: "As crianças riem do corpo morto no chão ou para a máquina do fotógrafo?"

Bourdieu chama de violência simbólica¹ tudo que pode afetar e distorcer as respostas em uma entrevista. O gravador pode mudar o comportamento do entrevistado que pode, por exemplo, omitir informações fundamentais pelo fato de saber que o que diz está sendo gravado. Por outro lado, existem pessoas que só falam na "presença" do gravador. Certa vez perdi uma entrevista importante com uma atriz porque estava sem gravador. Disse-me ela: "Vocês já distorcem tudo o que falamos quando gravam o que dizemos, imagina se não gravarem". Isso mostra o quanto de credibilidade tem nossa profissão.

Tanto a máquina fotográfica como o gravador podem causar timidez em uns, exibicionismo em outros. Bourdieu também nos chama a atenção para os sinais de feedback que pesquisadores fornecem ao entrevistado aprovando suas respostas. Alerta o sociólogo que essas trocas chegam ao ponto de qualquer distração do olhar do entrevistador ser suficiente para causar embaraço no entrevistado. Por outro lado, sinais de desaprovação emitidos também pelo entrevistador podem mudar o rumo das respostas de nossos interlocutores. Este autor também enfatiza que o pesquisador deve esforçar-se ao máximo para "dominar os efeitos (sem pretender anulá-los); quer dizer, mais precisamente, para reduzir ao máximo a violência simbólica que se pode exercer através deles" (1997, p. 695).

Assim, me permito interpretar bastante livremente essa fala de Bourdieu. Ao dizer que o pesquisador deve esforçar-se ao máximo para "dominar os efeitos da violência simbólica sem, no entanto, pretender anulá-los", Bourdieu sinaliza que também o pesquisador por mais prevenido, por mais consciente, por mais isento que procure ser, não consegue deixar, muitas vezes, de agir como um laboratorista que revela uma foto. Também o pesquisador lança luz no que julga por bem iluminar e deixa no escuro o que não pretende expor.

Bourdieu critica os jornalistas não porque despreza nossa profissão, pelo contrário, ele sabe do papel que temos na sociedade e por isso nos adverte

¹ O conceito de violência simbólica é um conceito muito mais amplo e complexo. Estou utilizando-o aqui dentro de alguns limites apenas para nos ajudar a fazer a discussão pretendida.

tanto. Uma de suas críticas mais severas refere-se ao que chama de visão des-historicizada e des-historicizante, atomizada e atomizante do jornalista. Ou seja, ao fazer uma matéria sobre uma ocupação de terras, pouco interessa à maioria dos jornalistas a história da formação dos grandes latifúndios em nosso país. O jornalista costuma arrancar o fato da história e tomá-lo como apenas um fragmento. Ocupações, violência, aumento da criminalidade, corrupção descolados da história são escritos e lidos como fenômenos naturais como furacões, terremotos ou maremotos. Em geral os manuais de redação se baseiam na legislação vigente para definir, por exemplo, como irão se referir a acontecimentos que envolvam propriedades de terra. Não podemos esquecer, contudo, a história da construção das próprias legislações. O que é legal nem sempre é justo em nossa sociedade.

Para Bourdieu, justamente os sociólogos podem fornecer aos jornalistas, lúcidos e críticos, "os instrumentos de conhecimento e de compreensão, eventualmente até de ação, que lhes permitiriam trabalhar com alguma eficácia para controlar as forças econômicas e sociais que pesam sobre eles próprios" (1998, p. 108 e 109). Bourdieu se referiu aos sociólogos especificamente, mas acredito que sua insistência sinalizava para a necessidade do jornalista aprender com a pesquisa, em diversas áreas do conhecimento, a não mutilar o fato observado de seu contexto, de sua história. Outros profissionais lúcidos e críticos podem nos ensinar essa importante lição. Alguns cineastas, por exemplo.

1.7. A procura do bom texto (Tiros em Columbine)

Na verdade, ao escrever essa reflexão me dou conta do seguinte: afirmar que para escrever nossos textos não precisamos sofrer, não significa dizer que escrever não seja um ato complexo. Muito pelo contrário, é sim, principalmente se, como vimos, precisamos ter atenção em tantas coisas. E tanto esforço para quê? Para conseguirmos um bom texto, nele deixarmos nosso sentido e informar a sociedade.

Julguei que talvez fosse interessante trazer um exemplo do que considero um bom texto para que perguntemos juntos: Por que este é um bom texto? Pensei em alguns excelentes exemplos. Felizmente há vários jornalistas

e pesquisadores escrevendo muito bem. Mas o que eu queria mesmo era poder mostrar a construção dessa escrita ainda que refletíssemos sobre um texto que não estivesse impresso em jornal, revista ou livro, ainda que falássemos de um texto escrito com entrevistas e imagens para a tela grande do cinema.

Cheguei então ao documentário escrito, dirigido e produzido pelo cineasta americano Michael Moore, *Tiros em Columbine* (2002). Convido a todos agora para uma discussão um pouco mais demorada sobre essa obra, um exemplo para verificarmos que combinar jornalismo e pesquisa dá muito trabalho. Mas já adianto: também acho que Moore erra e muito, e é justamente por isso que o discutiremos aqui.

O fato: no dia 20 de abril de 1999, os adolescentes americanos Eric Harris e Dylan Klebold mataram 12 colegas e um professor da Escola Columbine, localizada em Littleton, Colorado, nos EUA. A tragédia aconteceu na própria escola onde os adolescentes também estudavam. Eric e Dylan se suicidaram após a chacina. Evidentemente os jornais tiveram um prato cheio para muitas reportagens durante um bom tempo. O que fez Michael Moore? Simplesmente não des-historicizou Columbine. Ou seja, não tratou a tragédia como um acontecimento natural. Não descolou Columbine de sua totalidade. Isso é bem diferente das anoréxicas pesquisas freqüentemente realizadas por jornalistas.

Mais que mostrar a tragédia (perguntando apenas "O que é?" Ou "O que foi?"), *Tiros em Columbine* se pergunta: "Por que a tragédia aconteceu?" E "Como continua acontecendo?"

Óbvio que o cineasta aponta a responsabilidade para a sociedade americana, mas também não faz só isso. Ele quer realmente saber: "por que a culpa é da sociedade?"

Como ele faz isso é a verdadeira preciosidade do filme. Moore simplesmente nos mostra que para se fazer o bom jornalismo (e até bons filmes e programas de TV), além de boa pesquisa, é preciso ter verdadeiras questões. Um fato, ao acontecer, está impregnado de questões e levantar suas camadas para pouco a pouco descobrir novas tensões e contradições é o que garante a relevância dos nossos ofícios de jornalistas e pesquisadores, de

cineastas e dramaturgos, enfim, de quem trabalha com textos nas mais diferenciadas áreas com os mais diferentes objetivos.

A impressão que fica é que Moore cercou o fato por todos os lados e trabalhou incansavelmente para obter uma resposta. No entanto, cada dado obtido era confrontado com novos problemas e novas entrevistas. Impressiona a honestidade de suas perguntas. A Lockheed Martin é a maior fabricante de armamentos do mundo, tem fábricas perto ou dentro de Littleton, onde aconteceu a tragédia e emprega muitos de seus habitantes. Moore perguntou ao relações públicas da fábrica: "Então não acha que as crianças vendo seus pais indo todo dia para o trabalho não pensam: Poxa meu pai constrói mísseis, que são armas de destruição em massa. Qual a diferença entre essas armas de destruição em massa e as que fizeram o massacre em Columbine?" Obviamente o relações públicas não vê relação alguma.

Vejamos outras questões levantadas pelo cineasta. Será que tragédias como essa acontecem porque os americanos vêem muitos filmes violentos? Ou porque jogam videogames violentos? Ou será a ruptura da família? Ou ainda porque a história dos EUA é uma história violenta? Será talvez porque os americanos amam as armas e estão armados até os dentes? Será a pobreza? Podemos nos agarrar a qualquer uma dessas hipóteses, mas se quisermos problematizar de verdade iremos confrontá-las: o cineasta revela, por exemplo, que há mais lares desfeitos e divórcios na Grã-Bretanha do que nos EUA. No Canadá, os adolescentes esperam ansiosamente por todo lançamento de qualquer filme americano violento. Da mesma forma, jogam games escabrosos e sanguinolentos e o número de desempregados no Canadá é duas vezes maior que nos EUA.

Países com história de violência são apontados por Moore: a Alemanha exterminou 12 milhões de pessoas, a ocupação japonesa na China, o massacre francês em Argel, o massacre inglês na Índia. E o amor pelas armas? O povo do Canadá também é apaixonado por armas. De acordo com o documentário, o Canadá possui uma população de aproximadamente 30 milhões de pessoas, com cerca de 10 milhões de famílias que possuem sete milhões de armas. Apesar de tudo isso, quantos são assassinados em um ano? Na Alemanha, 381; na França, 255; no Canadá, 165; no Reino Unido, 68; na Austrália, 65; no Japão, 39; e, nos EUA, 11.127 pessoas.

O que há de tão diferente nos americanos? Em um certo momento de seu documentário, Moore faz essa pergunta conjuntamente com o pai de uma das vítimas de Columbine.

O pai honestamente se questiona: "Somos homicidas por natureza? Vimos que no Canadá crianças e jovens vêem filmes violentos e também não rezam nas escolas". A resposta encontrada por Moore é a seguinte: só nos EUA a população é cotidianamente estimulada pelo governo e pela mídia a ter medo uns dos outros. Moore menciona o programa sensacionalista Cops e telejornais tradicionais; nesses, há sempre algo "ameaçando" a América, desde terroristas até abelhas assassinas. Ao conversar com o produtor de Cops, Dick Herían, o documentarista pergunta por que Herían não produz um programa sobre as causas da violência, em vez de retratar apenas os criminosos (quase sempre negros). A resposta é óbvia e triste: a audiência não seria tão boa. Mas será que isso é uma verdade eterna?

Moore verificou pessoalmente que os canadenses, embora armados, não trancam as portas de suas casas porque, revelam as entrevistas, "não querem se sentir presos" e, diferente dos americanos, "não sentem medo dos vizinhos". A diferença entre a população armada do Canadá e a população armada dos EUA é que a primeira está apenas armada e a segunda, armada e assustada. Os americanos vivem em uma cultura regida pelo medo e ergueram uma sociedade assustada e paranóica.

Enquanto o cineasta americano constrói seu filme, outra tragédia acontece. Na Escola Buell, em Flint, Michigan, um menino de seis anos mata sua colega de turma, Kayla Rolland, também de 6 anos. De novo, os jornalistas chegam rapidamente. Propositadamente Moore os filma preocupados com o penteado pouco antes de iniciarem a gravação de suas transmissões onde aparecerão abalados e tristes. Em seguida, encerrada a transmissão, falarão de laque e cabelos mais uma vez e irão embora. Moore critica os jornalistas dizendo que se tivessem um pouco de interesse andariam mais duas quadras e chegariam até a *General Motors*, maior indústria do mundo abrigada por aquela cidade. Apesar disso, a região de Flint está ignorada e destruída, com 87% dos alunos vivendo abaixo do nível oficial de pobreza. Flint, portanto, não se encaixa na imagem propagada pela mídia da invencível economia americana. Da mesma forma, não basta chegar até Tamarla Owens, mãe do

menino que matou a menina. Importa saber como sua história nos ajuda a entender o que aconteceu.

O documentário revela que, para alimentar os filhos, Tamarla era obrigada a trabalhar para o Programa Social do Estado. Moore afirma que esse programa foi tão eficiente em livrar a Previdência dos pobres que seu criador, Gerald Miller, foi contratado pela maior firma do país, a responsável pela privatização das estatais.

E que firma era essa? A Lockheed Martin, lembram? A maior fabricante mundial de armamentos. Sem a guerra-fria e sem inimigos para apavorar, diz Moore, a tal fábrica encontrou um meio de lucrar com o medo das pessoas usando um inimigo mais próximo: mães negras e pobres como Tamarla Owens que, apesar de ter dois empregos e trabalhar 70 horas por semana, não conseguia pagar aluguel e, por isso, foi despejada. Por ter sido despejada, ela deixa o filho na casa de um irmão e é desta casa que o garoto pega a arma que matou a colega.

Tamarla viaja uma hora e meia até o shopping onde trabalha. Um de seus empregos é no restaurante do ícone americano Dirk Clark, apresentador do programa *American Band-stand*. O restaurante de Dirk pediu dedução de impostos por empregar pessoas do programa social, como Tamarla, que não viu o filho pegar a arma porque estava em um ônibus do Estado indo servir drinques e vender doces para ricos. Moore tenta entrevistar Dirk Clark e pergunta a ele como se sente com essa situação. O astro o ignora e o deixa falando sozinho.

Por fim, o cineasta entrevista outra estrela hollywoodiana, Charlton Heston, que também é presidente da *Associação Nacional de Rifles* (ANR). Ressonância, mais uma vez, a honestidade das perguntas de Moore. Heston esteve tanto em Littleton como em Flint logo depois dos crimes para promover a posse de armas entre os moradores daquelas localidades. Moore pergunta a Heston se ele tem armas em casa. O ator responde que sim, possui armas carregadas em casa. Moore pergunta: Por quê? Heston diz que é para se proteger. O cineasta pergunta se seu entrevistado já fora vítima de algum crime. Ele diz que não. Moore insiste: "Nunca foi agredido? Nunca sofreu violência?" Heston responde que não. "Por que então precisa se proteger?", pergunta Moore. Heston diz que não precisa. Moore revela a Heston alguns

dados de assassinatos em outros países, como o Canadá. Heston vai ficando visivelmente constrangido, esfrega as mãos, ameaça levantar, deixa escapar uma face tensa, muito tensa.

Heston deixa ainda transparecer seu racismo em duas respostas. Uma delas é quando diz que apenas segue o exemplo dos nobres brancos que fundaram seu país e, em uma outra, usa como justificativa para a violência americana "questões étnicas". Finalmente Moore pergunta por que Heston esteve em Littleton e em Flint logo depois das tragédias e sugere que ele se desculpe com os moradores daquelas cidades. É o limite para Heston que abandona o local da entrevista e também deixa Moore falando sozinho. O último gesto do cineasta é pedir que Heston olhe para a foto de Kayla, a menina assassinada em Flint. Heston ignora e Moore deixa a foto de Kayla em uma pilastra da mansão do ator.

Moore nos ensina de incontáveis maneiras. Um detalhe importante: o cineasta americano nos mostrou também que para construir um bom texto é preciso banir a preguiça. Assistindo ao filme nos perguntamos se houve alguém que ele deixou de ouvir, algum lugar onde precisasse ir e não foi, alguma coisa que precisasse fazer e não fez. A resposta é não. O filme não deixa a história de lado e a resgata através da animação — Uma breve história da América —, a formação dos EUA passando pela escravidão, pela Ku-Klux-Klan até chegar ao medo que sempre dominou e continua dominando aquele país.

Moore apresenta ainda uma montagem com vários crimes cometidos pelo governo americano. A lista começa com o ano de 1953 quando os EUA derrubam o primeiro-ministro do Irã e colocam em seu lugar Shah, como ditador, passa pelo 11 de setembro de 1973, quando os EUA armam o golpe de Estado no Chile e o assassinato do Presidente Salvador Allende. O ditador Augusto Pinochet assume e 5 mil chilenos são assassinados. Outra data mencionada é o ano de 1980 quando os EUA treinam Bin Laden e terroristas para matar soviéticos. A CIA dá a eles US\$ 3 bilhões. A relação é longa e termina com o 11 de setembro de 2001, quando Osama Bin Laden mata três mil pessoas nos EUA com técnicas da CIA.

Vimos que podemos fazer textos todos os dias, mas para fazer um bom texto é preciso sim muito trabalho e dedicação. Se tivermos êxito, conseguiremos mais que informar a sociedade, conseguiremos fazer com que

toda sociedade se questione junto conosco. Isso sim é fundamental. Se para isso for necessário construir um outro tipo de jornalismo, que façamos um novo.

1.7.1. Dos acertos e dos erros

O documentário sobre o qual falei mais pausadamente nos ajuda a refletir em vários aspectos. Além de todos já apontados anteriormente, podemos dizer ainda que o documentário é uma linguagem que vem conquistando cada vez mais novos profissionais e público. Assim, o documentário também se constitui como uma boa opção para ampliar o alcance de questões que julgamos por bem discutir, tanto no jornalismo como na pesquisa. Para ambos mostra como trabalhar e apresentar assuntos combinando o rigor e criatividade, atingindo, por isso, a públicos mais diferenciados.

No que se refere mais especificamente ao assunto deste livro — entrevistas —, ao assistirem *Tiros em Columbine*, reparem como o jornalista não se furta a comentar as respostas dos entrevistados, a refletir junto com eles. Ele mantém a distância necessária, mas é solidário quando a professora de Kayla que estava com ela no momento em que foi morta, chora no meio da entrevista. Outro detalhe importante é que o entrevistador está completamente disponível para seus entrevistados. Eles podem ter tempo para a entrevista acabar, Moore não tem. Ele está completamente entregue àquele momento, tem todo tempo do mundo. Não olhou para o relógio nenhuma vez em qualquer entrevista. Não apressou ninguém, era completamente ouvidos e reflexão. Moore demonstrou uma característica fundamental para qualquer jornalista e qualquer pesquisador: sabia realmente ouvir.

Tiros em Columbine nos ajuda a pensar até quando se equivoca. Li três tipos de críticas ao documentário. Algumas se referiam aos dados sobre a violência dos EUA contra diversos países apresentados por Moore. Esses críticos questionavam a veracidade de alguns números. Acho que podemos dispensar logo esse primeiro grupo já que as estatísticas de Moore são mais que conhecidas e já foram divulgadas por diversas fontes. Outro grupo de críticos atacou as montagens realizadas pelo cineasta em seu filme. Ora, qualquer filme é montado e editado e um documentário não é diferente e nem

por isso perde a credibilidade. Entrevistas, matérias jornalísticas e até mesmo as pesquisas acadêmicas também são editadas e sempre a partir do ponto de vista de quem as realiza. Um terceiro grupo criticou os "aspectos ideológicos" erros em *Columbine* argumentando que sendo um documentário uma aproximação isenta da realidade não poderia ser ideológico. Discordo da crítica porque ela diz o que um documentário não é: isento. Disse que um documentário (assim como filmes, pesquisas e matérias) são escritos, montados e editados a partir do ponto de vista de seu realizador; todas essas atividades, portanto, sempre serão ideológicas.

O bom de *Tiros em Columbine* é justamente isso: sabemos que Moore quer criticar sim a sociedade americana, mas vemos bem transparentemente como ele vai construindo essa crítica. É ideológico, mas não é panfletário. Ou seja, informa o espectador, mas não mostra só um lado da questão. Aliás, este cineasta fez o que todo jornalista deveria fazer com suas matérias: pluralizar ao máximo as visões sobre o assunto em pauta, ainda que não possa se desvencilhar de seu próprio ponto de vista.

Então, onde é que eu acho que Moore errou? Em um único momento, quase no finalzinho do documentário. Moore erra quando, para conseguir a entrevista com o ator Charlton Heston, diz que é membro da ANR. Moore não garante os direitos de sua fonte e força sua própria tese. Isso, além de errado, era completamente desnecessário.

Já que estou falando sobre entrevistas em jornalismo e em pesquisas acadêmicas, as regras, pelo menos para mim, para os dois casos, são essas: *devemos sempre nos identificar. Temos a obrigação de explicar os motivos da matéria ou da pesquisa e informar se os dados revelados serão ou não publicados e em que tipo de publicação.*

Da mesma forma, perguntar ao entrevistado se ele prefere que seu nome seja divulgado. E mais: *caso o entrevistado não saiba as conseqüências que poderá sofrer por conta da divulgação de sua imagem e nome, jamais poderemos nos aproveitar disso, ao contrário, devemos nos obrigar a esclarecer tudo isso ao entrevistado.* Só depois dessa negociação e depois de estarmos seguros de que o entrevistado gostaria de falar conosco é que ligamos o gravador, aliás, é o entrevistado que autoriza ou não se a entrevista será gravada. Mais uma vez: as regras valem para jornalismo e pesquisa.

Há exceções? Para o jornalismo sim, para a pesquisa acadêmica nunca. Embora reconheça que existam exceções, adianto que essas regras que citei valeram para mim, mesmo quando entrevistei membros de grupos de extermínio. Nenhum deles jamais aceitou gravar entrevistas, mas permitiam que eu utilizasse o bloco de papel para minhas anotações. Quando realizo uma entrevista trato da mesma forma tanto alguém que cometeu um crime como Cione (de quem falarei mais adiante), como o teólogo Leonardo Boff ou a Ministra Dilma Roussef. Aos três pergunto se poderiam conceder uma entrevista e aos três agradeço a disposição e o tempo emprestados. É claro que despertam em mim sentimentos e questões diferentes, mas o tratamento dado a todos deve ser o mesmo no momento em que exercemos nosso trabalho.

Não posso dizer como aprendi, nem quem me ensinou a agir dessa maneira. Na faculdade, apesar de existir esta disciplina, fala-se muito pouco em ética, estudada como regras engessadas em manuais. No artigo 14 do Código de Ética do Jornalismo, a letra b, por exemplo, recomenda tratar com respeito a todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar. É pouco. Como especificar isso em nossas ações cotidianas de trabalho? Talvez aqui caiba o que disse a rapariga de óculos escuros, personagem do livro *Ensaio sobre a cegueira*: "Dentro de nós há uma coisa que não tem nome, essa coisa é o que somos" (Saramago, 2001, p. 262). Permito-me apenas, com todo respeito do mundo, uma pequena adequação à frase de meu muito querido escritor português e digo: Dentro de nós há uma coisa que não tem nome, essa coisa é o que vamos sendo.

Alguns não acharão errado o fato de Moore ter mentido. No entanto, acredito, esse tipo de recurso deve ser a exceção da exceção e não a regra (insisto: exceção da exceção que, ainda assim, vale apenas para o jornalismo e jamais para pesquisas acadêmicas). Um político ou empresário corrupto jamais assumirá que é corrupto para um jornalista.

Nenhuma pessoa que explora sexualmente crianças brasileiras assumirá sorrindo seu crime diante de uma câmera. Daí as gravações telefônicas, os gravadores escondidos, a identidade do jornalista ocultada, o disfarce muitas vezes montado para se obter uma informação e denunciar. Cada veículo de informação tem suas regras de conduta específicas a respeito de procedimentos como esses. Não era o caso de Moore e Heston. O ator assume

publicamente suas posições reacionárias e já havia feito isso no próprio documentário. Disse que Moore fazia suas perguntas de forma honesta, lembram-se? A mesma honestidade também deve ser garantida no método utilizado para se conseguir uma entrevista. Caso Heston se recusasse a falar com ele, paciência, *Tiros em Columbine* já valia até ali.

1.8. O texto do jornalista, o texto do pesquisador e o demônio da perversidade

Vimos então que jornalismo e pesquisa não só podem dialogar como precisam dialogar. Jornalistas têm a aprender com pesquisadores, mas o inverso também é positivo.

Do contrário, eu estaria em constante surto esquizofrênico com meu lado jornalista apontando para uma direção e meu lado de pesquisadora apontando para outra. É justamente ouvindo o que um e outro têm a dizer que organizo este diálogo interna e praticamente. No início do mestrado, confesso, o surto do qual falei aconteceu.

A escrita acadêmica é bem diferente da escrita jornalística. Se por um lado, precisei incorporar todas as exigências de um texto acadêmico, por outro, me recusei a dispensar o que existe de positivo no texto jornalístico. O diálogo começou a surgir.

Muitos alunos de pós-graduação têm dificuldades em escrever. Ensaios, resenhas, produzir a dissertação do mestrado e a tese para o doutorado costumam ser sofrimentos terríveis. Nisso o jornalista também leva vantagem. Não porque é melhor ou mais capaz. O motivo é simples: jornalista escreve todo dia. Claro que, como vimos, é justamente a pressa que pode nos levar à superficialidade e à negligência, mas já estamos advertidos desse perigo. Assim, todos os dias entrevistamos e editamos, apuramos e sistematizamos, muitas vezes, como disse, sobre dois ou três assuntos diferentes. Acredito que uma das grandes contribuições que jornalistas podem dar aos pesquisadores é ajudá-los a exorcizar o demônio da perversidade. E que demônio é esse?

Em geral, os pesquisadores acreditam que os textos acadêmicos precisam ser complicados. E, quanto mais incompreensíveis, mais intelectuais parecerão. Reconheçamos: a maior parte da produção acadêmica é chata,

muito chata. Somente depois de me lembrar do conto *O demônio da perversidade*, do escritor americano Edgar Allan Poe, encontrei a explicação para este estranho fenômeno.

Poe acredita que o ser humano é acometido por esse tal demônio em algumas situações. Vejamos uma delas:

Não há homem que, em algum momento, não tenha sido atormentado, por exemplo, por um agudo desejo de torturar um ouvinte por meio de circunlóquios. Sabe que desagrada.

Tem toda a intenção de desagradar. Em geral é conciso, preciso, claro. Luta em sua língua por expressar-se a mais lacônica e luminosa linguagem. Só com dificuldade consegue evitar que ela desborde. Teme e conjura a cólera daquele a quem se dirige. Contudo, assalta-o o pensamento de que essa cólera pode ser produzida por meio de certas tricas e parêntesis. Basta esta idéia. O impulso converte-se em desejo, o desejo em vontade, a vontade numa ânsia incontrolável, e a ânsia (para profundo remorso e mortificação de quem fala e num desafio a todas as conseqüências) é satisfeita (Poe, 1965, p. 346).

Perceberam a explicação? Esse demônio da perversidade vive a atormentar a vida dos intelectuais que, possuídos por ele, escrevem um texto tortuoso e, da mesma forma, falam uma língua tortuosa. Poe assegura que o perverso demônio também age quando:

Temos diante de nós uma tarefa que deve ser rapidamente executada. Sabemos que retardá-la será ruinoso. A mais importante crise de nossa vida requer, imperiosamente, energia imediata e ação. Inflamamo-nos, consumimo-nos na avidez de começar o trabalho, abrasando-se toda a nossa alma na antecipação de seu glorioso resultado. É forçoso, é urgente que ele seja executado hoje e, contudo, adiamo-lo para amanhã. Por que isso? Não há resposta, senão a de que sentimos a perversidade do ato. Chega o dia seguinte e com ele a mais impaciente ansiedade de cumprir nosso dever, mas com todo esse aumento de ansiedade chega também um indefinível e positivamente terrível, embora insondável, anseio extremo de adiamento. E quanto mais o tempo foge, mais força vai tomando esse anseio. A última hora para agir está iminente. Trememos à violência do conflito que se trava dentro de nós, entre o definido e o indefinido, entre a substância e a sombra. Mas se a contenda se prolonga a este ponto, é a sombra que prevalece. Foi vã a nossa luta. O relógio bate e é o dobre de finados de nossa felicidade. Ao mesmo tempo é a clarinada matinal para o fantasma que por tanto tempo nos intimidou. Ele voa. Desaparece. Estamos livres. Volta a antiga energia. Trabalharemos agora. Ai de nós, porém, é tarde demais! (Poe, 1965, p. 346 e 347).

Reconhecemos a situação descrita por Poe? Sabemos agora por que agimos assim? Por que sofremos o tormento de deixar as coisas para a última hora? Aquele ensaio para uma disciplina, a monografia da graduação, os textos do mestrado, do doutorado, a tese. Tudo para a última hora. Talvez continuemos assim mesmo depois de concluirmos o doutorado. Seremos assim com artigos e livros que publicaremos. Identificada a origem desse problema tão sério, quem quiser que relaxe por poder colocar a culpa no demônio catalogado por Poe. O jornalista, mesmo que quisesse, não poderia, ele é obrigado a exorcizar esse demônio. Nada pode ficar para amanhã. É a questão do tempo da qual já falamos. Se por um lado o tempo age contra nós nos levando quase sempre à superficialidade, por outro, colabora conosco porque nos faz escrever todo dia. É quando temos consciência dessa contradição e tensão constantes que podemos conquistar o equilíbrio necessário entre a urgência e a cautela, entre a pressa e a responsabilidade. Assim, jovens pesquisadores podem desenvolver o precioso hábito de transcreverem suas entrevistas tão logo as façam. Podem ir sistematizando os dados que forem sendo recolhidos pelo caminho. Podem, como os jornalistas, escrever todos os dias.

O texto acadêmico não precisa e não deve recusar o rigor, mas rigor não tem nada a ver com chatice. Pelo menos não deveria ter. A escrita acadêmica não precisa torturar nem seu autor nem o leitor e ambos podem encontrar prazer neste ofício. O texto jornalístico pode contribuir para isso porque é mais objetivo, se constrói com períodos mais curtos e, muitas vezes, recorre à literatura, ao cinema, ao teatro, toma emprestadas imagens de várias áreas. Nada disso é pecado se for feito de maneira responsável e séria.

Outra contribuição fundamental do jornalismo é justamente o privilégio do qual já falei. Todos os dias temos pautas diferentes. E o que podem representar essas pautas se construirmos nossas entrevistas e matérias de forma ativa? Temas para importantes pesquisas. Só para citar um exemplo, tanto minha dissertação de mestrado como minha tese de doutorado vieram da minha prática como jornalista. A primeira surgiu de tanto conviver com o assunto violência. Depois que participei da equipe que publicou a série sobre grupos de extermínio, pensei em aprofundar o tema e acabei desenvolvendo a dissertação "*Violência, escola e diálogo*". Na segunda, ao fazer a matéria

"Netos de santo", também resolvi aprofundar a questão e construí a tese *"Educação nos terreiros"*.

Por fim, escrever todo dia também faz com que o jornalista se arrisque mais. É certo que o jornalista é afoito e se apressa a emitir opiniões sem a cautela e o distanciamento históricos necessários a uma análise de um fato social. Por outro lado, muitas vezes, o pesquisador se esconde atrás dessa cautela e fica lá a vida inteira. Não dá a cara ao tapa e se omitir também é uma forma de errar.

1.9. Sobre a palavra-flor que é triste e sobre uma confissão

Preferi deixar para falar sobre a palavra-flor que me nasce triste já perto do final desta introdução. Quando escrevia sobre violência minha escrita saía machucada, ferida. A palavra-flor que me crescia dentro era aquela de nome onze-horas. Não eram as onze-horas felizes e ensolaradas como as vemos nessa hora do dia pela qual lhe deram o nome. Eram onze-horas murchinhas que de tanto fazer doer esqueciam que eram flores e só lembravam de ser arame farpado que perfuravam minha pele deixando minha escrita muito dolorida.

Era assim quando fazia, ouvia e transcrevia as entrevistas de criminosos, vítimas sobreviventes, famílias de vítimas assassinadas, testemunhas "protegidas pela polícia", policiais e moradores da Baixada Fluminense, região onde morei e trabalhei como repórter durante muito tempo. Entrevistas, por exemplo, que realizei com integrantes de grupos de extermínio para a série de reportagem publicada no jornal O Dia, em julho de 1993. Foi assim com o menino Cione, de 17 anos, que, em fevereiro de 1992, depois de discutir e brigar com o comparsa de extermínio, o soldado conhecido como Luiz da Moto, no Jardim Redentor, em Belford Roxo, convidou-o para um churrasco. Na festa, Cione embebedou Luiz e chamou-o para uma execução. A vítima, no entanto, era o próprio Luiz que foi executado pelo menino com um tiro na boca e outros três pelo corpo. Teve, como ele próprio fazia com suas vítimas, sua cabeça, pés e mãos decepados e o resto do corpo incendiado.

Cione aparou com um copo o sangue que escorria do cadáver, misturou com cachaça e bebeu. Passou a ser "vampirinho". Ao entrevistar Cione, preso

na delegacia de Belford Roxo, descobri que o jornalista também faz perguntas que não conseguem sair pela boca. Eu queria saber se em algum lugar de "vampirinho" existia algum vestígio de Cione.

Nem todas as perguntas que fazemos, tanto para uma matéria como para uma pesquisa acadêmica, garantem respostas. São perguntas que o entrevistador faz a si mesmo e acumulam dentro de nós palavras feitas de flores que morreram sufocadas.

Infelizmente vivi outras situações parecidas. No mesmo ano cobri o desaparecimento de um bebê em Magé. A mãe chegou à delegacia chorando porque seu filho havia sumido. O delegado, frio, interrogava a mulher. Foi a primeira vez que pensei sobre as diferenças cruciais entre entrevistar e interrogar. Conversei com a mulher e ouvi sua história. Disse-me que deixara o filho com o marido e que estava desesperada porque ele não voltara com o bebê. Registrei os fatos importantes e voltei para o jornal para escrever a matéria. Antes de sair da delegacia o delegado me disse que casos assim costumam revelar absurdas circunstâncias. Mal cheguei à redação e o delegado ligou me chamando de volta. Ele estava certo e gabava-se disso. Na verdade, a mulher jogara o próprio filho no bueiro, desses que são cheios de água.

Matou o filho para se vingar do marido que a havia abandonado. Quando retornei à delegacia reencontrei o delegado interrogando a mulher. Dessa vez como criminosa e já não como vítima. O que eu queria saber mesmo era onde estava a mãe que amara o filho? Onde estava a mãe que matara o filho? Outra vez na boca o gosto de palavra-flor esmagada por dentro. Deixei o delegado fazer seu interrogatório. Pelo menos esse sabia como fazer seu trabalho, pensei.

O primeiro contato com um integrante de grupo de extermínio (nesse caso para a série publicada) aconteceu numa madrugada, em 1993, no alto de um morro, em São João de Meriti. Depois de me explicar a diferença entre quem mata por dinheiro e quem mata porque se vê como justiceiro, esse entrevistado colocou um "cartucho de 12" na palma da minha mão, beijou meu rosto e disse: "cuidado com o que vai escrever". Outro, em Banco de Areia, Mesquita, perguntou se eu e o fotógrafo que me acompanhava gostaríamos de ver uma execução, uma mulher "marcada" para aquela noite. "Hoje vamos

fazer uma louca", disse-me ele. Costumo dizer que recusei prontamente o convite.

E sim, eu e o fotógrafo recusamos. Mas, anos depois, ao escrever para estudantes de jornalismo e pesquisadores que iniciam suas vidas acadêmicas, sinto-me na obrigação de confessar o que jamais pensei revelar e que demorei muito a assumir para mim mesma. Por um segundo, por um mísero, absurdo e assustador segundo, pensei em aceitar.

É difícil dizer "pensei" porque sei que o que aconteceu não foi um pensamento inteiro. Foi um quase pensamento, um tempo sem tempo, um soluço de borboleta. O fotógrafo também quase pensou. Sei disso porque olhei no olho dele e porque olhou no meu também, de mim ele sabe. Mas nunca falamos sobre aquilo. Quando dentro de nós tudo fica escuro como um pântano as flores que nos habitam podem enlouquecer. Mais uma vez a rapariga de óculos do Saramago sussurra em meu ouvido: "Dentro de nós há uma coisa que não tem nome, essa coisa é o que nós somos". E o que vamos sendo, insisto. Falei sobre isso para dizer que para um jornalista, repito, é sim um privilégio trabalhar todos os dias com assuntos tão diferenciados. Por outro lado, todo dia também enfrentamos desafios e conflitos que testam mais que nossa ética, testam nossa humanidade. Existem confrontos, mais ou menos dramáticos que esse, vivenciados em diversas áreas do jornalismo. Retirá-los do nível individual e alçá-los a uma discussão coletiva sobre princípios e valores ajudaria, e muito, a toda equipe de um jornal a fazer um jornalismo, de fato, ético. Esses desafios também os enfrentam os pesquisadores acadêmicos. Para ambos, de nada vale fingir que o pântano não existe. Não se vence um conflito sem reconhecê-lo e enfrentá-lo.

Dessas tristes experiências, particularmente tenho dificuldades para esquecer o rosto de Cione, o medo nos olhos das testemunhas e sobreviventes, o cartucho frio de 12 na mão, o corpo do menino afogado no bueiro, o beijo do matador que ainda estala em minha face, aquele segundo em que tudo em mim foi pântano e escuridão.

Só uma coisa consegue ser ainda pior. Cada vez que entrávamos em uma casa em que havia ocorrido uma chacina, logo no portão antecipávamos a cena. É que o cheiro de sangue já nos recebia, o cheiro insuportável e inesquecível do sangue de uma família inteira assassinada. Ainda hoje, no

ônibus, na sala de aula, andando na rua, ou conversando em casa com meus filhos, esse cheiro me invade e me leva outra vez para lugares em que jamais deveria ter estado e para cenas que me arrependo profundamente de ter presenciado.

1.10. Das entrevistas que seguem

Com exceção de uma das entrevistas com o teólogo Leonardo Boff (publicada no jornal Rio Arte, número 24, em agosto de 1997), todas as entrevistas que estou deixando com vocês foram realizadas no período entre março de 2002 e fevereiro de 2004 e publicadas no Surgente, jornal do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ), onde fui jornalista por três anos e editora durante mais três. Há também uma última entrevista, com a Professora Marina Barbosa, realizada para o jornal da Associação de Docentes da UFF (Aduff), onde trabalho atualmente. Cada entrevista foi feita de um modo diferente. Particularmente acredito que o ideal é que toda entrevista seja realizada pessoalmente. Nada substitui o "olho no olho". Como nem sempre o encontro entre entrevistado e entrevistador é possível, algumas entrevistas são realizadas por correio eletrônico ou por telefone. Sem dúvida o texto da entrevista é influenciado pela forma como a entrevista foi feita.

Além disso, cada entrevistado exige uma abordagem, um tempo para que se consiga marcar a entrevista, uma determinada aproximação. Não é preciso dizer que utilizei estratégias de aproximação bastante distintas para entrevistar a Senadora Heloísa Helena e um integrante de grupo de extermínio, por exemplo. A maioria das entrevistas que deixo aqui foi realizada com um entrevistado. Selecionei também uma coletiva, realizada com duas pessoas.

Esclareço ainda que a seleção das entrevistas obedeceu a alguns critérios. Primeiro fiz uma grande seleção de temas. Depois, selecionei entrevistas realizadas de formas distintas. Ou seja, por correio eletrônico, pessoalmente, por telefone, coletiva, individual. Observei esse critério pensando exclusivamente na discussão que imagino poder estar travando com alunos de jornalismo. Alguns assuntos essenciais abordados em inúmeras outras entrevistas realizadas nesse período acabaram ficando de fora porque certamente gerariam notas repetitivas. Todas as entrevistas são do tipo pingue-

pongue. Ou seja, o jornalista pergunta, o entrevistado devolve, o jornalista faz outra pergunta e assim sucessivamente até o final do jogo.

Através desse material quero partilhar duas coisas. A primeira, como adiantei, refere-se à forma. Cada jornalista e pesquisador irá descobrir a sua. O seu jeito de escrever, o seu modo, o seu estilo e colocá-lo a serviço da informação e do leitor. O que sei é que nossa escrita vai sendo marcada como a vida vai marcando nossa pele, nosso corpo, nossos olhos, nosso espírito, nossa lembrança. Às vezes com flores alegres e perfumadas. Às vezes com flores tristes e machucadas. Às vezes com flores que perderam a memória das flores e só conseguem ser arame farpado.

Penso então que estarei apenas dividindo o modo como venho fazendo entrevistas, o modo como venho acertando e errando. A segunda refere-se ao conteúdo. O que empresto então aos leitores é meu fio de Ariadne: "Por que estou escrevendo esse texto?" E deixo ainda as perguntas que, como jornalista, me faço antes de agarrá-lo:

"Sobre o que julgo importante escrever?" "Como contribuir para, coletivamente, questionarmos esse tempo em que vivemos?" O assunto tem a primazia em minha escrita.

As entrevistas que estão aqui e as que ficaram de fora revelam um mapa: política, educação, ciência, cultura, questões sociais. Para mim são mais que pautas, são caminhos, todos em igual ordem de prioridade, para os quais nós, jornalistas e pesquisadores, precisamos apontar, se quisermos atender aos apelos de Bourdieu e entrar na linha de combate não só contra a descerebração da qual fala o sociólogo, mas pela mudança radical da sociedade.

Notas gerais sobre entrevistas

(ou 15 coisas que não podemos esquecer quando entrevistamos)

Cada entrevista exige do jornalista atitudes específicas e as estarei comentando aqui. Contudo, creio que algumas atitudes devam ser comuns a qualquer entrevista.

Estou chamando de Notas gerais sobre entrevistas o conjunto de ações, questões e comportamentos que um jornalista deve ter quando realiza qualquer entrevista. Listarei aqueles que considero fundamentais, inclusive os que podem parecer bobinhos, mas que causam grandes transtornos se esquecidos.

1. Pergunte primeiro se pode...

Gravar ou fotografar. Seja quem for, a primeira pergunta que faço é: "Posso gravar?" Se estiver fotografando também peço antes de sair clicando. Explico o que é a entrevista e para onde é. Obviamente estou falando de uma entrevista previamente marcada, uma pingue-pongue longa, um depoimento mais específico. Ninguém, no meio de um tumulto, ministro falando, cantor chegando para um show, trezentos jornalistas se engalfinhando pergunta se pode gravar ou fotografar. Da mesma forma, muitas vezes o entrevistado quer falar alguma coisa em *off* ou seja, não quer que seja publicado e sequer gravado. Ele pede para desligarmos o gravador e desligamos, mesmo. Se não quiser ser identificado, nem fotografado, perguntamos por que e respeitamos.

2. Esteja informado sobre o entrevistado

Digamos que seu editor peça para você fazer uma entrevista com o antropólogo Gilberto Velho, por exemplo. Em geral, ao passar uma pauta, o editor costuma também fornecer algumas informações sobre o assunto. Quanto a isto, o jornalista pode cometer dois tipos de erros. O primeiro tem a ver com a arrogância, grande inimiga de nossa profissão. Por causa dela, o jornalista acha que "sempre sabe tudo sobre qualquer coisa" e despreza as informações passadas pelo editor. O segundo erro tem a ver com negligência mesmo. O jornalista ou não acha tempo de ler as informações, ou as perde ou simplesmente esquece de ler. Ao cometer qualquer um desses erros, o jornalista certamente estará despreparado quando encontrar seu entrevistado. Acreditem: não há nada pior que estar diante de alguém para entrevistar e não ter a menor idéia de que pergunta fazer.

Assim, o ideal é ler as informações que o editor passar e buscar ainda outras (a internet ajuda muito). Isso será fundamental para as questões que o jornalista irá propor e para a própria apresentação na abertura da entrevista.

3. Faça um roteiro

Informado sobre seu entrevistado, o ideal é que antes das entrevistas o jornalista prepare um pequeno roteiro com algumas perguntas que julgue fundamentais.

Reparem: eu disse um roteiro que, em hipótese alguma deve ser considerado uma camisa-de-força. Deixe espaço para criar perguntas na hora da conversa.

4. 1, 2, 3, testando..

Imagine que você realizou a entrevista pela qual esperou muito tempo. Batalhou bastante, marcou tudo certinho, fez o roteiro básico e não fez dele uma camisa-de-força.

Enfim, gravou tudo e deu tudo certo. Gravou? Será que o gravador tinha pilha? Será que tinha fita no aparelho? Pode parecer brincadeira, mas eu já vi colegas gravarem entrevistas inteiras sem fita. Então, mesmo que você tenha

anos de profissão, verifique seu material antes da entrevista. Cheque tudo antes. Veja se tem pilha e fita no gravador, se as pilhas não estão gastas, se o aparelho está funcionando (sempre desconfie da tecnologia!). Não dispense o veltto 1,2,3 gravando, testando...

E leve fitas de reserva, melhor sobrar do que faltar.

5. Na dúvida, senhor ou senhora

É comum não sabermos como nos referir ao entrevistado. Talvez, o mais seguro para evitar qualquer tipo de gafe seja perguntar logo de cara como o entrevistado ou entrevistada prefere ser tratado. Mas se não quiser perguntar e a dúvida persistir use senhor ou senhora. Você anuncia a distância e o entrevistado ou entrevistada saberá que você o respeita e não quer intimidade.

6. Ouça de verdade

Quando o jornalista usa bem o roteiro, ele tem consciência que preparou algumas perguntas, mas sabe também que, se ouvir de verdade, outras perguntas surgirão das próprias respostas do entrevistado. Na verdade, o que precisa acontecer é uma autêntica conversa, um diálogo autêntico. Muitos jornalistas se prendem às perguntas que prepararam e não ouvem a resposta do entrevistado porque estão ansiosos por fazer a outra pergunta (ou estão pensando em outra coisa enquanto o entrevistado fala, no namorado(a), no jogo de futebol, no que farão mais tarde, na falta de dinheiro). Quando age assim, o jornalista aplica um questionário, mas entrevista não faz.

7. Não dispute com o entrevistado

Para quem fazemos uma entrevista? No meu caso, faço entrevistas porque interrogo o tempo em que vivo e entrevistar é construir essa interrogação coletivamente.

Gosto de pensar que o leitor participa dessa construção. Em todas as entrevistas que faço penso também sobre o que o leitor gostaria de saber, uma possível pergunta que ele talvez fizesse se estivesse ali, com o gravador na

mão. Quando uma pessoa é entrevistada, ela divulga seu trabalho e, mais uma vez, tem a chance de sistematizar suas idéias e propostas com as questões que lhe foram colocadas.

Sabendo disso, nossas perguntas podem ser feitas de várias formas. Às vezes, conhecemos tão bem o entrevistado e seu pensamento que achamos que todo leitor também conhece. Nem sempre é assim. Por isso, em muitos casos, precisamos de perguntas que permitam ao entrevistado apresentar suas idéias sobre o assunto em pauta. Então devemos fazê-las mesmo que saibamos as respostas. Outras vezes podemos ter uma questão, ou seja, gostaríamos que o entrevistado aprofundasse esse ou aquele ponto da pauta ou mesmo temos uma divergência com uma ou outra de suas idéias (ou com todas!). O fato é que podemos apresentar uma questão ao entrevistado desde que não seja uma tese inteira e tomando sempre o cuidado para não aparecer mais que o entrevistado. Podemos expor nosso pensamento, mas não estamos entrevistando a nós mesmos.

8. Não roube a idéia de ninguém

Da mesma forma que não devemos tentar aparecer mais que nossos entrevistados, não devemos roubar suas idéias, nem as idéias de ninguém. Por exemplo, existem muitos jornalistas que fariam a 8ª pergunta da primeira entrevista que fiz com o Professor Muniz Sodré da seguinte forma: "O senhor não acha que depois de algum tempo não existe mais diferença entre televisão e público?" Ou seja, o jornalista pareceu muito inteligente mas atribuiu a si mesmo uma construção feita pelo entrevistado, no caso Muniz Sodré, e pelo psicanalista Lacan, citado e comentado por Muniz em um de seus livros. Acredito ser necessário deixar claro as referências e fontes com as quais construímos nossas entrevistas. Assim, a forma certa de perguntar seria: "Em seu livro *O império do grotesco*, o senhor repete Lacan, para quem, depois de algum tempo, não existe mais diferença entre televisão e público. Por quê?" Acho que isso também ajuda ao leitor na medida em que fornece pistas sobre que autores consultar, se for o caso.

9. Reconheça o limite

Em uma entrevista, o jornalista deve mesmo buscar conseguir informações relevantes. Sem isso, óbvio, não há matéria e, em muitos casos, a entrevista perde seu sentido. No entanto, se o entrevistado se recusar a responder a uma determinada questão temos obrigação de voltar a ela. O que não podemos esquecer é que há um limite nesse jogo e não devemos quebrá-lo. Ultrapassamos esse limite quando somos muito inconvenientes e mal-educados. Ultrapassamos também quando tentamos ser "espertos" e insistimos na questão através de subterfúgios e alguns truques. Quando quero insistir em uma questão digo sempre. "Sei que estou insistindo, mas gostaria de voltar a esse ponto". A transparência sempre é o melhor caminho para o diálogo.

10. Desconfie da memória

Cada um de nós encontra seu próprio jeito de trabalhar. Já ouvi o jornalista Ricardo Kotcho dizer, por exemplo, que em hipótese alguma grava suas entrevistas. Só usa papel e caneta. Ele faz assim, mas isso não é uma regra geral. O que sei é que não podemos confiar em nossa memória e tentar guardar dados importantes na cabeça. Acho impossível realizar uma grande entrevista sem gravador (mas lembre-se: desconfie dele!). Sempre que faço as tradicionais "pingue-pongues" uso o gravador. Ele me ajuda a ouvir o mais fielmente possível o que o entrevistado disse. Além disso, em caso de entrevistados polêmicos o pequeno aparelho nos auxilia a provar que as informações que publicamos são verdadeiras. Além do gravador, no momento da entrevista também utilizo o bloco para anotar algum dado importante e poder voltar a ele para uma próxima pergunta ou saber que não posso esquecê-lo na hora da edição. Para as matérias do dia-a-dia acho que bloco e caneta bastam. O importante é anotar e não ter vergonha de perguntar outra vez toda informação que julgarmos necessária.

11. Não invente ninguém

Quando somos jornalistas desleixados nossa apuração estará comprometida e nosso texto também. Por isso é preciso usar blocos cujas

folhas não despençam, escrever de forma clara, identificar nossas fitas. Outra situação bastante ruim é voltarmos para a redação e, ao começarmos a escrever a matéria, ir concluindo aos poucos e dolorosamente que esquecemos de perguntar isso ou aquilo. Ou ainda, que não estamos entendendo bem o que nós mesmos escrevemos ou que perdemos parte de nossas anotações. O desespero não nos ajuda. Pior: já vi muitos jornalistas inventando declarações inteiras e até pessoas só porque perderam suas apurações e não queriam levar bronca do editor. Por favor, não invente ninguém. Se você gosta de criar, ótimo! Faça um conto, escreva um romance, um roteiro para ficção. Em entrevistas, converse com quem existe.

12. Tenha paixão

Para construir entrevistas, jornalistas e pesquisadores precisam ter paixão pelo que fazem, por mais que burocratas de plantão insistam no contrário. Para se fazer boas entrevistas é preciso amar conversar com o outro e, mais uma vez, ouvir o outro. É preciso amar a pesquisa, amar conhecer gente nova, amar um bom papo.

A boa entrevista acontece a três. Ela acontece quando entrevistador e entrevistado sentam-se frente a frente, se olham nos olhos e abrem juntos um espaço de confiança num mundo de tantas desconfianças. Abrem juntos um espaço de diálogo num mundo em que ouvir de verdade virou raridade. Só quando esse espaço é aberto, a experiência de entrevista acontece. O resultado disso é a construção de um texto que não é feito só pelo jornalista, é feito de perguntas e respostas, é feito também pelo entrevistado e é feito também pelo leitor. Se você ama escrever assim, você certamente será um bom entrevistador.

13. Pergunte por último...

"Tem alguma coisa que você (ou o senhor ou a senhora) gostaria ainda de falar?" Obviamente, caso o entrevistado diga não, essa pergunta não será publicada. Faço isso porque penso que uma entrevista acontece porque existe uma pessoa impregnada de perguntas e outra, impregnada de respostas. Quando concorda em dar uma entrevista, o entrevistado pensa, reflete e

mesmo sistematiza várias questões. Em geral, o entrevistado também se prepara. Portanto, não é o entrevistador quem decide quando o jogo acaba. Os dois devem estar de acordo. A entrevista precisa ser boa para os dois.

14. Solte o fio

Já disse que precisamos do precioso fio de Ariadne que recupera o sentido de nossa escrita e a orienta enquanto estamos pelo labirinto. Contudo, melhor do que encontrar o fio é reencontrá-lo. Há momentos em que a realidade fica tão confusa que o perdemos, o fio escapa ou é arrancado de nossas mãos. Talvez o reencontremos, talvez não. Nessas horas arrisco então fazer assim: no meio do labirinto, quando acho que me achei e estou segura de meu sentido, fecho os olhos e, cheia de medo, solto o fio de propósito, só para me perder. Se não proceder assim, como me reencontro e como reencontro o sentido de minha escrita?

15. Escolha os temas e edite

Preparamos o roteiro, realizamos a entrevista, tudo deu certo. Agora é entre nós, o gravador e a página em branco, o labirinto. É hora de tirar a entrevista da fita, organizar as perguntas, escolher um título, os olhos, enfim, é hora da deliciosa edição. Há jornalistas que preferem "tirar" do gravador toda a entrevista e só então cortar as perguntas e respostas que ficarão de fora em função do espaço (em geral, as entrevistas acabam sendo mais longas do que o espaço do qual dispomos).

Mas, se o tempo for curto, podemos ir direto nas perguntas fundamentais, aquelas que com certeza serão publicadas. Com a prática, sabemos rapidamente quantas perguntas cabem no espaço reservado para a entrevista. É bom entendermos de uma vez: escolher é excluir. Por isso, muitas vezes, nossas escolhas ao longo da vida são difíceis.

Em geral, quando escolhemos uma coisa, excluimos outra, ou muitas outras.

Escolher as perguntas que fizemos com tanto carinho, com tanta elaboração e pesquisa (as melhores perguntas do mundo!!!) e mais, escolher as

respostas que achamos tão boas ou tão importantes e reveladoras de nossos entrevistados significa excluir perguntas e respostas na mesma situação. Sugiro que o estudante de jornalismo e o jornalista no início da profissão aprendam a fazer isso logo. O coração pode doer, as lágrimas podem cair, mas é preciso aprender a cortar. A edição, em suas diferentes linguagens, é a arte de cortar bem. A Internet ajuda a minimizar nosso sofrimento. Nossa entrevista na íntegra, inteirinha do jeito que fizemos pode ser publicada na página eletrônica do jornal ou revista em que trabalhamos.

15.1. Organize os eixos

Se a entrevista realizada tem apenas um eixo fica tudo muito simples. Por exemplo, a entrevista que fiz com os atores do Grupo Galpão, Eduardo Moreira e Inês Peixoto, tem um eixo muito específico, a história, a atuação, a linguagem do grupo. As perguntas seguem esse percurso. Há entrevistas, porém, em que o entrevistador aborda diversos assuntos com o entrevistado. No momento da entrevista pode acontecer do entrevistador abordar um assunto, entrar em outro e lembrar, lá pelas tantas, de uma pergunta do assunto pelo qual já haviam passado. Sem problema, ele pode fazer a pergunta. Já na edição, podemos organizar o texto e manter as perguntas em blocos por temas. O jornalista também pode usar o recurso da frase: "Voltando ao assunto..." e tornar a falar do que já falara antes. Não dá é para ele escrever: "voltando ao assunto" toda hora. Por isso, os blocos por temas organizam o texto e facilitam a vida do leitor. Na segunda entrevista com Leonardo Boff primeiro abordo toda pauta de sua palestra no III Fórum Social Mundial. Esgotado esse tema, insiro as perguntas que pensei com relação à Igreja, já que Leonardo Boff é um teólogo.

15.2. Eleja o título e olhos

Feliz do jornalista que sabe fazer um bom título. Nas entrevistas prefiro escolher uma boa frase dita pelo entrevistado e erguê-la à condição de título, entre aspas. Ainda assim não é tarefa fácil. Que frase resume o espírito da entrevista? Encontre-a e você terá encontrado o título. Da mesma forma o olho. Olho é sempre uma boa frase dita pelo entrevistador que queremos

destacar além do título. Copiamos a frase do corpo da entrevista e a reproduzimos ou no meio ou em algum cantinho da página. Os olhos (podem ser mais de um) ajudam a destacar o pensamento do entrevistado e deixam a página mais leve e bonita, ou seja, funcionam também como recursos gráficos.

15.3. Revise e publique

Na hora de transcrever e editar aparecem inúmeros problemas. O mais comum é o jornalista ter dúvida a respeito de uma palavra dita pelo entrevistado. Se na hora de ouvir o conteúdo da fita você não entender bem qualquer expressão, ligue para seu entrevistado e confira. Às vezes pode ser um incômodo para o entrevistado, mas ele vai gostar de saber que você quer ser fiel ao que ele disse. A edição é o momento em que o jornalista tece, pinta, esculpe, é realmente um momento de arte. Aproveite esse momento, faça-o com prazer.

Boaventura de Souza Santos

(jan./2003)

No Brasil, ainda hoje, ninguém diz que é racista, mas muita gente não gostaria de ver sua filha casada com um negro.

Entrevistas com...

Doutor em sociologia do direito pela Universidade Yale e professor titular da Universidade de Coimbra, o português Boaventura de Souza Santos é um dos principais intelectuais da área de ciências sociais em nossos dias. Boaventura defende o "multiculturalismo emancipatório", uma forma de luta social que inclui as culturas excluídas pela sociedade. Logo após sua palestra no III Fórum Social Mundial, concedeu a seguinte entrevista em que avalia o papel dessas lutas multiculturais, o governo Lula e a esquerda na América Latina.

Quais são os limites hoje para o diálogo intercultural?

Boaventura — Um dos nossos limites hoje é que foi o Ocidente que durante muito tempo não quis saber de diálogo intercultural e que, de repente, decidiu que era preciso o diálogo intercultural. Isto tem a ver com muitas coisas, com o fracasso do Estado, com o neoliberalismo, com o qual o Estado perdeu força, seja no sistema educativo, seja no sistema científico nacional. Então começaram a emergir as identidades que sempre lá estiveram, mas que estavam submersas.

Como surge o multiculturalismo e como é possível melhor formulá-lo?

Boaventura — Primeiro com a linguagem que temos. A gente pensa que novo sempre com a linguagem velha. Não podemos inventar de uma hora para

outra a linguagem do novo, não é? Aí temos uma dificuldade. Por outro lado, foi o pensamento dominante que decidiu de repente que era preciso o multiculturalismo. Ninguém perguntou aos grupos indígenas se eles estavam interessados no multiculturalismo. Um grande líder colombiano que, aliás, foi senador na Constituinte dizia: "Eu quero o multiculturalismo para decidir os temas que eu quiser. Não me imponham o multiculturalismo, senão, o que o multiculturalismo vai fazer é destruir o que os espanhóis não conseguiram, ou seja, destruir completamente nossa cultura". Todos os nossos termos são realmente monoculturais. O conceito de Estado, de Sociedade Civil.

Alguns teóricos afirmam que o multiculturalismo é produto do fracasso da esquerda internacional que, por não conseguir realizar o socialismo, assume as lutas culturais e despreza o que seria a verdadeira luta revolucionária. Como o senhor discute essa questão?

Boaventura — Normalmente esse é um pensamento de um marxismo completamente ultrapassado. Penso que a cultura marxista é muito importante, tem sido muito importante para mim, mas não é suficiente. Não pode ser suficiente por uma razão simples: é que o marxismo é tão ocidental como o liberalismo. O mundo hoje é muito mais amplo. Veja como Marx justificou o colonialismo da Índia. Que os ingleses iriam civilizar a Índia. É possível a gente dizer uma coisa dessas hoje? A cultura escrita é muito mais antiga na Índia e na China do que no Ocidente. Até o séc. XIV nós fomos periferia da Índia e da China. Era de lá que vinha a cultura e que vinha tudo.

Não se pode dizer isso. Então a descoberta do multiculturalismo não é uma resposta de quem está a se render. Mas falo evidentemente do multiculturalismo emancipatório que é uma estratégia de igualdade social, mas com distribuição de riqueza.

Em suas exposições o senhor fala de um multiculturalismo emancipatório e de um outro, classificado de reacionário. Como o senhor diferencia esses dois conceitos?

Boaventura — O multiculturalismo emancipatório é aquele que reconhece e aproxima as culturas e não as põe em guetos. Posso lhe dar um

exemplo: a Câmara de Berlim há uns anos decidiu reconhecer a cultura dos turcos. Mas como ela fez isso? Os turcos, na Alemanha, dentro de seus guetos, dentro de seus bairros, podiam festejar da sua maneira, podiam comer a carne como queriam, mas nunca poderiam fazer suas festas fora de seus bairros. Ou seja, guetizaram uma cultura. Ao mesmo tempo assumiram que a cultura alemã não tinha nada a aprender com a cultura turca ou islâmica. Eu acho que as culturas devem aprender umas com as outras. Isso é que distingue em parte, digamos, o multiculturalismo emancipatório do reacionário.

Como o senhor vê o mito da democracia racial que existe no Brasil?

Boaventura — Este país foi avassalado pela idéia da democracia racial que de fato nunca existiu. É uma forma de racismo diferente dos países de colonialismo anglo-saxônico.

Mas o colonialismo ibérico criou formas de racismo que ficaram impregnadas às elites. Por outro lado, o fato de a independência não ter sido conseguida pelos índios e sim pelos descendentes dos colonos fez com que as relações coloniais sobrevivessem ao fim do colonialismo. Não é por acaso que houve genocídios ainda piores contra os índios depois da independência. No Brasil, ainda hoje, ninguém diz que é racista, mas muita gente não gostaria de ver sua filha casada com um negro. E esse racismo difuso é tão ou mais difícil de ser combatido quanto o assumido. A maneira como concebemos o multiculturalismo é monocultura!. Os negros têm suas tradições desde que não perturbem o nosso sistema educativo, o de saúde, o orçamento participativo. Temos a tradição individual, cada cidadão tem seu voto e eles, como os índios, têm identidades coletivas. Hoje a Europa começa a reconhecer que é multicultural. Esse racismo está muito impregnado na cultura brasileira. Mas a sociedade não admite essa multi-culturalidade e isso dificulta muito.

Poderia dar um exemplo?

Boaventura — Os quilombolas, as terras de descendentes de escravos. Existe uma enorme dificuldade para registrar as terras dos quilombos nos cartórios, justamente porque o código de registro é totalmente adequado para a propriedade individual que veio do modelo ocidental e que, portanto, não se

pode aplicar aos descendentes de escravos que estão nas suas terras há 300 anos e que obviamente nem têm sobrenomes, carteira de identidade nem sabem onde nasceram. Isso é monoculturalismo jurídico numa sociedade que se diz multicultural. Essa questão já entrou na agenda com a força do movimento negro e com a força do movimento indígena. Mas há muito ainda a fazer nesse domínio. Pelo menos o problema está identificado.

Nota

O complexo de Patolino

Algumas entrevistas publicadas neste livro foram realizadas no III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro de 2003. Um estudante de jornalismo ou um jornalista já em pleno exercício de sua profissão não pode participar de eventos como esses como os demais participantes. Uma atividade assim reúne um número significativo de representantes das mais diversas áreas e países e não podemos nos limitar a ouvir suas palestras. Devemos ouvi-las, gravá-las e entrevistar o palestrante após sua exposição. Os bons estudantes e os bons jornalistas construirão várias questões a respeito dos temas abordados nas palestras e poderão aprofundá-los logo em seguida. Foi assim com o sociólogo português Boaventura de Souza Santos.

Repito: em eventos como esses, não podemos nos comportar como os demais participantes. Impregnados da construção receptiva, entramos na construção ativa. Ou seja, temos de estar onde os palestrantes estão e realizar as entrevistas. Assim, é preciso ficar atento ao cronograma de atividades, anotar onde serão as entrevistas coletivas concedidas pelos debatedores e ficar de "olhos abertos" pelos corredores e espaços do local. Às vezes você está tomando cafezinho ao lado de um conferencista importante na atividade e não se dá conta. Como também não anotou onde será a coletiva nem aparece lá. Depois não adianta dar uma de Patolino, ficar chiando e achar que o universo conspira contra você. Aliás, mesmo quando o universo favorece a todos menos ao rabugento pato, ele não se rende e continua sonhando e insistindo.

Portanto, superado o complexo de Patolino, vamos à luta. Após sua conferência no fórum, Boaventura concedeu uma coletiva. As coletivas dos

fóruns ou eventos assim, com uma grande quantidade de participantes, não são lá muito bem organizadas. Para piorar, jornalistas são seres sem paciência alguma e costumam cercar o entrevistado antes que ele chegue ao local combinado. Se isso acontecer não adianta ficarmos sozinhos, sentados no sofá, bloco na mão, pernas cruzadas, esperando o entrevistado chegar. Os jornalistas cercam o entrevistado e a entrevista acontecerá ali, onde se formou o círculo eufórico de repórteres, gravadores e câmeras.

César Benjamin

(fev./2004)

É meio senso comum achar que ser jornalista é ser mal-educado. Não acho. Mas também não acho que devemos ser bobos só porque somos educados. Em situações como essa, onde é o lugar do jornalista? No meio da muvuca, claro. A coletiva com Santos nunca se realizou no local combinado. Ela aconteceu inteira no corredor, a meio caminho entre o local onde a palestra havia acontecido e a sala de imprensa. Como estava no tumulto, complexo de Patolino superado, garanti minhas perguntas e publiquei a entrevista. Em notas mais adiante, falarei ainda de mais dois complexos que, acredito, os jornalistas também precisam superar.

A afirmação é do pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj, César Benjamin. Fundador do PT e dirigente do partido até 1995, o ex-petista acredita que "impedir a autonomia do Banco Central terá de ser a principal luta de 2004". Organizador do livro *A opção brasileira*, César é um dos criadores do Movimento de Consulta Popular, um fórum que, desde dezembro de 1997, procura manter vivas características da militância de base como a reflexão política e teórica qualificada.

O movimento já produziu cerca de 25 vídeos sobre diferentes questões brasileiras, 300 mil cartilhas e criou a Editora Contraponto, com 40 livros publicados. Foi também o Consulta Popular que organizou, em 1999, a "Marcha Popular pelo Brasil", movimento que reuniu mais de mil pessoas (a maioria do MST) que durante três meses percorreram vários estados para protestar contra as privatizações. Nesta entrevista, César reafirma suas críticas ao governo Lula, ao PT e dá sua opinião sobre o novo partido de esquerda no Brasil.

Antes das eleições presidenciais você dizia que, ganhando as eleições, Lula poderia ser Fausto ou realizar uma operação digna de Maquiavel. Caso perdesse, seria Riobaldo, o narrador de *Grande sertão: veredas*. Lula venceu. Está para *Fausto* ou para *Maquiavel*?

Benjamin — Bom, você excluiu a possibilidade do Riobaldo, mas ela não está completamente excluída.

Mas era se ele perdesse...

Benjamin — É. Mas qual é a história do Riobaldo? Ele vende a alma para o diabo, cumpre toda sua parte no pacto e, no final da vida, descobre que o diabo não existe.

Então ninguém comprou. Das três possibilidades que eu levantei, permanece em aberto a do Fausto e a do Riobaldo. Ambos vendem a alma. É um sentido diferente de Maquiavel que apenas opera. Fausto vende para alguém que efetivamente compra e vem cobrar. Riobaldo vende para alguém que imagina que existisse, mas não existia. Embora Lula tenha vencido, ele pode vir a ser um Riobaldo. Nesse momento ele é Fausto. Ele está cumprindo a sua parte no pacto, realizando um governo que aprofunda um modelo econômico que havia sido repudiado e aprofunda de uma maneira que só ele e o PT poderiam aprofundar. Nenhum outro candidato poderia realizar uma política tão favorável à direita como o Lula está realizando. Até porque, qualquer outro candidato teria a oposição do PT e a oposição dos movimentos sociais a essa política. Na medida em que essa política da direita passou a ser feita pela esquerda, deixou de existir oposição a essa política. Essa é a tragédia que está acontecendo no Brasil. A nossa vitória é a nossa maior derrota. Lula governa com a política da ambigüidade. Mas quando você ultrapassa as aparências, percebe que todas as grandes questões são resolvidas no âmbito da direita.

Quais são as grandes questões?

Benjamin — O sentido da reforma da Previdência, por exemplo, é preparar a privatização da Previdência. É criar um mercado cativo para o sistema financeiro abocanhar esse segmento. A decisão do governo sobre os transgênicos também é favorável à solução da direita. A política econômica é absolutamente conservadora. O governo está dizendo que vai colocar em pauta a autonomia do Banco Central que é uma reivindicação antiga do sistema financeiro.

E quais as conseqüências para o país se Lula conceder autonomia ao BC?

Benjamin — Na prática o Banco Central brasileiro já é autônomo. Isso não é uma solução, é um problema. O que se pretende agora é transformar isso, que é uma decisão política do presidente, que é conceder a autonomia ao Banco Central, em lei. Ou seja, retirar da Presidência da República o controle sobre o principal instrumento de formulação e de execução de política econômica no Brasil. Realizada essa operação, eu diria que a figura do presidente da República fica completamente esvaziada no Brasil. Nós já não temos quase praticamente (sic) um setor produtivo estatal, com exceção da Petrobras. Temos uma enorme desregulamentação na área financeira comercial. Se a Presidência abrir mão do Banco Central elegeremos em 2006 um palhaço para presidente. O novo presidente não irá fazer outra coisa a não ser gerenciar escassez e distribuir cestas básicas. Ele não terá mais um instrumento poderoso de gestão da economia nacional. Isso não pode passar. É preciso que o poder político, e a população, tenha controle sobre uma instituição tão importante como o Banco Central.

A reforma agrária também é uma grande questão.

Benjamin — A reforma agrária está parada. O ano de 2003 foi o pior ano de reforma agrária nos últimos 15 ou 20 anos. Agora também existe um movimento ambíguo. De um lado, fortemente pressionado, o Lula acena com dar velocidade à reforma agrária e, de outro lado, no acordo feito com o FMI, o governo Lula fez uma concessão bárbara. Ele aceitou incluir os Títulos da Dívida Agrária, os TDAs, nas metas dos superávits primários. Isso é grave pelo seguinte, os TDAs são o principal instrumento legal de realização da reforma agrária. São títulos resgatáveis em 20 anos. Nesse acordo com o FMI, o governo Lula aceitou incluir a emissão desses títulos como se eles fossem moeda.

Eles passam a ser subordinados às metas do superávit primário, o que não eram. Então há um movimento ambíguo. Lula promete acelerar o processo e a área econômica submete a emissão de TDAs ao superávit primário.

O que vai acontecer então?

Benjamin — Não sei. O que eu sei é que, na expectativa de que Lula faça a reforma agrária, há um afluxo enorme de famílias pobres na direção dos

acampamentos do MST. Quando Lula assumiu, os acampamentos do MST tinham cerca de 60 mil famílias e hoje são 150 mil e serão 200 mil famílias em meados do ano, isso representa algo como 800 mil brasileiros vivendo em barracas de lona, na beira das estradas. Uma cena de sociedades que passaram por guerras, terremotos, furacões. O Brasil não passou por nada disso e, no entanto, terá 800 mil pessoas acampadas. São refugiados do modelo econômico. Como a reforma agrária não está caminhando, o ritmo de entrada nos acampamentos é muito superior ao de saída. Isso aponta para um choque que só está sendo adiado porque o governo distribui cestas básicas. Eu não conheço nenhum caso semelhante. Um grande Estado Nacional, no caso o Estado brasileiro, foi completamente capturado pelo capital financeiro e foi paralisado. Atualmente os acampamentos recebem em torno de 130 mil cestas básicas. Então as pessoas estão embaixo das barracas, mas estão comendo. Se, nos próximos meses, não houver uma mexida significativa na questão da reforma agrária, a situação aponta para um conflito grave no campo ao longo desse ano, talvez no segundo semestre.

Em seu artigo "O triunfo da razão cínica" você diz que o PT morreu e depois publicou uma autocrítica. Por quê?

Benjamin — Porque não fiz nenhuma nuance. Quando eu reli, achei que eu tinha atacado um conjunto de pessoas que mantém, me parece, uma posição equivocada, mas que são pessoas honestas. Escrevi o pedido de desculpas dirigido a estas pessoas, que são pessoas honestas e que permanecem vinculadas ao PT e ao governo. Curiosamente, praticamente todas essas pessoas que, por algum motivo tiveram contato comigo depois dos dois artigos, reclamaram do segundo. É engraçado. Até hoje recebo mensagens protestando contra o segundo. São pessoas que dizem: "Olha, eu continuo no PT, mas o primeiro artigo é que está certo, você não devia ter escrito o segundo.

Depois da experiência do Movimento de Consulta Popular, você relativiza ou não a importância dos partidos políticos?

Benjamin — Não relativizo. Está dado. É inevitável que nós teremos de construir um novo partido. O PT como projeto deixou de existir. O PT hoje se resume à gerência de uma máquina de poder. Ele tem projeto de governo e de poder, mas não tem mais um projeto de sociedade. Nesse sentido, independentemente do quão bem-sucedido ele possa ser na gerência do poder, ele já não representa mais uma alternativa de sociedade. Isso abre um espaço, óbvio, enorme, necessário, para que se constitua um novo partido de esquerda no Brasil.

Falando nisso, na tarde do dia 19 de janeiro, parlamentares expulsos do PT, alguns intelectuais e outras lideranças fizeram uma reunião para lançar as bases de um novo partido de esquerda. Você apóia a criação desse novo partido?

Benjamin — Eu fui convidado, mas não pude ir porque estava na instalação do 12º Encontro Nacional do MST, no Paraná. Lamentei, avisei as pessoas que não poderia ir e não conversei com elas depois disso. Quando conversar, direi a elas para terem cuidado porque fazer partido é fácil, mas essa construção precisa envolver o Brasil profundo. Isso revela um grau de dificuldade muito maior. Só acho que esse processo deve ser cuidadoso porque a construção desse partido terá de ser obra de milhares de pessoas. E milhares de pessoas não necessariamente marcham no mesmo ritmo, têm o mesmo grau de disponibilidade. Acho ainda que devemos evitar uma armadilha que está colocada.

Que armadilha é essa?

Benjamin — A armadilha é a seguinte: a meu ver o sistema político institucional brasileiro está caminhando conscientemente para uma espécie de americanização da política brasileira, ou seja, a formação de dois grandes blocos muito poderosos, com muito dinheiro, com muito apoio das classes dominantes. Um deles poderia vir a ser o bloco do PT com PMDB, que seria nosso Partido Democrata americano. O outro poderia ser o bloco do PFL com PSDB, que seria nosso Partido Republicano. Ambos, como a *Pepsi-Cola* e a *Coca-Cola*, se alternando no governo, como grandes marcas políticas. E, nesse

esquema, que a meu ver é um esquema que já está concebido, existe um lugar prefixado para a esquerda, que é um lugar para um pequeno partido de esquerda. Um partido que tenha 4%, 5% dos votos e que cumpra esse papel. Na prática, teríamos um bipartidarismo. Acho que não podemos cometer o erro de fazer o que nossos adversários querem que a gente faça, ou seja, construir um partido de esquerda sem vocação hegemônica. Eu diria que o nosso desafio atual não é fazer um partido, embora ele tenha de ser feito. Nosso desafio atual é encontrar condições para reconstituir uma esquerda com capacidade de disputa hegemônica no Brasil. Isso não é fácil. Fazer partido é fácil. Fazer sigla, reunir, registrar, mas fazer isso não é fácil. A experiência do Movimento de Consulta Popular para mim tem sido muito rica porque entramos em contato com o Brasil profundo. Não o Brasil da classe média radicalizada. É um Brasil que se move mais lentamente. É o Brasil da pobreza, das igrejas, do povo. Um Brasil que tem de ser ouvido nesse processo. Acho que seria um erro nosso construir um Brasil da classe média radicalizada. Isso não resolveria a questão estratégica da esquerda brasileira.

Por que o governo Lula é inimigo do debate?

Benjamin — Porque o governo Lula tem uma relação de infantilização do povo. Lula não é um líder mobilizador, não é um líder organizador, não é um líder que, ao se dirigir ao povo, aumente o grau de consciência do povo. Ao contrário, ele trabalha os elementos mais atrasados da consciência do povo. O imobilismo, a crença no salvacionismo, a idéia da fraqueza do próprio povo. É um líder que aponta para trás. Sua mensagem na relação com o povo se resume em pedir paciência, em dizer que é tudo muito difícil e em dar alguns conselhos de auto-ajuda. Por outro lado, o mesmo Lula é de uma enorme eficácia e agilidade, quando se trata de lidar com as questões das elites. A reforma da Previdência estava há oito anos emperrada e o PT, durante esses oito anos, foi contra. Agora o governo fez com uma agilidade impressionante. Os transgênicos foram liberados por Medida Provisória. O governo Lula é um governo fechado, é mais conservador do que se imagina. Cito mais uma vez o exemplo da reforma da Previdência. Em todos esses anos, o PT sempre foi contra, mudou radicalmente de opinião sem nenhum tipo de debate. O grave

não é mudar de opinião. O grave é mudar todas as opiniões ao mesmo tempo e sem dizer por que mudou.

Onde esse conservadorismo é mais evidente?

Benjamin — Quais são os espaços de democratização, de informação, de mobilização, de transparência, que foram abertos nesse ano de governo? Nenhum. Ao contrário, o aumento do desemprego, por exemplo, é um forte desmobilizador dos trabalhadores. O aumento da miséria é um forte componente do clientelismo. O funcionalismo público, uma categoria essencial para as políticas de Estado, continua sendo demonizada. O governo Lula atua politicamente para enfraquecer as forças sociais que podem mudar o Brasil e para fortalecer as forças do *status quo*. Quem hoje está tranqüilo e tem confiança no governo é a direita. A burguesia não tem a menor dúvida de que esse governo é dela; se tivesse, estaria nervosa e não há nenhum nervosismo dentro da classe dominante brasileira. Ela sabe que o governo é seu.

Você diz que o governo Lula poderá ser trágico e já deu exemplos de como essa tragédia se revela do ponto de vista econômico. Pode dar mais exemplos?

Benjamin — A adesão à Alca que, aparentemente, se dará em 2005. Se nós tivermos o Banco Central independente e a Alca, só será possível repensar um projeto nacional com ruptura.

E que ruptura seria?

Benjamin — Terá de haver um processo de ruptura institucional. A democracia surgida no fim da Ditadura Militar, em 85, terá esgotado seu limite.

Penso em outros aspectos também. Rosa Luxemburgo foi morta em 1919 por grupos paramilitares de um governo de coalizão, com hegemonia conservadora, do qual a Social-democracia alemã fazia parte, inclusive com ministros de Estado. Seus antigos companheiros, no mínimo, foram cúmplices. Guardando as enormes diferenças, com a guinada do governo à

direita, aqueles que continuam apostando na luta não correm risco semelhante? Desempenhar esse papel não seria uma outra face da tragicidade do governo Lula?

Benjamin — Em geral não gosto muito da comparação do PT com a Social-democracia, porque acho que ela é injusta com a Social-democracia. A Social-democracia europeia foi um movimento forte, com base operária, que foi derrotado durante muito tempo, mas que, num certo momento histórico, depois da Segunda Guerra Mundial, consolidou sua adesão ao sistema capitalista em troca de reformas sociais substantivas. Então, no segundo pós-guerra, há um ganho efetivo para a base social da Social-democracia.

O que acontece com o PT é que o PT fez um pacto com a elite e esse pacto não contempla a base social do PT. É nesse sentido que a comparação é injusta. O PT não obteve da parte da elite brasileira nenhuma concessão minimamente significativa, ao contrário. Se você olhar os indicadores que mais importam na vida do povo, você repara que, no primeiro ano do governo Lula, a renda do trabalho caiu 15% e o desemprego também aumentou. O governo Lula executa uma política que não só não traz nenhum ganho para sua base social como desarticula política e socialmente a sua base social. Há um processo de cooptação mais vergonhoso que passa por uma integração ao *establishment*. É por isso que o PT morreu. Se o governo não alterar sua política, haverá uma crise social muito grave e aí sim, ele poderá tomar o caminho que a Social-democracia alemã tomou em 1918, 1919.

A diferença entre conquistar o governo e conquistar o poder é usada como argumento pelos que defendem o governo Lula, já que essa diferença limita ações mais ousadas do governo. O mesmo argumento serve para aqueles que criticam o conservadorismo de Lula e que exigem medidas mais radicais para a conquista do poder político. O que separa a conquista do governo da conquista do poder?

Benjamin — O discurso do PT de que não chegou ao poder é uma imensa desculpa porque ele não está usando os instrumentos que estão ao alcance do governo para realizar reformas mínimas. Ninguém está exigindo do Lula que ele patrocine uma revolução. Pode ser até que algumas pessoas desejem, mas ninguém está propondo que o Lula faça isso. Quando você ouve os radicais do

PT falarem, eles criticam a taxa de juros, eles querem mais emprego, desenvolvimento econômico e não há nada de revolucionário nisso. Isso é fazer o capitalismo funcionar. A crítica é que, mesmo no nível da simples reforma do capitalismo, mesmo no nível da simples postura republicana, o governo Lula é muito atrasado. Por exemplo, é discutível se o governo Lula já poderia ter iniciado ou não a recomposição salarial do funcionalismo, mas é indiscutível que ele já poderia ter iniciado uma nova relação com o funcionalismo. Em vez de fazer isso, o governo Lula, ao longo de 2003, nomeia 20 mil cargos dentro do Estado brasileiro e, agora com a reforma ministerial, criou mais 2.800 cargos. É o velho patrimonialismo e isso é típico do Estado brasileiro. Na França, quando muda o presidente, provavelmente cerca de 200 cargos, todos de confiança, são alterados. No Brasil, muda o presidente e mudam 20 mil cargos. Se você mudar a cada quatro anos 20 mil cargos, o Estado não funciona. Daí você vê o espetáculo de deputados e senadores se engalfinhando para nomear um diretor de hospital, ou para nomear um diretor do DNER, ou um gerente da Caixa Econômica.

E por que essas nomeações são tão disputadas?

Benjamin — Será por que trazem votos? Não. É só um voto ou de uma família. Essas nomeações compram votos no Congresso porque esses órgão públicos fazem compras, eles têm verbas, fazem licitações. O fisiologismo é a face pública da corrupção. É importante ter o controle da direção de um hospital porque você controla as licitações desse hospital e por aí você faz o caixa dois. Então, você tem um Estado absolutamente corrompido e eu já nem me refiro à grande corrupção. É corrompido no seu cotidiano, nas suas verbas de 10 milhões, 5 milhões de 2 milhões, de 500 mil. Não podemos esperar que o governo Lula faça uma revolução socialista, mas ele poderia mexer nisso. O que se vê é um governo que se rende a todas essas práticas.

E sem nenhuma resistência...

Benjamin — O impressionante é isso. Existem casos de governos de esquerda que acabam fazendo a política da direita, mas todos tentaram fazer

alguma coisa. Lula é um caso único de governo que não tentou. Essa é uma dimensão um pouco patética do governo Lula.

Nota

A entrevista longa

Uma nota sobre entrevista longa serve para esta entrevista com o economista e escritor César Benjamin como também para outras entrevistas longas publicadas neste livro. Aliás, quase todas as entrevistas que faço são longas. Acontece com estas o que acontece com a maioria das entrevistas longas, ou seja, em geral, não são publicadas na íntegra. Podem existir ainda duas soluções que diminuam a dor do corte. As longas entrevistas podem ser publicadas em duas partes e isso deve ser explicado ao leitor tanto na publicação da primeira parte como na segunda. O jornal também pode publicar os principais trechos da entrevista e recomendar que o leitor leia sua íntegra na página eletrônica do jornal.

De qualquer forma, toda vez que um repórter estiver determinado a realizar uma entrevista bem grande, ele sabe que tomará muito tempo do entrevistado. Assim, devemos sempre explicar ao entrevistado quanto tempo aproximadamente a entrevista levará e quantas perguntas também aproximadamente pretendemos fazer. Alguns entrevistados até exigem isso e já marcam a entrevista avisando de quanto tempo dispõem. Essas combinações evitarão o constrangimento do entrevistado ser obrigado a encerrar a entrevista lá pelo meio em função de um compromisso, por exemplo. Sabendo do tempo disponível do entrevistado, o jornalista poderá olhar seu roteiro e escolher suas perguntas mais importantes, caso o tempo do entrevistado seja mais curto que o necessário. Portanto, o tempo previsto para a entrevista é mais um dos elementos importantes que devem ser acertados entre entrevistador e entrevistado.

Reparem também que nesta entrevista algumas perguntas são longas. Precisamos ter muito cuidado a esse respeito. Não podemos usar a entrevista para expor nossas próprias teses sobre um assunto. Até podemos expor o que pensamos do tema discutido, desde que esse pensamento seja uma ponte

honestas para que o entrevistado exponha sua resposta. Pode ser uma provocação, no sentido de provocar, levar o entrevistado a pensar sobre o que expomos e a responder. Aqui a conversa acontece, a reflexão pode ser feita conjuntamente.

Dilma Roussef e José Eduardo Dutra

(jan./2003)

Vamos fortalecer a indústria nacional.

A ministra das Minas e Energia, Dilma Roussef ², e o novo presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, concederam entrevista coletiva à imprensa momentos antes de Dutra ser empossado no dia 3 de janeiro de 2003, uma sexta-feira. A frase acima foi uma das muitas afirmações de Dutra partilhada também pela ministra.

A nova diretoria da Petrobras já está definida?

Dutra — Por enquanto não há definição a respeito da diretoria. Houve a reunião do Conselho de Administração que elegeu apenas o presidente até porque, fui informado apenas no dia de ontem, portanto ainda não tivemos tempo de discutir. Inicialmente os diretores permanecem até que futuras reuniões do Conselho de Administração definam futuras possíveis mudanças.

Roussef — Em todas as áreas iremos proceder substituição e não é uma questão de quem nos agrada ou não, é uma questão de fim de um governo e início de outro. Trata-se de uma nova gestão. O Conselho pedirá para os membros da diretoria que aguardem até serem substituídos. Se, eventualmente, um ou outro for confirmado, não se trata da confirmação dessa diretoria e sim da confirmação do nome de pessoas. A diretoria será inteiramente substituída.

O Brasil votou para mudar. Quais serão as mudanças que a senhora ministra e o senhor presidente da Petrobras pretendem implementar na estatal?

Roussef — O Brasil votou para mudar sim. A mudança que iremos fazer não se inicia de forma abrupta nem radical. Nós iremos respeitar o duplo caráter que a Petrobras tem. Enquanto empresa ela tem de dar lucro, ser

² Atualmente Dilma Roussef é ministra da Casa Civil e José Eduardo Dutra é Secretário de Relações Institucionais e Articulação Política da Prefeitura Municipal de Aracaju-Se.

eficiente, dar resultados positivos e desempenhar seu papel. Ao mesmo tempo, ela é uma empresa pública e a Petrobras tem a grandeza que tem porque, ao longo de sua história, os interesses estratégicos da Petrobras coincidiram com os interesses estratégicos da nação brasileira.

O Rio de Janeiro já pode contar com mais uma refinaria de petróleo?

Dutra — Em primeiro lugar, essa questão da refinaria não vai ser discutida em termos de quem se mobiliza mais ou quem faz mais campanha do tipo (A refinaria é nossa!" ou de outro estado. Existem estudos a respeito da necessidade de ampliação do parque de refino no Brasil para que o Brasil seja auto-suficiente na produção de petróleo.

Está em discussão desde a ampliação do parque de refino das atuais refinarias como a construção de novas refinarias, mas a Petrobras poderá fazer isso em associação com outras empresas ou não. Outra hipótese levantada hoje dentro da Petrobras é a compra de refinarias no exterior. São três hipóteses; não necessariamente se excluem.

Portanto, não temos a mínima condição de, nesse momento, dizer se vamos construir refinarias e em que lugar serão construídas.

O senhor defende a construção das plataformas no Brasil?

Dutra — A questão da capacidade da indústria nacional construir plataformas depende muito mais do governo do que da Petrobras, que é a empresa que irá fazer as licitações.

Naturalmente, o governo através de instrumentos fiscais ou do próprio BNDES pode, na medida em que entenda que é importante que obras como essas sejam realizadas no Brasil para geração de empregos, incentivar e garantir condições para a indústria nacional participar com competitividade em licitações como essas. Em uma licitação não podemos permitir ou não a participação de empresas internacionais, mas é lógico que o interesse do governo é fortalecer a indústria nacional.

Roussef — Nós iremos fazer política industrial. O governo eleito reiterou durante a campanha que faria política industrial. Quase todos os países do

mundo têm política de compra governamental. Os EUA, a França. Quando a Petrobras tem financiamento japonês para expansão, existem cláusulas de compra de equipamentos japoneses. É esse tipo de política internacional que hoje existe em vários países no mundo que iremos praticar no Brasil. Isso implica que nossos industriais apresentem desempenho e eficiência similares aos internacionais, o que é muito bom para nós. Não há contradição, como muitas vezes se induz a pensar, entre a internalização da produção industrial e a eficiência. Se, em alguns casos, algumas empresas internacionais têm mais facilidade, precisamos assinalar também que possuem taxas de juros diferenciadas.

Se nosso país quiser ter nível de concorrência com as empresas internacionais, teremos de discutir inclusive as mesmas condições de financiamento. Temos de assegurar condições similares de competitividade aos produtores brasileiros.

No ano passado 21 petroleiros morreram em acidentes na Petrobras. Desses, 18 eram terceirizados. A segurança será uma questão de princípio em sua gestão?

Roussef — Sem dúvida alguma. Essa é uma questão que será constante em nossa administração. O investimento em segurança e na preservação do meio ambiente será uma questão fundamental para nossa gestão. Iremos trabalhar para que as mesmas normas de segurança aplicadas para a Petrobras sejam aplicadas às empresas contratadas.

Ministra, a senhora é favorável à participação dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobras?

Roussef — Isso será avaliado pelo governo não como uma política em relação à Petrobras, mas como uma política em relação a todas as empresas. Ainda não temos uma posição sobre isso e ela não é específica à Petrobras.

Presidente, o senhor é autor do projeto de lei, já aprovado pelo Senado e atualmente em tramitação na Câmara, que anistia os trabalhadores da

Petrobras demitidos e punidos por participação nas greves de 94 e 95. Os petroleiros punidos podem se considerar anistiados?

Dutra — Retomaremos essa discussão com os sindicatos e o governo tendo como ponto de partida o projeto de anistia aprovado no Congresso e vetado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nota

A entrevista coletiva

As coletivas são momentos nada tranquilos. Se o jornalista está começando, as coletivas podem ser verdadeiros problemas. Cada jornalista vai para a coletiva com uma série de perguntas. Em geral, são perguntas específicas definidas pelo tipo de veículo em que o jornalista trabalha. Nessa coletiva com o novo presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, e com a nova ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, isso fica bem evidente. Algumas perguntas eram de interesse geral. A composição da nova diretoria da estatal, as mudanças do novo governo, as alterações na política de preço de combustíveis. Outras, embora de interesse comum, interessavam mais a um veículo que a outro. Para o jornal carioca O Dia, era fundamental saber se a nova refinaria planejada pela empresa seria construída no Rio de Janeiro ou não. Acontecesse o que acontecesse, o repórter ou a repórter não poderia deixar de fazer essa pergunta.

Para mim, que participava da coletiva pelo jornal do Sindicato dos Petroleiros, importavam questões gerais e questões ligadas à categoria, como por exemplo, política de segurança para diminuir o número de acidentes na empresa, a participação dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobras e o projeto de anistia para demitidos e punidos da estatal.

Em geral, a assessoria de imprensa do entrevistado tenta organizar a coletiva, mas nem sempre isso é possível. Primeiro porque cada um quer fazer suas perguntas e é claro que nem sempre todos se lembram de serem educados. Principalmente os repórteres de TVs que, não se sabe por que, acham que toda coletiva é realizada exclusivamente para eles. Segundo,

porque o tempo do entrevistado é sempre curto. Uma coisa que qualquer jornalista aprenderá é que ele pode até preparar uma longa lista de perguntas, mas terá sorte se conseguir fazer três ou quatro.

Colocados alguns problemas acho que podemos participar bem de uma coletiva se, por exemplo, chegamos cedo para escolher um bom lugar. Gosto de sentar em frente ao entrevistado. Uma das razões é que, assim, posso colocar meu gravador na mesa e sempre verificar se está funcionando, além de perceber se a fita acabou e preciso virar.

Outra é porque, quando a assessoria do entrevistado encerrar abruptamente a entrevista (como sempre acontece), posso chegar logo no entrevistado e conseguir mais uma ou duas respostas. Outra coisa importante que devemos fazer é olhar para nossa longa lista de perguntas (nós também pensamos que a coletiva é exclusiva) e escolher as fundamentais para garantir que pelo menos essas faremos.

Acho que devemos ser educados e não monopolizar o entrevistado, mas não podemos, em hipótese alguma, voltar para a redação sem ter feito nosso dever de casa.

Portanto, não podemos confundir educação com lerdeza. Com jeito, sem ser agressivos e sem passar por cima de ninguém, precisamos fazer nossas perguntas.

Um detalhe é que essa coletiva foi realizada com dois entrevistados. É bom pensar qual o mais indicado para as perguntas que precisamos fazer e termos o cuidado de equilibrar as respostas de cada um ao editarmos nosso material.

Diolinda Alves

(mar./2004)

Em setembro de 2003, Diolinda Alves, 34 anos, a liderança feminina mais conhecida do Movimento dos Sem Terra (MST), foi presa e permaneceu 52 dias na cadeia pública de Piquerubi, interior de São Paulo. José Rainha, outra liderança do MST, e com quem Diolinda é casada há 11 anos, já estava preso, ambos acusados de formação de quadrilha. Os dois quase perderam a guarda dos filhos, João Paulo, de 10 anos, e Sophia, de 3. Há quase dez anos, a Companhia de Energia de São Paulo abandonou uma vila de casas que havia construído para operários que trabalhavam em Teodoro Sampaio, a 200 quilômetros de Presidente Prudente, no Pontal de Paranapanema. Várias famílias do MST ocuparam as casas. A família de Diolinda ocupou a residência de número 330, da rua Eduardo Ulofo. Conhecida região de conflitos de terra, o Pontal é justamente a região que faz uma "ponta" nas divisas com Paraná e Mato Grosso. Foi em sua casa que Diolinda concedeu a seguinte entrevista.

Quando começou sua luta pela terra?

Diolinda — Em meados de 85, o MST fazia o chamado "trabalho de base" na região. Nessa época, só fui participar da penúltima reunião. Quem participava mesmo era minha mãe, Diomara Jorge da Silva. Foi nessa reunião, penúltima reunião, que ouvi pela primeira vez a palavra "ocupação". A última reunião já era para preparar a ocupação de uma fazenda que eu não lembro mais o nome, mas a data da primeira ocupação eu não esqueço: 27 de outubro de 1985. Foi um dia impossível de descrever.

Só sabíamos que pobre nunca tem direito a nada, e, de uma hora para outra, descobrimos tudo a que tínhamos direito e o tanto que precisávamos lutar por eles.

Da sua família só você e sua mãe participaram dessa ocupação?

Diolinda — Meu pai ficou em casa com meus irmãos mais velhos. Eu, minha mãe e os mais novos fomos para a luta. O grande dilema é que, quando o proprietário dessa terra soube que minha mãe foi para a ocupação, ele fez a cabeça do meu pai. Ele dizia para meu pai ter cuidado porque a ocupação ia acabar em morte. Ele dizia que os proprietários iam defender suas terras.

A ocupação não era na fazenda dele, mas ele defendia seus interesses de classe.

Diolinda — É, foi a primeira vez que vi como isso acontece. Meu pai acabou ficando preocupado e foi nos visitar na ocupação. Era uma ocupação com 3 mil pessoas.

Meu pai disse para minha mãe que aquilo não estava certo, que podíamos ser presas ou mortas e que voltássemos para casa. Já minha mãe disse para meu pai que quem produz deve ser dono da produção e que o que não estava certo era trabalharmos tanto para o dono da terra ficar com praticamente tudo. Disse que tínhamos que produzir para nós mesmos e que, se para conseguirmos o sonho de termos nossa própria terra era preciso arriscar a vida, nós ficaríamos ali para o que fosse preciso. A essa altura já tínhamos sido ganhas para a luta.

E quem convenceu a quem?

Diolinda — Ah! Ninguém convencia a gente do contrário não. Meu pai ficou o fim de semana com a gente e depois voltou para a fazenda. Tocou a terra até o dono da fazenda chegar. Quando ele apareceu ele falou para o dono: "O senhor tem a sua opinião e agora eu tenho a minha. Fique com sua fazenda que se é para minha mulher morrer naquela luta eu vou morrer com ela ". E foi para a ocupação. Nossa barraca era a maior e a mais freqüentada do acampamento. Desse dia em diante nossa vida foi marcada por ocupações, despejos, acampamentos provisórios, conquistas de assentamentos, derrotas e vitórias.

Foi ainda durante essa ocupação que você entrou para o MST?

Diolinda — Ainda nos lotes provisórios, por volta de 1986, comecei a participar do grupo de jovens, ajudava a distribuir doações que chegavam, cuidava da farmácia do acampamento, ajudava em tudo. Nesse período de pré-assentamento, o "Vale da Vitória" escolheu três jovens para estudar Técnicas Agrícolas na Escola Família Agrícola (EFA), uma escola bem tradicional, fundada por um padre. E eu, com 16 anos, fui uma das escolhidas. Durante três anos, ficava uma semana internada na escola e duas levando o que aprendia para a comunidade. Quando terminei o primeiro grau em técnica agrícola, aí, já não mais pelo assentamento, mas pela escola, fui cotada para terminar o segundo grau, mas eu já não quis, a minha disposição era só para a luta.

Quando você e o Rainha se conheceram?

Diolinda — Nos conhecemos na ocupação do Vale da Vitória. O Rainha era secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Linhares, no Espírito Santo. Nos anos 80, até 88, por aí, o Movimento era conduzido pelas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e pelo Sindicato. Então quem era do Sindicato também era do MST. Assim era a vida do Zé que acabou largando o Sindicato e assumindo só o MST. A gente já se namorava, mas era tanta luta que cada um vivia para seu lado. A questão política definia e define as questões pessoais.

Existe discriminação no MST? Existem tarefas que, por serem culturalmente associadas às mulheres, são destinadas pelo Movimento também às mulheres? Como você vê essa questão?

Diolinda — A gente vive em um mundo machista e isso não está 100% resolvido nem no MST nem nos outros movimentos. Tem uma companheira minha, a Fátima Ribeiro, que ajudou a fundar o MST e sofreu muito isso na pele. Ela era a única mulher no meio de 12 homens da direção nacional. Eram piadas, indiretas, brincadeiras que vinham da própria direção do Movimento. Isso, infelizmente, existe no movimento sindical também, para você ver como consciência é um negócio complicado. Algumas piadas mais agressivas diziam que nossa função já estava definida. Mas a força da Fátima e de outras companheiras foi abrindo as portas para que hoje uma parte da direção do

Movimento seja composta por mulheres. Atualmente o comportamento em relação à mulher mudou bastante, mas ainda hoje, seja em um encontro, num seminário, numa atividade qualquer, às vezes, um homem chega e tenta impor: "Hoje só as mulheres cozinham!" Daí a gente grita: "Por quê?" Até que fazemos greve e não cozinhamos mesmo.

Qual foi sua pior experiência de prisão?

Diolinda — Eu já fui presa várias vezes e em 96 aconteceu a primeira prisão longa. Fui presa no dia 25 de agosto, era aniversário do meu filho. Eu e o companheiro Márcio Barreto fomos algemados dentro do carro e levados de delegacia em delegacia, de presídio em presídio e ninguém queria nos aceitar, até que chegamos em São Paulo e ficamos no Carandiru por 18 dias. Tive medo porque estava no auge da violência lá dentro. Fiquei numa cela fria, de uniforme e quase raspavam meu cabelo e me desinfetaram como fazem com todos os presos. A sorte é que alguém disse que a gente não era bandido. Aí fui para o pavilhão com as outras presas, mas acabei voltando para uma cela isolada, fria e escura. Até que o Suplicy foi lá e mudei para uma outra cela reformada e menos mal. Essa última que fiquei em Piquerubi também foi bem ruim, não só porque foi a mais longa, fiquei presa 52 dias, mas porque quase perdemos a guarda dos nossos filhos.

Você acha que o governo Lula fez o que podia ter feito por vocês na prisão?

Diolinda — No governo FHC eu fui presa duas vezes. Eu não vou condenar o governo Lula por ter sido presa em seu governo. A direita é esperta. Ela usa o fato de termos sido presos num governo que é do povo e amigo do movimento para nos jogar contra o Lula. Vimos a preocupação do governo porque o Frei Betto nos visitou, além dos parlamentares. Lula fez o que podia, a Justiça é que é lenta. Se o Lula não resolver o problema da Reforma Agrária, aí sim terei mágoa dele. Por enquanto não.

Nota

Planejar, perguntar e fotografar

Cultivei o desejo de entrevistar a mais conhecida liderança feminina do MST, Diolinda Alves, durante muito tempo. O fato de Diolinda morar no Pontal de Paranapanema, interior de São Paulo, e eu no Rio de Janeiro, me fazia ir adiando o projeto. Quando ela foi presa em setembro de 2003, decidi que não podia mais esperar e que faria a entrevista dentro da prisão. O desejo foi mais uma vez adiado porque não era fácil entrar no presídio em que Diolinda estava. Para entrar era preciso ir junto com algum parlamentar fingindo ser sua assessora. Difícil organizar tudo isso quando é preciso seguir dando conta das demais matérias para o jornal em que se trabalha. Podemos aprender aqui também. O jornalista deve encontrar esse equilíbrio em meio a tantas coisas que faz. Ele deve conseguir ir tocando suas matérias do dia-a-dia e ir "correndo atrás" de seus projetos para grandes matérias e grandes entrevistas para o mesmo jornal, para outros jornais em que eventualmente também trabalhe ou para não frustrar seus próprios desejos e sonhos. Entrevistaria Diolinda mesmo que a entrevista não fosse publicada em lugar nenhum.

Quando Diolinda foi solta, o desafio era convencer a direção do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ), em que trabalhava, a pagar uma passagem até o Pontal. Quando se trabalha em um "jornal comum", na "imprensa burguesa", como é chamada nos sindicatos e pela esquerda, viagens como essas são comuns, para o jornalismo sindical, não é. Por isso, a negociação ainda levou alguns meses, mas finalmente a direção do sindicato concordou. Com Diolinda eu já havia feito vários contatos por telefone e tratava-se apenas de combinar o dia mais adequado. Tudo acertado, no dia marcado embarquei em quatro aviões (dois para ir até Presidente Prudente e dois para retornar), viajei ainda mais quatro horas de ônibus. Fui ao Pontal como quem vai "ali", tudo em um único dia.

Ainda sobre o conteúdo das perguntas, minha entrevistada não era apenas uma liderança do MST, era mulher, mãe e esteve presa várias vezes. Assim, procurei enfatizar a construção de uma liderança feminina, as contradições de um movimento de esquerda com relação à mulher, a experiência nas prisões e, por fim, as opiniões de Diolinda sobre o governo e a reforma agrária. Para a edição dessa entrevista, vale aqui o que conversamos

no item 15 do segundo capítulo deste livro. Fui ao Pontal sozinha (pedir ao sindicato que pagassem a passagem de um fotógrafo seria demais). Nesse caso, não houve problemas porque também sou fotógrafa. É sempre importante trabalhar em equipe: jornalistas e fotógrafos quando se integram trabalham sempre melhor. Às vezes, porém, viajamos sozinhos ou estamos diante de um fato que nos surpreende pelo caminho.

O momento pode exigir que o jornalista fotografe e saber fotografar pode salvar a matéria para o jornalista. Em caso de entrevistas, sempre podemos contar com os arquivos. Contudo, prefiro fazer a foto quando estou falando com o entrevistado. Eu mesma fiz as fotos de Diolinda e o mesmo aconteceu em outras entrevistas e matérias.

Eduardo Moreira e Inês Peixoto

(set./2003)

O Galpão no Rio com O Inspetor Geral.

Cheguei ao Teatro Villa Lobos no final da tarde de sexta-feira, 12 de setembro de 2003, e aguardei. Pouco depois, Eduardo Moreira e Inês Peixoto me levaram ao palco onde, dali a algumas horas, estariam, com os demais integrantes do elenco, encenando O Inspetor Geral. Sentados no cenário da peça realizamos essa conversa/entrevista. Ambos disseram que montar o texto russo era um projeto antigo por muitos motivos. A inteligência e a riqueza do texto foram alguns. "Quanto mais se faz, mais se descobre novas coisas nele. Assim se reconhece um bom texto", disse-me Eduardo. "O mais importante, sobretudo, é a atualidade do texto de Nicolai Gógol", completou Inês. Quem tiver o prazer de, mais uma vez, vivenciar o teatro do Galpão verá que O Inspetor Geral é uma comédia sobre até onde podem chegar a impostura, a insensibilidade e a hipocrisia. Dos governantes? Sim. Mas também a nossa. Talvez estejamos todos no palco alimentando as engrenagens que permitem que a hipocrisia aconteça.

Gabriel Villela, Cacá Carvalho, Chico Pelúcio, Eduardo Moreira. Agora Paulo José. Como o grupo sente a experiência de diferentes diretores?

Eduardo — Quando o grupo se formou éramos todos atores e ninguém tinha mais experiência que o outro. O grupo então ficou com essa característica de ser um grupo de atores que trabalhavam juntos e, algumas vezes, um de nós dirigia o espetáculo. Começamos então a ter esse procedimento de convidar diretores. Acho que é uma coisa boa porque criamos dinâmicas de trabalho que são diferentes, procedimentos de trabalho diferentes. Essa própria necessidade que o diretor tem de se adaptar ao trabalho do grupo e o grupo tem de se adaptar à forma do diretor trabalhar acho que é uma coisa muito enriquecedora.

Mas não cria uma certa dificuldade para o diretor? Por exemplo, o Galpão tem uma trajetória, uma cara, uma marca bastante presente. Parece que não sobra muito para um diretor fazer e que vocês mesmos dão conta da direção.

Inês — Acho que aí está o enriquecedor dessa forma de trabalhar. De todo jeito você vai mesclar essa cara do Galpão sempre com essa cara do diretor. Em cada espetáculo, as pessoas enxergam o Galpão, mas sempre enxergam também uma coisa a mais. Essa é a contribuição que diferentes diretores trazem. Isso nos obriga a desenvolver cada vez mais uma disciplina no fazer teatral que é estar aceitando um processo diferente. Não temos uma fórmula para montar espetáculo e não queremos isso.

Eduardo — Num certo sentido, esse conflito do qual você fala é a coisa mais enriquecedora para nós.

Qual o balanço que o Galpão faz desses mais de 20 anos de caminhada?

Eduardo — É bem positivo. Ano passado estivemos aqui e em outras capitais fazendo os últimos cinco espetáculos da carreira do grupo. Temos uma trajetória bem-sucedida sempre mantendo essa característica de ser um grupo de experimentação, pesquisa e estudo. Essa é a marca do grupo. E ela continua mesmo com todo nosso sucesso e com toda aprovação, que é uma coisa excelente, que nos abre muitas portas. Permanecemos fiéis ao compromisso de buscar desafios e estar sempre se provando. Não queremos fazer simplesmente o que sabemos e conhecemos, mas tentar outras coisas. Isso faz parte do nosso processo de amadurecimento e enriquecimento não só técnico ligado à nossa profissão, mas também existencial.

Inês — Posso completar dizendo que nesses 20 anos também foi importante estarmos sempre buscando novas platéias. Como somos um grupo que trabalha muito na rua, isso possibilita nossa ida a cidades onde não existem teatros e que alcancemos pessoas que não vão ao teatro. Fazemos muito circuito no interior do Brasil inteiro tanto na rua como montando estruturas de cenários que se adequem a ginásios, por exemplo.

A peça A Rua da Amargura foi para a TV. O grupo avaliou essa experiência?

Inês — Esse especial para a TV foi um projeto do Paulo José, que dirige o núcleo de especiais na Globo e que já estava namorando com o Galpão. Então levaram A Rua da Amargura para as ruas de Ouro Preto e fizeram A paixão Segundo Ouro Preto. É incrível o alcance de uma Rede Globo. Como te falei, somos um grupo que vai a cidades pequeninhas e, de repente, estávamos num lugarzinho bem longe com esse espetáculo e as pessoas já tinham visto na TV. Tinha gente que assistiu à peça e não gostou do resultado na TV porque foi muito cortado. Teve gente que adorou. Para nós foi uma experiência legal pegar um texto de teatro e levar para a televisão só com pequenas alterações para adaptação a cenários de verdade em Ouro Preto.

Costuma-se pensar que um grupo que recebe um patrocínio, como vocês têm o da Petrobras, deixa de ter problemas. É verdade isso?

Inês — Os problemas existenciais e de relações são permanentes. Também existem os conflitos sobre o que fazer, qual o próximo trabalho, os próximos projetos... tudo isso gera conflito. Agora, sem dúvida, um bom patrocínio soluciona boa parte dos problemas de um grupo.

Eduardo — O patrocínio nos dá autonomia e liberdade para escolher. Talvez se não tivéssemos um patrocínio como o da Petrobras não tivéssemos a oportunidade de trabalhar com o Paulo José. O patrocínio nos dá a tranquilidade de podermos trabalhar e de podermos nos dedicar. Obviamente não é tudo, os dilemas estéticos continuam. O processo de criação artística sempre é um processo de crise. Foi-se o tempo em que grupos de teatro mantinham suas temporadas com a bilheteria. Hoje é assustador porque as circulações de espetáculos teatrais são radicalmente ligadas a um patrocínio. Não existe mais uma companhia que possa se arriscar. Você enfrenta dificuldades de público e de teatros que são caros e fazem mil exigências. Os hotéis são caros e não aceitam permuta. Não existem mais condições favoráveis para um grupo excursionar.

Sobreviver seria, então, o principal desafio para um ator e para um grupo de teatro hoje?

Inês — É, a sobrevivência de um ator hoje é uma coisa que me assusta. Além de estarmos descobrindo uma forma de trabalhar bem que também é complicado na cena contemporânea.

Eduardo — Se formos analisar, os grandes nomes da história do teatro sempre estiveram ligados a um coletivo de pessoas que reunia outros atores, técnicos, faxineira, administrador. Ou seja, um coletivo que se organizava e buscava um objetivo comum. Hoje, por várias circunstâncias e até pela natureza do sistema em que a gente vive, isso vai se tornando cada vez mais difícil. As pessoas estão cada vez mais individualizadas e isoladas.

Como foi a experiência da temporada no Shakespeare Globe Theater, em Londres, em 2002? Foi estranho representar Romeu e Julieta em português para o público inglês?

Eduardo — Foi belíssima. O projeto deles era convidar grupos estrangeiros que tivessem montagens interessantes de Shakespeare e nos convidaram. E foi um grande sucesso.

Uma coisa que nos deixou muito satisfeitos foi que as pessoas acharam estranho sim, mas extremamente fiel ao espírito de Shakespeare. A coisa popular, brincalhona, mesclando o cômico com o trágico. Os ingleses não entendiam as palavras, mas entendiam o espetáculo.

Inês — E foi muito emocionante entrar naquele espaço. Existem algumas galerias, mas o grosso do público assiste de pé. As pessoas podem comer e beber. Teve um dia que uma noiva acabou de casar e foi direto para o teatro vestida de noiva. A sogra bêbada desmaiou. Mas eles não atrapalham, comem, assistem em pé, mas com o maior respeito. Às vezes são montagens com 4 horas. As pessoas assistem duas horas em pé, saem para o intervalo e voltam para mais duas horas em pé.

Quais são os planos da Cia?

Inês — É poder sempre montar alguma coisa. A gente já estréia uma peça pensando em um novo projeto.

Nota

Entrevistar a quem amamos

Em geral, tenho a sorte de entrevistar pessoas a quem admiro. No caso do Galpão, o sentimento é diferente. Não é apenas admiração ou respeito pelo trabalho. O que sinto pelo grupo de teatro Galpão é uma imensa e intensa paixão. Acompanho o trabalho do grupo há muitos anos, vi todas as peças várias vezes, pesquiso sobre o teatro que construíram. Alimentei o desejo de fazer essa entrevista durante muito tempo. O Galpão esteve no Rio diversas vezes. Apresentou

Romeu e Julieta, Um Molière imaginário, Um trem chamado desejo, entre outros espetáculos, mas só quando veio apresentar O Inspetor Geral me senti preparada para a entrevista. Sabemos que o jornalista deve sempre "cavar" as oportunidades para realizar suas matérias. Se trabalhamos em um jornal ou revista que nos impõe uma pauta, quase nunca podemos adiá-la. Se o projeto é mais pessoal, ou seja, se desejamos fazer uma entrevista e publicá-la depois em algum veículo de comunicação, talvez possamos esperar até que seja ela, a entrevista, a se impor em nós.

O teatro sempre dará boas entrevistas, principalmente o teatro que é feito por grupos como Galpão, Cia. do Latão, Cia. de Ensaio Aberto, Armazém Cia. de Teatro e outros. Podemos acompanhar a trajetória do grupo. Ver como evolui, o que muda, como constrói sua linguagem, ou se não busca uma linguagem. Ver quem entra, quem sai do grupo e como isso afeta sua história. Então, pesquise, acompanhe, apaixone-se pelo teatro, certamente ele corresponderá a essa paixão. Outros jornalistas farão isso com músicos e bandas.

Mas já disse que se somos movidos a paixões, não podemos deixar que elas nos atrapalhem. Mas, se atrapalharem.... e se de todo jeito ficarmos destrambelhados, ora! fiquemos e aproveitemos o encontro. Talvez a entrevista não seja o que de melhor possamos fazer nesse momento. Talvez

possamos fazer um outro texto a partir do que sentimos e vivemos. Aqui talvez seja a hora para soltarmos o fio. Se a nossa relação for verdadeira com o fio e com o sentido de nossa escrita, nós o soltamos, mas ele nos seguirá como que encantado ao nosso lado.

Quando consegui marcar a entrevista com o Galpão, as perguntas já percorriam meu corpo. Rebentava manacá por todos os lados. Tudo em mim estava impregnado pela vibração e pelo amor que sinto pelo grupo. Com toda certeza, quando conversei com Inês e Eduardo, a paixão me queimava e, na certa, meus olhos revelavam isso, mas as perguntas estavam organizadas e tudo parecia estar em ordem. O jornalista é um ser humano, que ninguém se esqueça disso. Mas o que fiz foi optar por me acalmar, eu queria a entrevista. No meu caso, cheguei bem antes ao teatro, repassei as perguntas inúmeras vezes e levei uma garrafinha de água porque nunca se sabe. Vocês saberão o que fazer.

Eugênio Bucci

(nov./2002)

É preciso que o presidente eleito saiba como enquadrar a Globo.

Mídia, política e ética. Não há quem se preocupe com esses assuntos que não conheça o trabalho do jornalista Eugênio Bucci³. Semanalmente, às quintas no JB e aos domingos, no caderno TV Folha, da Folha de S. Paulo, Bucci escreve sobre esses temas. Autor de *Brasil em tempo de 7Y* (Boitempo Editorial, 1996) e de *Sobre ética e imprensa* (Companhia das Letras, 2000), entre outros livros, Eugênio Bucci é um pensador fundamental para nossos dias, principalmente para os que trabalham com comunicação. Recentemente no Rio, antes das eleições, participou de uma série de debates sobre "O 11 de setembro", no teatro Maison de France. Foi lá que começou esta entrevista, que depois foi concluída por correio eletrônico, após a eleição presidencial em 2002.

Em seu livro *Sobre ética e imprensa* você afirma que o dilema do jornalista se complica na medida em que impasses cotidianos podem apresentar caminhos distintos, mas igualmente válidos. Como saber o que é ético nesses casos?

Bucci — A idéia aí é bem simples: entre aquilo que é claramente certo e o que é claramente errado, não há propriamente um dilema ético. O sujeito ético escolherá o certo e ponto. Ele não escolherá o crime, o dano ao semelhante ou a si mesmo, ele não escolherá ser agente da morte se pode escolher ser agente da vida. O dilema ético propriamente acontece quando nós estamos diante de duas escolhas igualmente justas e boas. Por exemplo: devo escolher preservar a privacidade de uma determinada pessoa que é objeto da minha reportagem, e preservar a privacidade de alguém é um valor justo e bom, ou devo dar ao público a informação que ele, público, tem o direito de ter, mesmo que nesse caso alguns aspectos da privacidade de alguém venham a ser sacrificados? Esse é um típico dilema ético do jornalismo. Os dois valores, a privacidade e o direito à informação, são igualmente justos e bons. Agora, quando alguém está entre aceitar suborno ou não aceitar, ou entre contar uma

³ Atualmente o jornalista Eugênio Bucci é presidente da Radiobras.

falsidade ao público ou não contar, esse alguém não está diante de um dilema ético elevado. Está simplesmente considerando as vantagens ilícitas que pode levar se praticar um crime. Um crime conhecido e tipificado em lei. Nesses casos não se fala em dilema ético. Fala-se simplesmente na prática de crime.

No livro você discute a eleição de Collor em 89, cuja candidatura contou com o apoio total da Globo. Você cita uma entrevista de Roberto Marinho em que este reconhece ter promovido a eleição de Collor argumentando ter acreditado que Collor realizaria um governo extraordinário. É um exemplo de suspensão da ética pela direita?

Bucci — É um exemplo de conduta antiética de um proprietário de uma importante rede de televisão. Se pela esquerda ou pela direita, isso não faz muita diferença.

As emissoras de TV são concessão pública e deveriam colocar o direito à informação no lugar mais alto de sua hierarquia de valores. É um abuso de poder o que a *Rede Globo* fez em 1989. Roberto Marinho agiu como cabo eleitoral e não como jornalista.

O filme *Under Fire* (1983) fala do dilema de um fotojornalista americano que cobre a revolução nicaraguense. Logo antes da vitória da revolução, os somozistas matam um importante líder sandinista. Os sandinistas pedem ao jornalista que forje uma foto de seu líder morto, apresentando-o como vivo para desmentir os somozistas que afirmavam sua morte. O jornalista escolhe ajudar a revolução e forja a foto. É uma suspensão da ética feita pela esquerda?

Bucci — Não faz diferença, nesses casos, a que ideário serve a tal conduta antiética. Na hipótese do filme, a mentira supostamente estaria ajudando a uma causa humanitária.

Será que isso funciona? Já não colecionamos tragédias suficientes para saber que não funciona? Esse fotógrafo, segundo a sua pergunta, age como um militante político, e não como jornalista. A deontologia do jornalista o obriga a apurar a verdade dos fatos e publicá-la.

Você tem afirmado que a postura do telejornalismo na cobertura das eleições em 2002 está bem melhor, inclusive a da *Globo*. Por quê?

Bucci — Porque, pelo menos até agora, passados poucos dias do primeiro turno, nenhuma emissora está fazendo campanha aberta para um dos candidatos. E só não fazem porque o público já não admitiria isso passivamente. O fortalecimento da democracia produz um público um pouco mais crítico e esse público pressiona os meios de comunicação. Ainda bem.

Já dá para se ter uma idéia de como a mídia vai se comportar no governo Lula?

Bucci — É difícil antever o comportamento da mídia em geral quanto ao governo do Presidente Lula, mas já temos alguns sinais do comportamento da Globo. Parece extremamente favorável, entusiástico até. A imagem do Presidente Lula vem sendo rapidamente absorvida pela iconografia oficial da Globo. Signos que antes designavam baderna e instabilidade, como as bandeiras vermelhas, são agora apresentados como indicadores de virtudes, como a coragem e a perseverança. Isso traz um benefício e um risco para o novo governo. O benefício é a sua imediata e intensa popularização. Lula vai virando um ícone "pop". O risco é que esse ícone pode se esvaziar politicamente.

É preciso que o presidente eleito saiba como enquadrar a *Globo* nesse processo. Caso contrário, poderá ser enquadrado e esvaziado por ela

Em suas análises sobre o 11 de setembro, você ressaltou que o entretenimento foi chamado a dar soluções políticas. Tem observado isso sobre a investida de Bush contra o Iraque?

Bucci — Um pouco menos, mas ainda é assim. Bush exerce um tipo de poder, dentro de uma democracia de massas mediada pela mídia eletrônica, em que cabe o recurso ao espetáculo e ao entretenimento para a formação do consenso. Trata-se de um consenso espetacular. Isso também acontece agora na preparação da iminente agressão ao Iraque, mas em doses menores.

Você também disse que o 11 de setembro mutilou nosso olhar. Isso vale só para este episódio?

Bucci — Creio que não. Fomos todos mutilados pela visão do 11 de setembro porque um ícone da "nova ordem mundial", as torres gêmeas, veio abaixo numa nuvem negra de pó. Abriu-se um vazio no imaginário. Um vazio que ficou a demandar vingança. A vingança espetacular que se seguiu.

O que diferencia a "Era da Indústria Cultural" da "Era do Espetáculo"?

Bucci — A primeira se caracteriza pela industrialização de todos os bens culturais, que passam a ser mercadorias como todas as outras. Toda arte vira mercadoria.

Um perfume é como uma pasta de dente e assim por diante. Já na era do espetáculo isso fica um grau acima. Agora, qualquer mercadoria, para poder existir, precisa circular como imagem, uma imagem que tenta se passar por obra de arte. Por isso, na era do espetáculo, o capitalismo se especializa na produção de imagens.

Por isso os conglomerados de mídia se tornaram um negócio tão importante?

Bucci — Exatamente por isso. Porque o capitalismo virou um modo de produção de imagens e as imagens são feitas na mídia.

Qual o maior desafio ético de nosso tempo?

Bucci — O diálogo entre universos étnicos distintos. Por exemplo: o diálogo entre o dito mundo islâmico e o dito mundo ocidental.

Nota

Pessoalmente ou por correio eletrônico?

O jornalista Eugênio Bucci vem produzindo trabalhos fundamentais que analisam o comportamento da mídia, sobretudo no que se refere à ética. Em

novembro de 2002, Bucci falou em um debate no Maison de France, no Rio de Janeiro, e esta entrevista foi feita em duas etapas. Começamos logo após a fala do jornalista, ainda no Maison, e terminamos por correio eletrônico.

Aproveito essa experiência para falar do que perdemos e do que ganhamos quando fazemos entrevistas por correio eletrônico. Vejo pontos positivos e negativos tanto nessa entrevista como em outras realizadas da mesma forma. Claro, ganhamos em tempo. Como seria uma longa entrevista e meu entrevistado não dispunha de tempo suficiente no dia de sua palestra, tão cedo não poderíamos marcar novo encontro, já que Bucci, na época, morava em São Paulo. A solução foi concluir o trabalho por correio eletrônico. Já disse que prefiro entrevistas feitas pessoalmente. Quando estamos diante de nosso entrevistado, vemos como as palavras vão saindo de sua boca. Pode ser obsessão, e acho que realmente é, mas isso é fundamental para mim. Quando o entrevistado fala, ele pode dizer uma palavra com a boca, mas contradizê-la com o cantinho esquerdo de sua sobrancelha. O entrevistado fala com o corpo inteiro. Se o jornalista percebe essas contradições talvez consiga aprofundá-las com novas perguntas e a entrevista ficará bem mais interessante.

Essa percepção pode ser vivenciada por correio eletrônico? Certamente não. Como já disse, a entrevista é uma experiência de troca. Novas idéias vão surgindo na cabeça do entrevistador enquanto o entrevistado responde. Às vezes é o entrevistado quem percebe se concordamos ou não com o que ele está dizendo (por mais que nos esforcemos para manter uma cara de paisagem durante a entrevista). Diante de nossas reações, ele, o entrevistado, pode também mudar o rumo da prosa e enveredamos juntos por outros caminhos. Esses são limites sérios das entrevistas feitas por correio eletrônico ou mesmo por telefone. Agora, se tivermos tempo podemos fazer uma experiência. Quem sabe "alongar" a entrevista. Fazer com que a conversa dure um tempo enquanto mudanças acontecem na realidade. Nosso interlocutor pode dizer uma coisa hoje e, na semana seguinte, reavaliar suas posições ou confrontá-las com fatos novos. Por correio eletrônico isso é possível, desde que não haja prazo.

Heloísa Helena

(fev./2004)

Na véspera de sua expulsão do PT, no Buraco do Lume, no Rio de Janeiro, a Senadora Heloísa Helena⁴ ainda aos prantos disse: "Existe vida fora do PT!" Pouco mais de um mês depois, lágrimas secas, espírito fortalecido, Heloísa é a principal referência da construção de um novo partido de esquerda. Na tarde do dia 19 de janeiro, ela e os deputados também expulsos Luciana Genro, Babá e João Fontes, além de alguns intelectuais e outras lideranças do movimento, estiveram na ABI, no Rio, para a reunião que lançou as bases desse novo partido. A exclamação de Heloísa, no Buraco do Lume, não foi apenas um desabafo, ou melhor, foi, mas um desabafo carregado de força e que pretende apontar um outro caminho para os que discordam dos rumos do governo Lula. Nesta entrevista exclusiva, a senadora fala sobre o novo partido de esquerda que está nascendo.

Que sentimento unifica as pessoas que participaram da reunião do dia 19 de janeiro?

Heloísa — Muitos. Especialmente a honrosa coragem de não optar por se lambuzar no banquete farto do poder, a dolorosa convicção de que a cúpula palaciana transformou o PT em uma deplorável ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo, e a perseverança necessária dos que dedicam suas vidas à causa do socialismo, da democracia, da liberdade.

E que sentimentos excluem aqueles que ainda não estão nesse processo?

Heloísa — Respeito muitos valorosos militantes que fizeram outras escolhas porque honestamente acreditam na possibilidade de reversão do quadro de degeneração partidária, não respeito (e até náusea me dá!) os cínicos pragmáticos que repetem a "disputa de rumos " disso e daquilo outro para preservar o parasitismo político e o vergonhoso silêncio diante do

⁴ Atualmente Heloísa Helena é senadora pelo P-SOL.

vergonhoso balcão de negócios sujos estabelecido entre o governo e os gigolôs do FMI.

Como você avalia essa primeira reunião?

Heloísa — É importante deixar claro que foi uma pequena reunião de trabalho de alguns agrupamentos de esquerda que necessitavam definir pontos comuns para a nova caminhada, como por exemplo a necessidade de ampla democracia interna e portanto a negação à velha interpretação fraudulenta do marxismo denominada "centralismo democrático " que tantas marcas de truculência e arrogância nos deixou. A partir de agora é que começa a verdadeira travessia no deserto com uma agenda de debates pelo Brasil e tudo dando certo (e dará!) em junho faremos o 1 ° Encontro Nacional e iniciaremos a coleta de assinaturas.

Como vai ser esse novo partido?

Heloísa — A nossa intenção é ajudar na construção de uma alternativa partidária socialista e democrática que possa abrigar a esquerda que não é prisioneira dos malditos cárceres do poder. O novo partido vai combater o neoliberalismo e o governo que o aplica, defendendo as reivindicações e bandeiras históricas da classe trabalhadora; será democrática e plural, de massas e internacionalista, liberta de qualquer doutrinismo, espírito de seita ou eleitoralismo, com mecanismos que garantam a participação ativa da militância com pleno direito de tendência e profundo respeito às minorias e ao direito de opinião.

Quais foram os principais erros do PT no governo?

Heloísa — A abominável opção, determinada por uma deplorável guinada ideológica, pela continuidade da política econômica do FHC com um claríssimo aprofundamento do modelo neoliberal. A esquerda no Brasil e no mundo, há décadas, tenta disputar no imaginário popular uma alternativa concreta à cínica e reacionária coexistência pacífica entre os gigolôs do FMI e demais instituições de financiamento multilaterais, as podres oligarquias nacionais e o parasitismo do aparelho de Estado pela venda elite política e econômica nacional. E o que faz o governo Lula, respaldado pela cúpula

palaciana do PT? Legítima toda a verborragia dos "memorandos técnicos", das "cartas de ajuste", do pensamento único do deus do mercado, dos superávits, das reforminhas a serviço do capital, das concessões éticas no balcão de negócios da "governabilidade", dos transgênicos, das privatizações enrustidas no PPP, etc.

A história já nos provou que o engajamento político revolucionário não se baseia numa certeza científica. Tampouco há promessas de que o sonho de mudar o mundo, alimentado por tanto tempo, será um dia realidade. Construir um novo partido de esquerda no Brasil exige gigantescos esforços. O que a impulsiona hoje para tamanha luta?

Heloísa — Às vezes eu brinco dizendo que se eu sou capaz de acreditar em Deus, que sequer pode ser tocado ou localizado geograficamente, como poderia não confiar na capacidade de luta da classe trabalhadora? Mais cedo ou mais tarde nós promoveremos as mudanças estruturais profundas que o povo brasileiro merece, mesmo que alguns medíocres pensem que ao pisar nos tapetes dos palácios pisam em algum tipo de solo sagrado e se tornam proprietários das mentes e corações alheios. Poderemos nem ser parte fisicamente do novo tempo, mas como dizia Trotsky, só participar deste movimento, de nadar contra a correnteza, já nos dá a mais suprema satisfação moral de um ser pensante.

Qual é sua relação hoje com a Democracia Socialista?

Heloísa — A DS aprovou uma nota, no Grupo de Trabalho Nacional, deixando claro que não reconhece legitimidade na minha expulsão e que eu continuo militante da DS.

Entretanto existem divergências internas sobre a participação na construção de um novo partido. Muitos identificam a necessidade da disputa de rumos no governo e no PT e muitos outros dos nossos militantes que se desfilaram do PT em nossa solidariedade estão conosco na belíssima tarefa de ajudar na construção de um novo partido.

Em 2006, você é candidata por esse novo partido à Presidência da República?

Heloísa — O que acontecerá em 2006 não podemos prever. Eu sou apenas mais uma entre muitas companheiras e companheiros que preferem o coração partido à alma vendida e que por isso mesmo não se deixam seduzir por "gloriosas" carreiras políticas típicas de transformistas ideológicos que optam pela doce classificação de filhotes ilustres da burguesia nacional.

Nota

Entrevistas por telefone

Esta entrevista com a Senadora Heloísa Helena aconteceu já depois de sua expulsão do Partido dos Trabalhadores. Em outra entrevista que fiz com a senadora, abordei aspectos bem diferentes. Mas, essa pauta abordava especificamente a construção do novo partido de esquerda (hoje já denominado Partido do Socialismo e Liberdade — *P-SOL*) cuja referência principal é a senadora.

Em função da agenda atribulada da parlamentar, a opção foi realizar a entrevista por telefone. Como disse na nota anterior, entrevistas realizadas pessoalmente são as melhores. Há limites já apontados para as entrevistas realizadas por correio eletrônico ou por telefone. Mas, quando entrevistamos por telefone precisamos estar atentos a algumas coisas:

O jornalista precisa ter disponível um aparelho telefônico com algum recurso para gravação. Pode ser um simples "viva-voz" com um gravador colocado ao lado do aparelho para que a entrevista possa ser gravada, ou outros recursos mais modernos. Em geral, jornalistas trabalham em locais barulhentos e devemos nos acostumar a realizar nossas matérias em locais assim. O problema é que por telefone algumas palavras podem ser mal-entendidas e gerar interpretações equivocadas. Ainda que o local de trabalho seja sempre tumultuado, é bom que no momento de uma entrevista mais longa o jornalista possa dispor de um espaço mais reservado. Precisamos estar certos de que entendemos bem nomes, números, referências. A maioria dos jornalistas acha que sabe tudo e se envergonha em assumir que desconhece esse ou aquele termo, esse ou aquele autor. Não pergunta, não confere,

escreve errado. Não podemos ter vergonha de perguntar nunca. Não conhece a referência citada pelo entrevistado?

Pergunte. Se for preciso, peça que o entrevistado solete. Escreva corretamente. O problema é que por telefone os ruídos na comunicação atrapalham mais.

Outra coisa: também por telefone é bom que o entrevistador informe a seu entrevistado a respeito do tempo que a entrevista tomará para que ele possa se certificar que poderá dispor do telefone durante esse tempo e se coloque confortavelmente durante a entrevista.

João Pedro Stédile

(jan./2003)

Se o povo ficar sentado esperando, as mudanças não vão acontecer.

João Pedro Stédile, membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, participou da conferência "Terra, território e soberania alimentar" realizada no segundo dia do III Fórum Social Mundial realizado em janeiro de 2003, em Porto Alegre. Ao final da palestra, caminhando cerca de três quilômetros, do estádio Gigantinho até o Anfiteatro do Pôr do Sol (para ouvir o discurso do Presidente Lula), ele concedeu a seguinte entrevista.

Em sua conferência aqui no FSM o senhor afirmou que não basta a luta pela reforma agrária clássica. De que reforma agrária precisamos?

Stédile — No século passado, os países do Hemisfério Norte fizeram reformas agrárias capitalistas que simplesmente distribuíam terras que acabavam por transformar os pequenos camponeses em pequenos proprietários que produziam para o mercado interno de seus países. Aqui no Terceiro Mundo não foi possível fazer esse tipo de reforma agrária porque a agricultura sempre esteve voltada para a exportação. Então, agora, temos de pensar em uma reforma agrária que não se reduza apenas a distribuir terras. Só distribuir terras não resolve o problema. As multinacionais já controlam o comércio, a agroindústria, as sementes. Assim, mesmo o agricultor que tem alguma terra não consegue melhorar de vida. Defendemos uma reforma agrária que ataque essas outras contradições.

O senhor também disse que um camponês que conquista 10 hectares de terra continua escravo de sua ideologia e de sua ilusão. Poderia falar mais sobre isso?

Stédile — Tradicionalmente existe entre os camponeses a idéia de que se ele tivesse um pedaço de terra, trabalhando com seu esforço e de sua família, conseguiria melhorar de vida. Só que hoje o capitalismo domina de tal maneira

o comércio e a indústria que ele não consegue melhorar de vida. Com 10 hectares ele pode produzir muito leite, por exemplo. Só que as multinacionais controlam a industrialização do leite a um preço tão baixo pelo leite e o exploram tanto, que ele não tem a menor chance de melhorar de vida.

Quando o senhor afirma que não se combate a fome no Brasil distribuindo cestas básicas e sim distribuindo o futuro e o destino quis fazer uma crítica ao Programa *Fome Zero* do governo Lula?

Stédile — Todo mundo sabe que não se combate a fome sem combater suas raízes. Por isso dizemos erradicar a fome e não simplesmente combater a fome. Isso está no *Fome Zero* do Lula, por isso nós apoiamos o Programa como ele está proposto. Nele estão previstas uma série de medidas estruturais, entre elas: primeiro, desenvolver políticas econômicas que representem distribuição de renda para que a população aumente seu poder aquisitivo. Segundo, afetar o monopólio do latifúndio porque sem distribuir as terras não se cria emprego. Terceiro, casar a criação de emprego e trabalho com a erradicação da fome.

O MST vem falando há muito tempo no conceito de soberania alimentar. O que isso significa?

Stédile — Há um princípio histórico presente na história da civilização e da humanidade. Um povo só é livre se tiver capacidade e condições de produzir seus próprios alimentos. Se um povo tem uma identidade cultural, um idioma, vive num território, mas não produz sua comida, que é o que garante sua sobrevivência, esse povo não é independente e sempre será escravo. Para que um povo seja livre, soberano e dono de seu próprio destino ele deve poder garantir comida para todos os seus cidadãos. Isso significa também que o agricultor possa produzir suas próprias sementes. No caso do Brasil, isso poderá ser feito através da Embrapa, dos governos estaduais e dos próprios agricultores. Se formos donos das sementes nos livramos da exploração das multinacionais e conquistamos autonomia. Garantir comida significa garantir o acesso às sementes.

Como o senhor avaliou a vitória de Lula nas eleições?

Stédile — A vitória criou a vontade de que é possível mudar. O povo hoje acredita nisso. Mas acreditar só não basta. No entanto é importante para que o povo acredite e saiba que ele pode se organizar e se mobilizar e que não vai haver repressão. Tudo isso contribui para um clima na sociedade que produza a médio prazo o crescimento do movimento de massas. O tempo histórico das possíveis mudanças no Brasil não vai depender da vontade do Lula. O que vai depender é se o povo transformar esse ânimo em disposição de luta. Se o povo ficar sentado esperando, as mudanças não vão acontecer.

Medidas como o aumento de 5% dos juros não podem gerar decepção e frustração para os que apostam nessas mudanças?

Stédile — O problema dos juros é que o governo Lula recebeu uma herança de um modelo econômico neoliberal que tem uma lógica própria. Falando como economista, para romper com essa lógica não basta mexer em apenas uma variável tipo os juros ou o câmbio. Uma está ligada à outra. Lula está optando pela tática de nesse primeiro ano priorizar a utilização dos recursos na área social e seguir administrando o modelo para que não haja uma crise no país. A médio prazo o governo deve tomar medidas de maior consequência que aí sim poderão representar mudanças no modelo. Outra coisa é que Lula não ganhou as eleições com um programa de esquerda. É um governo de transição que procurou fazer alianças com diversos setores. Alguns ministros ainda são neoliberais. Mas acho que, mesmo assim, representa um avanço.

O MST vai continuar as ocupações de terras no governo Lula?

Stédile — Durante os 8 anos de FHC o MST foi atacado permanentemente pelos grandes veículos de comunicação, em especial pela televisão. No entanto, era uma falsa propaganda, porque as mentiras e as acusações não batiam com a realidade. As pessoas acabam percebendo que o fato de existir os sem-terra e pobres não os torna culpados.

Por mais que falassem mal de nós, o povo percebia que em nossas ocupações só estávamos reagindo para defender nossos direitos e que no fundo tínhamos razão e que a culpa é do latifúndio. Manter as ocupações

significa manter uma ação social que pressione o governo a aplicar a lei que determina que se desaproprie todos os latifúndios improdutivos. É por isso que o nosso movimento vai continuar ocupando terras. Ao ocuparmos a terra ajudamos a sociedade a se conscientizar do problema e ajudamos o governo a aplicar a lei.

Nota

Aprender com os erros

Entrevistar ensina ao jornalista de várias formas. A primeira é que aprendemos muito com o saber do entrevistado, com suas experiências, conhecimento, certezas e dúvidas. A segunda é que cada entrevista pode ser uma experiência ensinando ao entrevistador a partir da forma como ela aconteceu e a partir de um conjunto de pequenas coisas que envolvem esse acontecimento. Ao entrevistar o líder do MST, João Pedro Stédile, aprendi muito de seus saberes e aprendi de suas críticas, uma delas feita a mim mesma. Uma das perguntas que fiz a Stédile foi a seguinte: "Quando o senhor afirma que não se combate a fome no Brasil distribuindo cestas básicas e sim distribuindo o futuro e o destino, quis fazer uma crítica ao Programa Fome Zero do governo Lula?" Stédile me perguntou se eu já havia lido o Programa Fome Zero ou se eu estava me pautando pelo que estava saindo na grande imprensa. E estava certo, eu não havia lido o programa oficial e tudo que sabia sobre ele era o que tinha lido nos jornais.

Meu entrevistado podia ter a opinião que tivesse em relação ao Programa Fome Zero, não importa. O que importa aqui é que sua crítica sinalizou algo de muito importante para nós jornalistas. Não devemos nos pautar apenas pelo que é publicado nos jornais. Por mais advertidos que estejamos, às vezes esquecemos disso. Óbvio que jornais e revistas também são fontes, mas são fontes já interpretadas por nossos colegas de profissão, editadas por eles e por outros, submetidas a diversos interesses.

Devemos ir às fontes primárias que, nesse caso, seriam o governo e seu programa oficial, isso para saber do conteúdo do programa em questão. A

partir daí, ouvir outros atores interessados e atingidos pelo programa, como o MST, por exemplo.

A entrevista com Stédile também me ensinou sobre iniciativa. Ouvi atentamente toda a sua palestra no estádio Gigantinho.

Ao final, ele não tinha mais tempo para conceder qualquer entrevista porque participaria da atividade chamada de "Caminhada Coletiva" ao anfiteatro Pôr do Sol para onde se dirigiam os participantes do Fórum a fim de ouvir o discurso do Presidente Lula. Vi Stédile saindo do Gigantinho e não tive dúvidas. Grudei em seu braço e caminhei com ele por três quilômetros de braço dado. Não larguei porque, se largasse, outro jornalista ocuparia esse privilegiado lugar. Aliás, no outro braço, havia outra jornalista grudada. Essa deve ter sido a entrevista mais esquisita e engraçada que Stédile concedeu.

Leandro Konder

(jan./2003)

No dia 20 de maio de 2002 o Fórum do Rio de Janeiro reuniu na Uerj intelectuais, alunos, professores, parlamentares e amigos, para conceder a primeira edição do prêmio Intelectual do Ano ao filósofo Leandro Konder, 67 anos. O auditório cheio e emocionado reconheceu, num abraço coletivo, uma vida dedicada à filosofia, à literatura, ao marxismo e à educação. Apresentar a obra de Leandro coube ao amigo também marxista, Carlos Nelson Coutinho. "Ele é um dos poucos intelectuais brasileiros a quem cabe o qualificativo de mestre, de 'filósofo democrático'. Mas o que, sobretudo me faz feliz é tê-lo como amigo, como companheiro de vida, de combates intelectuais e de batalhas políticas", disse Coutinho.

Recentemente os jornais publicaram várias reportagens sobre você e sua obra. Alguns o colocam como comunista e marxista. Outros dizem que é um ex-comunista e ex-marxista.

Afinal, você ainda é comunista?

Konder — Sou comunista e marxista. Não gosto muito da denominação marxista. Acho que ela se presta para equívocos. O que é o marxismo? É uma doutrina? Se for, estou fora. Mas acho que se tiver de adotar uma referência para definir uma identidade teórica, eu sou marxista sim, sou comunista sim. Quero uma sociedade sem Estado.

Luto por isso. Tem uma velha peça do Esquilo, num diálogo entre Antígona e Ismênia, em que Antígona está brigando contra o Estado, representado por Creonte.

Ismênia, que era mais covarde, diz à irmã: "O que você está querendo é impossível", e Antígona responde: "Se for impossível, na fronteira final do impossível eu cairei".

Então, se uma sociedade sem Estado for impossível, eu vou até onde der, até onde cair.

Depois do que aconteceu ao socialismo, ainda é possível sonhar uma sociedade sem classes, sem conflito de classes e, portanto, sem Estado?

Konder — Essa percepção é fundamental porque dá conta de uma necessidade que temos de enfrentar. Temos de pensar o florescimento das diferenças. Ou o comunismo será uma enorme riqueza nas diferenças ou ele é inviável. Como será essa riqueza nas diferenças? Temos de imaginar.

No final do livro *A revanche da dialética*, você diz que temos boas razões para acreditar no futuro e propõe o casamento do comunismo com a liberdade. É com esse casamento que podemos imaginar essa sociedade?

Konder — Eu espero que seja, mas os casamentos são sempre imprevisíveis. Se no socialismo ainda há necessidade de controle e do Estado, eu quero ir além disso. O comunismo é uma expectativa de ultrapassagem do socialismo.

Alguns conceitos sempre foram muito caros a você e ao Carlos Nelson. "Democracia universal" foi um deles. Essa defesa incondicional da "democracia universal" reforçou a opinião de que vocês eram reformistas. Valeu à pena?

Konder — Valeu e vale. Resgatar o vigor da nossa teoria depende dessa radicalidade. Para os gregos, o singular é o idion e o totalmente singular é idiotas. Aquele que não se comunica, porque é tão singular que não tem nada a ver com o outro e não há comunicação possível nisso. A linguagem pressupõe a universalidade. É claro que a universalidade pode se tornar facilmente uma ilusão, se você não conseguir ter uma certa reserva diante dela.

Mas você tem que trabalhar com ela. É nesse sentido que eu acho que a democracia é um valor universal sim. Não quero dizer que eu saiba o que é democrático em cada circunstância.

Isso tem que ser apreendido no movimento com a participação ampliada sempre. É o povo que faz a democracia.

Uma das questões centrais do marxismo é a dialética. Mas muita gente não sabe o que é isto. Às vezes usam o termo para parecer mais intelectual. O que é a dialética?

Konder — A dialética é o movimento pelo qual a gente pensa as transformações da realidade a partir das contradições. Como as contradições proliferam já que a realidade é inesgotável, tem uma dimensão infinita, tem sempre algo novo e surpreendente. Então a dialética seria a maneira da gente pensar esse movimento pelo qual a realidade aparece nas suas dinâmicas e, sobretudo, nas suas contradições. Não é um mapeamento das contradições. E mais que isso. É o reconhecimento das contradições a partir do sentido do movimento delas. Não quero constatar, eu quero intervir. Não quero mapear, eu quero participar da transformação.

Em 1987 você publicou *A derrota da dialética*. Um livro que te rendeu a pecha de reformista e revisionista do marxismo. E agora você publica um livro, junto com outros autores, intitulado *revanche da dialética*. O que era a derrota da dialética em 87 e o que é sua revanche hoje?

Konder — A derrota era um título de um livro meu. *A revanche* veio do Michael Lowy que escreveu a orelha desse último livro. *A derrota da dialética* se referia à história específica das idéias de Marx no Brasil, embora acho que se aplique às idéias dele fora do Brasil. O Marx foi codificado como doutrina a partir do Kautsky, que inventou o termo marxismo que surge no fim da vida de Marx. O Marx dizia que ele mesmo não era marxista. O marxismo o que é? Um conjunto de idéias de Marx, articuladas em torno de um projeto de construção de doutrina. O Marx pensava o que ele pensava porque ele ia inventado. Os marxistas já encontram a invenção feita. Então, se adaptam a um certo quadro explicativo já estratificado. Nesse quadro, a primeira vítima é a dialética. Ou você segue essa doutrina ortodoxa ou você é revisionista. Uma opção meio miserável, não? Já a revanche é um pouco a idéia de como resgatar a dialética.

Analisando sua própria obra, você diz que alguns livros seus preservaram certa dignidade ao envelhecer. Outros já mostram certa ingenuidade. Quais estão no primeiro caso e quais no segundo?

Konder — Os primeiros livros *Marxismo e alienação*, *Os marxistas e a arte* são claramente ingênuos. No *Marxismo e alienação* tem uma parte sobre alienação e subdesenvolvimento que é uma parte muito fraquinha, muito bobinha. No outro tem um capítulo sobre Walter Benjamin que é muito engraçado, já que eu escrevi com base num único texto que eu tinha lido dele: *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*.

Só esses dois livros ou tem mais?

Konder — Não. Tem um outro, *A democracia e os comunistas no Brasil*, que é todo ele muito bobinho (Risos).

Você também disse que te faltou "espírito autocrítico" e que em diversas ocasiões teria adotado "critérios estreitos comprometidos com circunstâncias que logo se modificaram". Que situações seriam essas?

Konder — Por exemplo, esse livrinho que acabei de citar, que você me faz lembrar, mas eu queria ver se esquecia (risos). É um livro em que a universalidade pode se tornar facilmente sempre uma ilusão, se você não conseguir ter uma certa reserva diante dela. Mas você tem que trabalhar com ela. É nesse sentido que eu acho que a democracia é um valor universal sim. Não quero dizer que eu saiba o que é democrático em cada circunstância. Isso tem que ser apreendido no movimento com a participação ampliada sempre. Não posso pretender ser um doutor em democracia e ensinar democracia ao povo. Eu tenho que estar sempre disposto a aprender com ele.

É o povo que faz a democracia. A participação ampliada é essencial. Isso tem um conteúdo que se traduz na busca teórica da universalidade.

Falamos numa possível revanche da dialética. Se olharmos para o mundo, vemos o socialismo derrotado. Podemos esperar uma revanche do socialismo?

Konder — É, na prática estamos mal. Falamos na revanche da dialética que é uma batalha teórica que estamos em condições de travar. Agora a revanche do socialismo?

Recriar o projeto do socialismo em novas bases, por enquanto acho que não temos. Dá para ver que os próximos anos serão difíceis e temos de acumular forças, experiências e saber nessa luta para propor a revanche do socialismo. Mas temos de brigar. Isso é seguro. Sentar e chorar não nos levará a lugar nenhum. O Barão de Itararé traduzia umas coisas do francês e traduziu a frase: ("Le lion est le roi des animaux ", o leão é o rei dos animais. Ele traduziu por "O leão ia urrar e desanimou (muitos risos)... Eu acho é que não podemos nem urrar e nem desanimar. Temos de partir para a luta.

Nota

Para concordar ou criticar

Se um dia me perguntarem qual foi a principal honra de minha vida, digo sem pestanejar que foi ser aluna do filósofo Leandro Konder, por três anos seguidos, quando fiz mestrado na PUC-Rio e mais dois, ao longo do doutorado. Participar de suas aulas, conviver com Leandro com mais assiduidade, desenvolver uma relação de carinho, admiração, respeito e amizade é um privilégio. É comum aos jornalistas cultivarem referências intelectuais e, por circunstâncias da profissão, ficarem diante delas para uma entrevista. Nesses casos, a admiração, por maior que seja, não deve inibir as perguntas que julgamos por bem fazer (na metaentrevista publicada ao final deste livro, o professor Muniz Sodré abordará este assunto).

Na entrevista com Konder não houve nenhum problema dessa ordem, talvez porque, além de admirá-lo, desenvolvemos ao longo desses anos uma relação que permite qualquer pergunta, qualquer comentário crítico, qualquer questão. A entrevista aconteceu como muitas de nossas longas conversas no café da PUC. Só avisei antes que era uma entrevista e liguei o gravador.

Muita gente que se diz "revolucionário pra caramba" acha que parece mais revolucionário ainda se critica o "reformismo" desse autor. Muitos desses revolucionários de plantão nunca leram uma obra inteira desse marxista. Mas, do alto de suas arrogâncias, atacam e não sabem como fica evidente que não conhecem aquilo que criticam.

Tomemos, portanto, como lei: para concordar ou criticar, é preciso conhecer profundamente. Se concordamos sem saber somos patetas. Se criticamos por criticar, para parecermos mais inteligentes, brilhantes, sabichões, somos ridículos. Não queremos nem uma coisa nem outra. Mas tem gente que não se emenda. Fazer o quê?

Entrevistar Leandro Konder (ou conversar com ele, ou ser sua aluna) é sempre um exercício de pensamento. Tem gente que não gosta de pensar, só de repetir coisas como papagaios, lembram? Konder é um dos grandes responsáveis pela divulgação e expansão da discussão sobre o marxismo no Brasil. Publicou mais de 20 obras, além de traduções de autores marxistas como o húngaro Georg Lukács. É autor de livros como: *A derrota da dialética*, *Os marxistas e a arte*, *Marxismo e alienação*, *O que é dialética?*, *Hegel: a razão enlouquecida*, entre outros. Escreveu também romances e biografias. Mesmo quem o critica (os que o criticam seriamente), certamente conheceu muito do marxismo e da história do marxismo através das traduções de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Reconhecer isso já seria um passo para se conquistar a humildade também necessária para quem escreve.

Leonardo Boff (1)

(ago./1997)

Dez anos depois de ter sido condenado pelo Vaticano a um ano de silêncio por ter afirmado em um dos seus livros que nos planos de Jesus não estava uma Igreja hierarquizada, o teólogo Leonardo Boff, 57 anos, volta à carga com seu novo livro *Brasas sob cinzas — Estórias do anticotidiano*, no qual discute uma questão teológica mais profunda. Para ele, o inferno é uma invenção da teologia elaborada por homens, pais da fé e celibatários. Boff acredita que numa nova teologia que inclui a mulher está um novo Deus que é mãe e que perdoa ao invés de condenar seus filhos ao inferno. Para tratar de um tema tão pesado, Boff aventurou-se por um novo estilo.

Brasas sob cinzas... é um livro de contos recheado de poesia e, segundo o próprio teólogo, todas as histórias são reais. Desta vez o Vaticano, que persegue o teólogo desde 1975, por causa de sua teologia da libertação, não pode atingi-lo. Leonardo Boff atualmente é professor de ética e filosofia da religião na Uerj e saiu, por vontade própria, da Ordem dos Franciscanos a quem obedeceu por 30 anos.

Acho que não teremos apenas brasas, teremos uma fogueira inteira quando o Vaticano ouvir que o senhor diz que o inferno não existe. É isso mesmo?

Boff — O inferno é um instrumento da religião do Deus-pai justo e justiceiro que coloca ordem em seu universo. É uma imagem religiosa, exigência da cultura do homem-varão. Mas que Deus é esse que não tem poder sobre o mal? Não é ele onipotente? Existe a justiça que condena os perversos e é seu inferno. Mas trata-se apenas de um drama maior. Deus prepara um outro ato, o da vitória adequada à sua natureza divina de amor e perdão. Deus não tem uma lata de lixo para onde envia o que não deu certo no longo peregrinar de sua criação através de milênios. O inferno não poderia ser a última palavra. É essa representação feminina e maternal de Deus que ultrapassa o inferno.

A Igreja sempre produziu essa imagem de Deus Pai todo poderoso. Agora o senhor diz que ele tem entranhas de mãe, útero e seios?

Boff — misericórdia revela um aspecto essencial da natureza divina: o lado feminino de Deus. Misericórdia significa, etimologicamente, possuir um coração que se compadece da miséria do outro porque a sente profundamente como sua. Em hebraico é ainda mais forte, pois a palavra misericórdia significa ter entranhas como uma mãe e possuir seios como uma mulher.

Então não faz diferença viver como São Francisco de Assis ou Hitler, já que todos acabam no mesmo lugar? E os torturadores das ditaduras da América Latina também foram para o céu?

Boff — É claro que faz diferença. A justiça divina e o bom senso criam o inferno. Sim, porque não podem o criminoso e a vítima inocente terem o mesmo destino. Repugna admitir que os torturadores latino-americanos estejam no mesmo lugar que os torturados por eles. Ou que Hitler esteja no mesmo céu que as crianças judias inocentes, enviadas por ele às câmaras de gás. Nem tudo vale neste mundo, nem no outro. Deus não é cinicamente indiferente aos dramas humanos. A existência do inferno é a eterna vergonha para Deus. A justiça enche o inferno. É a lata de lixo para onde Deus deveria jogar tudo aquilo que não deu certo. Mas a misericórdia a esvazia. O julgamento acontece. Todos se confrontam com sua consciência, com suas vítimas e com Deus. Deus afasta de si aqueles que pecaram em vida. Ao cair a sentença sobre os condenados, todos gritam: "Tu não és nosso Pai? Não és nossa querida Mãe? Não tens entranhas e coração?"

E Deus ouve os condenados e os perdoa. O inferno é apenas passageiro, um caos momentâneo, mas um caos generativo que abre para uma ordem maior e uma justiça mais alta.

Tanto tempo escrevendo sobre teologia e de uma forma mais acadêmica. Como foi mudar de estilo?

Boff — Achei mais difícil o texto literário. Ele é mais trabalhoso. A linguagem mais acadêmica, como vinha fazendo até então, solicita do leitor uma adesão via razão.

Essa nova forma de escrever vai solicitar uma adesão via coração. Ela envolve a libido, o sentimento do outro, espera que as pessoas refaçam o mesmo caminho que você ao escrever o conto. Isso é difícil. Mesmo escrevendo sobre teologia, eu sempre tive uma dimensão narrativa, nesse livro ela é apenas mais explícita.

No terceiro conto do livro, "O gesto da magna mater", o senhor fala que Deus é Deus dos que fracassaram como Jesus na cruz. Para muitos teóricos da chamada "pós-modernidade", as teorias como o cristianismo e o socialismo fracassaram. É isso que o senhor também chama de "o fracasso de Jesus na cruz"?

Boff — O Deus que salva é a anti-religião. O cristianismo apresenta um Deus que sofre, que precisa ser ajudado. Deus toma partido e está nesse fracasso, ele ressuscita.

Esse é o fenômeno cristão. O Deus dos vencidos é diferente do Deus do arquétipo do rei, do poder, que domina a Igreja, o que não quer dizer que os religiosos não tenham isso. Se entendermos essa visão solidária do Deus dos vencidos nos munimos nessa luta contra o discurso derrotado da pós-modernidade.

No segundo conto, "Se fosse santo teria pecado", o senhor conta a história de uma mulher, moradora de uma favela que visitou. Ela o pega pela mão e o guia até um quarto. Levanta a saia e se oferece, quer fazer amor. O senhor se recusa e mais tarde, em casa, envergonhado, se arrepende. Por quê?

Boff — Eu explico no conto que a castidade não pode ser um objetivo, mas um caminho. Não um fim, mas um meio. Não deve ser entendida como abstenção mas como expressão de um amor maior. Se eu fosse casto assim, teria feito amor com aquela mulher. Não por pena, mas por decisão livre e total entrega. A castidade seria superabundância de amor e não carência de amor. Por isso o título: "Se fosse santo teria pecado". Porque nesse pecado teria encontrado Deus que faz do "pecado", graça.

Então, como foi possível viver trinta anos de celibato?

Boff — O celibato é possível. Existem várias maneiras de sublimar a energia sexual. Você a concentra na produção cultural, intelectual, na vida em comunidade. É possível. O que eu acho errado é impor o celibato a alguém.

Ainda no conto "O gesto da magna mater", o senhor consola a mãe de Lúcio, um menino de 16 anos, morador de favela e que morre de tanto beber, dizendo que ele morreu para ser livre num outro reino. Essa visão cristã que prega que "nosso reino não é desse mundo", não revela uma atitude de desprezo e conformismo com os problemas "deste mundo?" Não podemos ser livres e felizes aqui, neste mundo mesmo?

Boff — Nossa luta é para que esse reino seja aqui mesmo. Mas não há como consolar alguém que perde um filho sem resgatar e fortalecer sua confiança no reino de Deus e na ressurreição. Mas é claro que céu e terra estão juntos aqui, na medida em que interferimos e mudamos a realidade.

Leonardo Boff (2)

(jan./2003)

Ou socializamos os bens ou destruimos o mundo.

O teólogo Leonardo Boff participou da conferência "Paz e Valores", uma das mais concorridas do III Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 23 a 28 de fevereiro. Em 1984, por conta das idéias defendidas em seu livro Igreja: carisma e poder, Boff sentou na mesma cadeira na qual sentaram Galileu Galilei e Giordano Bruno, para também ser julgado. Foi então submetido pelo Vaticano a um "silêncio obsequioso", ou seja, por mais de um ano ficou proibido de lecionar e proferir palestras.

Com mais de 60 livros publicados, atualmente leciona ética, filosofia e religião na Uerj e em diversas universidades no exterior. A entrevista que segue foi concedida no dia seguinte à sua conferência no FSM.

O senhor acha que a ida de Lula a Davos e o apelo do Brasil aos banqueiros pode realmente sensibilizar os poderosos?

Boff — Vivemos uma crise mundial. Crise do sistema neoliberal, crise das formas de gerenciamento político e econômico do mundo. Essa crise não precisa ser uma tragédia, mas ela obriga todos os atores a dialogarem, a conversarem, a buscarem saídas possíveis. Penso que os banqueiros serão obrigados a se sensibilizarem e a redefinirem sua posição nesse novo cenário mundial. Acho importante que Lula não faça o discurso ideológico, como não fez, ao justificar sua tentativa de diálogo com os banqueiros, mas faça o discurso da sensatez, o discurso do óbvio que dito naquele contexto é escandaloso. Lula disse: "Há fome demais no mundo e há gastos extraordinários em armas". Essa contradição é intolerável para um senso humanitário mínimo.

Em sua conferência no Fórum Social Mundial, ao falar sobre a iminência da guerra contra o Iraque, o senhor pediu para que todos rezassem a oração de

São Francisco. O mundo inteiro está protestando contra a guerra e Bush continua insensível. Num momento assim, rezar adianta?

Boff — Só uma mente perversa, belicosa e carregada de interesses que não os humanitários pode sustentar uma guerra hoje. Não existe guerra justa, nem santa, nem humana. Toda guerra é perversa. Na palestra disse isso e apelei para a compaixão, ou seja, para um grau mínimo de humanidade, sem conotação religiosa, política ou ideológica. Apelei para a humanidade fundamental. Não havendo isso se instaura a barbárie, a exclusão, a desumanização e todo tipo de violência que o Império está fazendo. O Império de Bush é cruel e sem piedade. Ele mata 500 mil crianças em algum país e depois algum membro de seu governo vem a público dizer que é trágico, mas é o preço que se precisa pagar. Essa atitude absolutamente desumana, ímpia, intolerável, que rompe todo o pacto social, é que deve ser rejeitada. Como estimular essa compaixão? Vivendo relações mais inclusivas, mais cooperativas, no trabalho, nas relações de produção, na distribuição, na convivência e aí Francisco de Assis é um mestre e tem muito a nos dizer nesse momento.

A tônica do III FSM foi a necessidade da luta contra a guerra, mas o Fórum sequer tirou uma moção de repúdio à guerra.

Boff — O Fórum Social é um processo de fermentação e decantação. Aqui reunimos grupos do mundo inteiro que estão insatisfeitos com a situação econômica, ecológica e social do mundo. Aqui manifestamos essa indignação humanitária. Simultaneamente mostramos experiências, testemunhos e práticas alternativas. Tudo isso para mostrar que somos sementes de um mundo novo e possível. Não chegamos ainda à formulação de um consenso mínimo de pontos positivos que possam ser assumidos por todos. Não há a constituição de um núcleo político capaz de formular essas questões, apresentá-las de forma política e ganhar o consenso. O movimento ainda deve andar.

Mas nem a luta contra a guerra é um consenso?

Boff — Os pontos de conflito estão ligados às formas como vamos enfrentar o Império. Na verdade não sabemos como enfrentar essa guerra. São

muitos os desafios e não há uma correlação de forças para impor nossa vontade. Estamos muito desarticulados e, às vezes, confusos. O capital não exerce só hegemonia, exerce dominação.

Podíamos ter atos de extrema coragem como os que estão acontecendo na Europa, inclusive com brasileiros no meio. São levas de pessoas que estão indo para o Iraque para servir de escudo humano. E dizem estes corajosos: "Se querem fazer guerra ao Iraque, que façam sobre nossos cadáveres". É uma atitude de Gandhi. Não sei se acumulamos tanta boa vontade e solidariedade que nos leve a gestos como esses. Mas esses sim seriam, talvez, impeditivos de uma guerra, especialmente se americanos fossem para lá fazer isso.

Os países do Sul possuem fontes alternativas de energia extraordinárias. Podemos estabelecer outros níveis de negociação, inclusive uma reflexão sobre com qual energia manteremos a vida e o processo civilizatório?

Boff — As grandes fontes alternativas de energia estão no grande Sul. Aqui estão as grandes fontes de biomassa, as grandes bacias hídricas de água doce. Isso firma em nós a convicção de que devemos comparecer nos fóruns dessas discussões como credores e não como devedores. Por exemplo, só em o Brasil manter a floresta amazônica — assim mesmo como está, apesar do desmatamento — em termos econômicos equivale a 14 bilhões de dólares que damos gratuitamente à humanidade. Um governo consciente negocia argumentando que já entramos com 14 bilhões de dólares. O futuro da humanidade passa por esses caminhos.

Se os países ricos quiserem seguir hegemônicos e manter sua lógica de dominação, eles lutarão para dominar essas fontes, inclusive militarmente. Os militares americanos já cercam uma parte da floresta amazônica, criando uma muralha militar. Sem falar da base militar americana em Alcântara.

Isso obedece a um projeto de longo prazo de controle, que implica também controle militar, mas inicialmente controle científico. Precisamos nos contrapor a essa lógica.

Que forças temos para isso?

Boff — Está certo. É preciso perguntar qual a correlação de forças nesse momento para plantar uma nova demanda ético-humanitária. O que temos é uma desigualdade fantástica.

Sem buscarmos aliados entre nós, mas também os que estão nos EUA e na Europa, os grupos dominantes podem seqüestrar nossos navios, nossas contas, nossos bancos lá fora, impossibilitar transferências tecnológicas. Enfim, reduzir-nos a uma ilha. Temos de acumular forças com nossos aliados. Acumulamos agora para podermos construir uma resposta para salvar não o Brasil, não apenas o Sul, mas toda a humanidade.

A paz política também não precisa da paz religiosa?

Boff — A religião pode ficar doente e dessa doença nascem os fundamentalismos, mas a natureza da religião incentiva o amor, o perdão, a solidariedade, a compaixão. Para haver paz política é necessário também haver paz religiosa hoje no mundo e só há paz religiosa se houver diálogo entre as religiões e só há diálogo se as religiões estabelecerem a lógica dos pontos comuns e buscarem também os pontos políticos comuns.

O cristianismo e o catolicismo estão em crise?

Boff — Penso que estamos vivendo o cristianismo mais originário que é aquele de Jesus, resumido no "Pai-Nosso". O resumo dessa mensagem é aquele que une "Pai Nosso com Pão Nosso". É a dimensão de transcendência do ser humano com um projeto infinito que procura no universo e encontra um pai que não é filósofo, nem juiz, mas que tem qualidades da mãe que acolhe. Simultaneamente a relação com o pão, mas não o "meu pão" mas o "pão nosso". A globalização chegou até a criar a ideologia da saúde total. O sonho de encontrar o Adão original e refazer o paraíso terrenal, com mil formas de remédios e manipulações tudo na ilusão de encontrar a imortalidade.

As pessoas então morrem saradas, com o corpo esplêndido, mas estão mortas. Temos de aceitar que a vida é mortal. Essa é a condição humana e a morte faz parte da vida. Mas podemos viver plenamente e isso só é possível se unirmos "Pai" com "Pão" para enfim dizermos amém.

A Igreja como instituição segue por esse caminho?

Boff — Não. Distingo o cristianismo, que aí sim é essa fonte de sentido que alimenta as comunidades que crêem. A organização, a instituição da Igreja criou seu próprio curso, sua própria dogmática, se autofinalizou e se articula facilmente com os poderes do mundo, mas não representa a vida que está nas bases.

Nota

Pautas diferentes para o mesmo entrevistado

Entrevistei o teólogo Leonardo Boff duas vezes. Publico essas duas entrevistas para podermos avaliar como uma mesma pessoa oferece diferentes possibilidades de entrevistas. Foram épocas diferentes, momentos diferentes, circunstâncias diferentes que, obviamente, levantavam questões diferentes. Todos esses aspectos devem ser considerados pelo jornalista quando ele prepara a pauta de sua entrevista. O entrevistador precisa estar informado sobre seu entrevistado e bem atualizado. Reparem que o passado do entrevistado interfere nas perguntas, mas o jornalista precisa tecer uma ponte delicada entre o passado e o presente do entrevistado. Por esta ponte poderemos passar todos, entrevistador, entrevistado e leitor. Poderemos ir adiante e voltar quando for necessário.

Qual era então a pauta da primeira entrevista? O novo livro de Boff. Não mais um livro teórico deste autor, mas um livro de contos, um estilo novo para ele. Contudo, ainda que fosse um livro de contos, Leonardo Boff continuava tocando em questões sociais, teológicas, políticas. Importante foi ter lido o livro e conhecer a obra do teólogo para que as perguntas pudessem ir e vir pela ponte.

Quando entrevistamos alguém como Leonardo Boff podemos falar de religião, política, ecologia e seus novos livros. Se temos o cuidado de editar bem os assuntos, a entrevista pode ficar boa e proporcionar ao leitor um panorama do que pensa o entrevistado sobre vários temas. Mas se ora falamos de uma coisa, ora de outra sem a menor conexão entre as perguntas, a

entrevista pode ficar sem pé e sem cabeça (por isso digo na seção 15.1. do capítulo 2: Organize os eixos). As duas entrevistas que fiz com Boff tiveram um eixo um pouco mais definido. Na primeira, como vimos, o tema era seu primeiro livro de contos e, na segunda, o III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Mas o FSM aconteceu ainda num momento bastante complexo: a iminência da guerra de Bush contra o Iraque e a ida do Presidente Lula a Davos.

Uma coisa que ajuda muito é quando uma entrevista acontece depois do entrevistado fazer uma palestra. Se estivermos atentos durante a palestra, as questões vão surgindo em nossa cabeça e ali traçamos nosso roteiro inicial. Foi o que fiz durante a palestra de Boff no ginásio do Gigantinho, em Porto Alegre. A entrevista só foi concedida no dia seguinte, no hotel em que o teólogo estava hospedado. Na verdade, foi uma coletiva, mas uma coletiva tranqüila e com poucas pessoas. Por isso consegui fazer todas as perguntas que havia pensado, o que é bem raro acontecer em uma coletiva.

Marcelo Gleiser

(ago./2002)

Não saber é o que nos leva adiante.

O físico brasileiro Marcelo Gleiser é professor de uma das mais conceituadas faculdades norte-americanas, o Dartmouth College, no Estado de New Hampshire. Autor do bestseller *A dança do universo*, Gleiser ganhou o prêmio Jabuti 1998 e seu último livro, *O fim da terra e do céu*, levou o Jabuti de 2002. Além de renomado cientista,

Marcelo Gleiser é um divulgador da ciência e também um crítico contra o dogmatismo, tanto o religioso como o científico. Nesta entrevista, o astrônomo falou de sua paixão pela ciência e pelo universo.

Ao escrever *A dança do universo* uma de suas preocupações era "traduzir" complexas teorias para um nível médio de compreensão. Seu objetivo foi alcançado?

Gleiser — Acho que é o público que deve responder. Porém, a julgar pela aceitação do livro, creio que sim.

A "*Dança*" fala das diversas teorias sobre o surgimento do mundo. Seu último livro *O fim da terra e do céu* fala sobre diferentes visões do fim do mundo. Por que esses dois assuntos?

Gleiser — Ambos fazem parte do que eu chamo de "as grandes questões", as que estão conosco desde os primórdios da civilização. Como cientista, eu acredito que seja o meu dever divulgar para as pessoas o que hoje pensamos a respeito.

Você fala de uma nova ciência para um novo milênio. Como seria essa ciência?

Gleiser — Seria uma ciência menos compartimentada, mais aberta a pontes interdisciplinares, como a biofísica, a ecologia. As ciências cognitivas.

Inflação em economia nós sabemos muito bem o que significa. Mas em cosmologia, você fala de um "universo inflacionário". Como é esse universo?

Gleiser — É um modelo onde o universo primordial passou por uma fase em que a sua taxa de expansão foi extremamente rápida, muito mais rápida do que hoje. Com isso, conseguimos resolver várias das questões que o modelo do "big-bang" deixa em aberto, conforme explico em O fim da terra e do céu.

Você tem interesse especial naquilo que os cientistas chamam de "infância do universo". O que as recentes descobertas dizem sobre isso? É possível sabermos um dia, com certeza, como o universo surgiu?

Gleiser — O surgimento do universo é uma dessas questões realmente complexas; como algo pode surgir do nada? As teorias físicas podem até sugerir possíveis respostas; mas a questão de como surgiram as leis que regem o nosso universo permanecerá aberta. A ciência não é capaz de explicar as suas próprias origens.

Existe um projeto de lei de autoria de um senador do Estado do Rio de Janeiro que visa regulamentar a profissão de astrólogo. A astrologia seria ensinada nas universidades, incluindo graduação e pós-graduação. O que você acha disso?

Gleiser — Eu acho isso um absurdo. Não que seja contra a astrologia; acho interessante a necessidade que as pessoas têm de se conhecer melhor, o que fazem através dessas consultas. O errado é atribuir algo de científico a isso; não existe uma conexão entre corpos celestes materiais inanimados e o nosso comportamento aqui na terra. Sem dúvida, vivemos e somos parte de um cosmo belíssimo e complexo; mas ele não dita ou sugere como devemos nos comportar em nosso dia-a-dia.

Nosso planeta já foi considerado o centro do universo. Hoje sabemos que não passamos de um humilde planeta orbitando uma estrela em meio a bilhões de outras. O que podemos aprender com isso?

Gleiser — Que é fútil tentarmos atribuir muita importância ao homem dentro de um cosmo tão vasto. Nós somos importantes dentro de nossa esfera de atuação; para o cosmo, não temos qualquer significado.

Em março deste ano, a CNN anunciou que um asteróide passou de raspão pela terra. No início de julho, astrônomos americanos detectaram outro asteróide que poderá colidir com a terra em fevereiro de 2019. A humanidade terá o mesmo fim que os dinossauros?

Gleiser — Acho que não, se formos mais espertos do que eles. A possibilidade de uma colisão é remota, mas existe. Cabe a nós levarmos isso a sério, e construirmos planos de defesa apropriados, algo que os dinossauros não sabiam fazer.

Às vezes um cientista esbarra em contradições religiosas, ideológicas e morais. Como conciliar os estudos científicos diante desses impasses?

Gleiser — Se o cientista é uma pessoa religiosa, em geral a reconciliação vem da crença em que a beleza do cosmo é criação divina; o fazer ciência justifica a devoção religiosa, "conhecer o trabalho de Deus ". Mas acho que para as pessoas não religiosas o importante é aprender a viver com a dúvida; não tentar aceitar tudo baseado na fé ou na revelação divina, mas se contentar com o fato de que não saber é o que nos leva adiante, o que nos faz perguntar sobre o desconhecido. Sem a dúvida a ciência não pode existir.

Nos campos da física nuclear e da engenharia genética há financiamento do governo e privado. Essas duas áreas de pesquisa têm impacto imediato na sociedade. Nos dois casos há imensa possibilidade de avanços para a humanidade e de lucro para as empresas. Nem sempre esses interesses podem ser conciliados. É possível preservar a ética nesse caso?

Gleiser — É muito difícil. A nova biologia está criando uma série de questões extremamente complexas para a sociedade moderna. Talvez seja importante criarmos comitês que supervisionem essas atividades, debatendo com o público os avanços e repercussões dessa pesquisa.

Como as pesquisas poderiam ser mais incentivadas no Brasil?

Gleiser — Com maior suporte financeiro, e com uma maior divulgação do que significa ser cientista no Brasil; muitos jovens fogem disso, pois acreditam que essa carreira, aqui, "não tem futuro". Seria o caso que entidades científicas, como a SBPC, fossem às escolas e contassem aos jovens o que é ser cientista. Talvez os cientistas com filhos nas escolas pudessem se candidatar a dar palestras sobre isso.

Inteligência artificial, clonagem, imortalidade genética. O que antes era possível apenas nos filmes e livros de ficção parece estar tão próximo agora. Alguns esforços científicos parecem uma busca determinada a livrar o homem de sua mortalidade. Um dia conseguiremos vencer a morte?

Gleiser — Acho que sim, mas indiretamente; se fosse possível preservar a informação genética em seu corpo (o que já é) e o conteúdo de sua mente (o que não é), seria possível recriar a sua pessoa em seu próprio clone.

Os cientistas têm uma visão do universo que nós não temos. Não vemos o que vocês vêem. Olhando o universo, é solidão o que você vê?

Gleiser — De jeito algum; o que vejo é beleza. É criação e destruição de mãos dadas pelo universo afora. Fazer ciência me enche de orgulho de pertencer à raça humana; veja como é incrível o que nós, nesse pequeno planeta, girando em torno de uma pequena estrela, já fizemos. Nós somos a mais maravilhosa criação do cosmo, porque podemos pensar sobre ele e sobre nós mesmos. E, quem sabe, não encontraremos companhia em algum canto do universo?

Nota

Entrevista às vezes é barro (porque às vezes vira outra coisa)

Boas matérias e entrevistas muitas vezes surgem de pequenas ousadias. Um jornalista jamais deve ter medo ou vergonha de tentar "cavar" uma entrevista. Jornalistas, em geral, gostam de muitos temas. No meu caso, tenho particularmente seis grandes paixões: política, educação, literatura, teatro, cinema e ciência. Com relação a esta última, há uns bons oito anos tenho como referência o físico brasileiro Marcelo Gleiser, professor no Dartmouth College. Leio semanalmente sua coluna na *Folha de S. Paulo* e li os seus livros. Um dia, há cerca de três anos, fui acometida por um desejo que quando vi já estava feito. Enviei um correio eletrônico para Gleiser não apenas solicitando uma entrevista como tive a pretensão de dizer que gostaria de adaptar um de seus livros e escrever uma peça infantil.

Para minha mais feliz surpresa, Gleiser, uma das pessoas mais gentis que conheci, me respondeu no mesmo dia aceitando as duas propostas. Os dois projetos deram certo. Adaptei seu livro *A dança do universo* e montei um espetáculo infantil que ficou um ano em cartaz. Publiquei a entrevista que também teve excelente repercussão.

Isso serve para mostrar que, se queremos entrevistar alguém, por mais distante que essa pessoa more ou por mais difícil que possa parecer conseguir a entrevista, devemos tentar. O máximo que podemos receber como resposta é um não.

Entrevistei o cientista por correio eletrônico. Com todos os limites dessa opção, às vezes não há outro modo. Por fim, neste caso, aproveito para dizer que as entrevistas nem sempre se destinam a serem "apenas" entrevistas. Às vezes são barro, substância para ser outra coisa e viram livros, contos, música, pesquisas. Elas podem ser base para novos caminhos. Entrevistas têm sido o barro onde começo a esculpir o que venho gostando de pesquisar e escrever. Encerrar a entrevista na página editada pode ser limitar suas potencialidades. Escrever e montar uma peça infantil sobre a criação do universo também a partir da entrevista com o físico Marcelo Gleiser foi uma experiência de saber até onde uma entrevista pode nos levar. E ir além.

Marina Barbosa

(nov./2005)

Mantemos, apesar de tudo e de todos os que jogam contra, a firmeza dos princípios e a coerência das ações.

Quase 100 dias de greve dos professores das universidades federais. Depois de apresentar três vezes a mesma proposta aos docentes, o Ministério da Educação encerrou as negociações, anunciou um Projeto de Lei (PL) e remete ao parlamento a solução do impasse. Os boatos sobre o fim da greve são muitos. Para falar sobre os próximos passos do movimento grevista o mais acertado é ouvir a direção do movimento docente. Com a palavra, então, a Professora Marina Barbosa, presidente da *Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior* (Andes-SN).

Após 90 dias de greve dos docentes das Ifes qual o balanço feito pela Andes-SN?

Marina Barbosa — É importante registrar que o processo ainda está em curso e, portanto, não é possível fazer um balanço acabado. Mais uma vez o Movimento Docente -MD teve que ir à greve por não ter suas reivindicações atendidas. Esta greve é importante nesta conjuntura porque está demandando, mais uma vez, a política do governo para as universidades e sendo capaz de dialogar com a sociedade sobre o papel da universidade pública e também sobre as condições de trabalho e salário dos docentes.

Esta greve possibilitou ao Movimento Docente levar o debate e sua pauta para o Congresso Nacional e reafirma, além da solidariedade entre os diversos segmentos em greve, os princípios que são a base de nossas reivindicações — a paridade e a isonomia. O MD não se curvou diante da complexidade da conjuntura, nem do pragmatismo que impera na ação sindical. Até o momento, não quebramos a lógica do governo de diferenciação entre trabalhadores, sejam os que estão na ativa e os que já se aposentaram, sejam os da carreira de 1º, 2º e 3º graus. Por outro lado, mantemos, apesar de tudo e de todos os que jogam contra, a firmeza dos princípios e a coerência das ações.

Qual é o impasse agora, neste momento, entre o governo e os grevistas?

Marina Barbosa — O impasse atual é determinado pela intransigência do governo, que manteve por mais de três semanas a mesma proposta rejeitada por todas as assembleias gerais das seções sindicais em greve, e mais várias AGs das quais, mesmo não tendo aderido à paralisação, mantêm o processo de mobilização. Esta proposta distancia a situação salarial dos docentes da carreira de 2º grau dos de 3º e não viabiliza a paridade. O impasse reside nisso, pois esses itens, somados à recomposição do poder aquisitivo dos salários frente à inflação sem fortalecer as gratificações, foram as prioridades votadas pelos docentes para a negociação com o governo.

O governo não cedeu, mesmo diante das alternativas apresentadas pelo movimento quando flexibilizou sua proposta na Mesa. Não obstante a disposição, demonstrada pelos docentes, em facilitar as negociações, o governo rompe o diálogo e, pela ação autoritária, busca fazer valer sua proposta.

O governo anunciou um Projeto de Lei (PL) para acabar com a greve. O que o Andes-SN está fazendo a respeito?

Marina Barbosa — Neste momento, o que podemos afirmar é que o MEC anunciou um PL, transferindo a solução do conflito grevista para a esfera do parlamento. O Comando Nacional de Greve — CNG/Andes-SN, pautado nas decisões das assembleias em todo Brasil, está agindo já no parlamento para tentar a abertura de negociações e também atuando em instâncias do Executivo como a Casa Civil, Ministério do Planejamento e a própria Presidência da República com a mesma intenção. Queremos interferir no PL antes de ele chegar ao parlamento e, se chegar, o movimento docente vai decidir como trabalhará nessa instância para assegurar suas reivindicações.

Esta é a segunda greve dos docentes durante o governo Lula. Como foi a postura do governo nas duas greves?

Marina Barbosa — Em ambas a postura do governo foi idêntica, como foi a mesma frente às greves de outros segmentos dos Servidores Públicos

Federais: estabelece "conversas", discute teses adequadas à situação salarial, estuda conjuntamente números, concorda com as nossas propostas e assume a impossibilidade de atender às reivindicações.

Diante da firmeza do movimento rompe as "negociações" e remete a solução do conflito para outra instância; no ano passado, para o Executivo por Medida Provisória e, neste ano, para o Congresso Nacional anunciando o PL. Demonstra, assim, na prática, sua incapacidade de resolver o conflito. Neste ano o governo apresenta uma novidade que é alçar uma suposta entidade representativa de docentes das instituições federais à condição de representação sindical. Desrespeita com isso a Organização Internacional de Trabalho (OIT), a legislação sindical e o protocolo da Mesa Nacional de Negociação Permanente — MNNP. Usa esse estratagema para viabilizar sua proposta no movimento. Ao não conseguir cooptar o Andes-SN e o movimento docente elege o Proif-es um braço sindical de sua ação no movimento para tentar derrotá-lo. Nem o MEC nem a sua entidade de carimbo estão sendo felizes nesse seu intento.

Muitos professores, alunos e pais de alunos criticam a greve. Aham que na educação pública não pode haver greve. A Andes-SN pode dizer alguma coisa sobre isso?

Marina Barbosa — A greve não é uma situação fácil ou agradável para ninguém, nem para o pai, nem para o aluno, nem para a sociedade e muito menos para o trabalhador que a faz. O direito de greve foi conquistado com muita luta pelos trabalhadores ao longo de anos, com mortes e penalizações. Os trabalhadores, na estrutura social que vivemos até hoje, só tiveram atenção e atendimento de suas reivindicações com greves. Esta é uma alternativa que é imposta pelo patronato e pelos governos aos trabalhadores. O início do milênio, em diversas partes do mundo e do Brasil, confirma isso. A estes que criticam chamamos a uma reflexão sobre a existência da educação pública, que, isto é fato, se vincula àquelas lutas e greves.

Se houver a perda do semestre letivo como ficam os alunos?

Marina Barbosa — A trajetória das nossas lutas nunca inclui perda de semestre, o que sempre defendemos e fizemos é redefinição de calendário escolar, quando se dá a reposição integral e com qualidade. Os grevistas são os que asseguram essa condição. Portanto, nesta greve nós, até o momento, não mudamos nossa posição.

Como não permitir que a opinião pública fique contra os docentes em greve?

Marina Barbosa — Nesta greve tivemos uma grande solidariedade de diversos setores da sociedade brasileira, desde os parlamentares (deputados federais e senadores), incluindo audiências com moções de apoio de diversas assembleias legislativas de muitos estados e municípios, sindicatos de setores privados e públicos, ABI, CNBB, entidades sindicais internacionais, alunos e pais. Os que se expressaram contrariamente foram os setores que se utilizam de um justo e legítimo instrumento de luta para defender seus interesses particulares ou de grupos privatistas.

São as mesmas contrariedades que enfrentamos no dia-a-dia em que, sem greve, estamos lutando pela valorização da educação pública no país.

Que avaliação vocês fazem a respeito do comportamento da imprensa na cobertura da greve?

Marina Barbosa — A imprensa só atenta para a greve quando esta se torna um fato político. Isso se comprova nesta greve, pois estamos na mídia. O governo tentou desqualificar o movimento grevista, desconsiderá-lo, mas a presença na mídia dá o tom e o peso da greve. As posições contra e a favor são constitutivas do processo. A democratização dos meios de comunicação é uma luta da sociedade na qual a Andes-SN está inserida, e nesta greve temos buscado expressar nossas opiniões e posições ganhando espaço e enfrentando os reveses antidemocráticos que ainda persistem.

Nota

Quem são as fontes?

Jornalistas e pesquisadores não trabalham sem fontes. De onde tiramos nossas informações? Quem forneceu os dados, o suporte teórico para nossos textos? As fontes.

E quem são as fontes? Lage (2001) diferencia três tipos de fontes: oficiais, oficiosas e independentes. As oficiais são aquelas mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum tipo de poder de Estado como juntas comerciais, cartórios, institutos, etc. Também são oficiais as fontes que representam entidades como sindicatos, associações, fundações. Já as fontes oficiosas, diz o jornalista, são as reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, mas que não estão autorizadas a falar em nome dela ou dele, o que significa, alerta Lage, que poderão ser desmentidas. As fontes independentes, explica, não estão vinculadas a uma relação de poder ou interesse específico de cada caso.

No caso de uma greve, por exemplo, quem são as fontes? Em primeiro lugar, acredito, a fonte privilegiada é o movimento grevista. Só a direção legítima do movimento grevista pode explicar por que faz a greve. Na greve dos professores, a primeira fonte a ser buscada é a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a Andes-SN e o Comando Nacional de Greve, eleito para dirigir a greve. A segunda fonte é o governo, o MEC, que deverá ser ouvido para dizer se atende ou não as reivindicações do movimento e como se comportará durante a greve. São fontes também todos os que são afetados pela greve: alunos e pais de alunos.

No começo, uma greve da educação em nosso país não "ganha a mídia". Esta greve, por exemplo, só passou a ser pautada com grande destaque pela imprensa por causa de sua duração e porque já começava a ameaçar o vestibular. Quando a greve vai para os grandes veículos ela vai enfrentando o ódio acumulado das grandes empresas de comunicação contra os servidores públicos desse país. Os jornais ouvem as fontes citadas, mas editam as matérias da forma mais conveniente aos seus próprios interesses.

Além disso, como a greve é nacional e envolve um conjunto de sindicatos, muitos jornalistas sem conhecimento sobre a vida dessas entidades se embaralham e, se um segmento sai da greve, já dão por encerrado todo o movimento fazendo uma grande confusão. O correto para os jornalistas é

saberem direitinho que entidade representa legitimamente esta ou aquela categoria e estar constantemente se informando com as fontes oficiais a respeito de uma greve.

Muniz Sodré

(set./2002)

A televisão é a boca do mercado, é sua fala, a fala da moeda.

Recentemente a *Rede Globo* exibiu sua quarta versão do *Big Brother* e repetiu o mesmo sucesso de audiência. Programas como *Ratinho*, *Leão*, *Gugu*, *Casa dos Artistas*, *Caldeirão do Hulk* são outros sucessos da TV brasileira. Por que o público em nosso país está condenado a esse tipo de programação? O professor e pesquisador da Escola de Comunicação da UFRJ, Muniz Sodré, tenta entender como isso acontece e dá sua opinião sobre o que seria uma televisão de qualidade. Autor de livros como o *Império do grotesco* (publicado pela Mauad, em parceria com a também professora da ECO/UFRJ, Raquel Paiva), Muniz Sodré atualmente desenvolve, junto com a mesma professora, pesquisa sobre a proximidade entre a vida urbana e a televisão, tema para um futuro livro. Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula, Sodré diz que o público constitui a televisão, então ele não é vítima, é cúmplice.

Por que os programas de "reality shows" fazem tanto sucesso?

Muniz — Eu não tenho respostas definitivas para nada. Tenho especulações. A mídia funciona na base de erros e tentativas. Ninguém tem fórmula definitiva para nenhum programa. Nem as pesquisas. Quando se tem muito dinheiro, como no caso da Rede Globo que está de pires na mão, mas sempre investindo em trivialidades, você experimenta uma forma que, se não der certo, troca por outra. Não existe um a priori determinando que aquilo vai dar certo. A mesma coisa é a análise do que se passa na mídia. Diferentemente da análise sociológica ou psicológica que se referem a uma realidade antiga, a uma representação social antiga, nós podemos especular. Eu acho que os reality shows, os programas como *Big Brother*, têm a ver com as expectativas de democratização que a televisão traz.

O que o *Big Brother* democratiza?

Muniz — A televisão é uma realidade vicária, substitutiva, paralela ao tipo de realidade que vivemos a partir das instituições, como a família, por exemplo. Ela cria uma realidade paralela e essa realidade é atraente em si mesma porque, qual é a grande regra social da televisão? Qual é a regra social da imagem? A imagem desborda a televisão. O canal televisivo não contém a imagem. A imagem é sempre maior. Toda a história da imagem no Ocidente é essa, a imagem é sempre maior do que o quadro onde ela está. Ela cria relações e imagens fora dali. Uma imagem religiosa não está contida só ali na encarnação da imagem, está na história da pessoa que vê a imagem, no quanto a pessoa é religiosa ou não, o quanto a imagem pode ser mitificada. A imagem, exatamente porque não fixa e porque não diz as coisas de modo claro e preciso, abre para o imaginário, para a imaginação. Então ela desborda o signo, ela desborda o canal onde ela está. Com as imagens televisivas isso é muito forte. Ela cria uma realidade própria e tem que fixar o espectador dentro desse mundo imaginário que ela cria.

Então é porque o público tem a expectativa de se ver no espelho?

Muniz — Essa é a expectativa de democratização. Porque esse mundo imaginário é tão forte que você praticamente só existe socialmente hoje se estiver nesse espelho da televisão, nesse espelho de reconhecimento social. Um certo reconhecimento social passa por ser reproduzido, você só existe socialmente quando é imagem. Quando você adquire uma notoriedade qualquer que hoje passa pela mídia, pela televisão. Ora, mas quem é que aparece na mídia? São pessoas conhecidas, famosas, apresentadores, jornalistas, artistas, entrevistados. Esses programas são a democracia radical porque prometem que um sujeito comum pode virar celebridade sem ter talento nenhum, especialidade nenhuma.

Por que o senhor chama isso de democracia radical?

Muniz — Acho que acontece uma democracia paródica. É porque você está tomando a democracia como uma palavra muito grande, muito alta. Estou tomando a democracia no pior sentido que democracia tem. Democracia é, no limite, o reconhecimento de qualquer pessoa do espaço social em nível de

igualdade. Acontece que fama, reconhecimento, celebridade, sempre foram associados ao acúmulo de qualidades e virtudes que um sujeito tinha. Fama e celebridade são brilho sim, mas não são o puro brilho da presença.

Elas são o brilho de uma presença virtuosa. Então se as ações, os feitos dão celebridade, isso é justo. Por que até hoje Platão é famoso? É justo. Sua obra continua sendo discutida até hoje. Um escritor é famoso? Um cantor? É justo se sua obra ou ações e virtudes fazem com que nos lembremos dele. A fama, quando não é puro brilho cegante, é justa. É até socialmente necessário que se reconheçam os feitos de alguém que contribui para a vida social. Mas a fama do puro brilho você pode prometer a todo mundo democraticamente. A expectativa de quem vive nessa sociabilidade construída por celebridade e por fama é de ser famosos por algum tempo. São os famosos 15 minutos.

Que tipo de sociedade é essa em que essas coisas são importantes?

Muniz — É uma sociedade que transformou a democracia política em uma democracia sociotécnica, que é outra coisa. A democracia sociotécnica é a democracia social gerida por mídia, é a do cotidiano onde a igualização é a grande meta. O Big Brother é a oportunidade que se dá ao sujeito de ser célebre e famoso sem que ele tenha nenhuma qualidade especial. Quanto mais medíocre, anodino, insignificante e secundário, mais atraente para o programa.

Democracia social não é o acesso à educação, à saúde, à moradia, à cultura, à alimentação, ao saneamento?

Muniz — É, mas esses programas contribuem para que a lógica social seja não ter valor nenhum e que a única coisa importante seja democratizar a fama, a celebridade.

Participam desses programas pessoas comuns, algumas mais comuns que as comuns e chegam a ser bastante medíocres e grosseiras. Então se monta uma espécie de novela do cotidiano, como se fosse um teatro da insignificância. Digo da insignificância porque todos nós cometemos, já que escovar os dentes, comer e dormir são coisas que fazemos todos os dias. Cada ato desses tem significado para cada um de nós porque fazemos isso para viver. Todo mundo cumpre suas regras de higiene, namora, se reproduz, mas

isso é insignificante no sentido de que não é nada extraordinário para ser espetáculo, quer dizer, não seria em princípio. Esses programas emprestam a isso um sentido que não teriam no teatro nem no cinema, nem na própria televisão. O segredo do Big Brother atrai tanto porque ele promete ao homem sem qualidade nenhuma. Promete ao zero do valor ético a qualidade duvidosa de uma fama pré-fabricada.

Em seu livro *O império do grotesco* o senhor repete Lacan, para quem, depois de algum tempo, não existe mais diferença entre televisão e público. Por quê?

Muniz — Essa frase é muito interessante porque nós supomos sempre uma separação entre televisão, entre a mídia e o público. Quando pensamos essa separação, concebemos o público como uma vítima. Quando a televisão passa pornografia, por exemplo, as instituições morais pressionam para proteger as crianças e a pedir conteúdos melhores.

Lacan percebe muito justamente que não é bem assim. Na verdade, há uma espécie de pacto de cumplicidade entre a mídia e seu público. É o que os semiólogos chamam de "contrato de leitura". Quando você vê um filme do James Bond, por exemplo, você só pode desfrutar essa história se suspender sua descrença com relação a determinados fatos inverossímeis. Ele foge deslizando no gelo, trezentas pessoas atiram nele e nenhuma bala acerta. Ele leva não sei quantas pancadas na cabeça, desmaia, mas não tem traumatismo craniano, e ainda sai todo arrumadinho, inclusive o cabelo. As mulheres mais bonitas do mundo querem ficar com ele. Evidente que o espetáculo só é interessante se você suspender sua crítica, aí você pode gozar com o espetáculo. Isso é o "contrato de leitura". É assim que lemos literatura, vemos novela, e filmes, por exemplo. Também há esse pacto entre a televisão e seu público. O pacto é o seguinte: eu vou ser grosseiro, vou ser banal, mas você vai se divertir.

O público é o operário que chegou cansado do trabalho, que ganha mal e vai tolerar as pegadinhas da diversão barata. A TV incorpora o público, e essa incorporação é reconfirmada pelas pesquisas. O público constitui a televisão, então ele não é vítima, é cúmplice.

Ao mesmo tempo, o senhor diz que a TV não é espelho da realidade, exceto de si mesma.

Muniz — Exatamente. Isso significa que esse público que ela incorpora, quando traça as características desse público para agradá-lo, o faz de acordo com suas próprias regras, daquilo que a sustenta, que é o mercado. O que efetivamente ela espelha são as regras do mercado. Ela espelha o outro, como num espelho deformante, a partir do mercado. Então o mercado é ela mesma. A televisão é a boca do mercado, é sua fala, a fala da moeda. Quando olha para o público, olha a partir do mercado. Ela se espelha e reproduz a si mesma. Então, vê no outro a própria televisão.

Ao destinar, quase sempre, papéis de empregados domésticos para atores negros, a televisão se justifica dizendo que apenas reproduz a realidade. O que o senhor acha disso?

Muniz — O espelho da televisão, do cinema, da ficção, nunca se propõe a refletir o real tal e qual ele é. O espelho é sempre uma deformação, inversão. O espelho da ficção é mais deformante ainda, porque nele entra o imaginário. Quando uma novela constrói uma personagem perfeita, boazinha contra a vilã completamente malvada, a gente sabe que ninguém é completamente uma coisa nem outra, mas o público quer que as caracterizações sejam bem marcadas para que ele se identifique facilmente com a boazinha e rejeite a malvada. Essa construção é deformante porque ninguém é assim, ou sortudo demais como James Bond. O imaginário deforma para que desfrutemos a narrativa. Ora, então por que, se já sabemos que a ficção é deformante, por que a novela, que é ficção, no caso dos negros, precisa ser "realista"? Quando não põe um negro no papel de banqueiro, ou de presidente da República, ou seja lá que protagonista for, a TV justifica suas novelas dizendo que no Brasil não existem negros na presidência ou banqueiros. Mas quem é que está querendo espelho da verdade na ficção? A TV não é realista em nada, mas precisa ser nesse caso? Por outro lado, sabemos que existem empresários negros, governadores negros, cientistas negros. Não são maioria, mas existem. Por que não tomar a minoria como paradigma? Novela é ilusão. A palavra ilusão significa "colocar em jogo", "jogar". Joguemos, pois.

A televisão então reproduz os estereótipos?

Muniz — A TV funciona conservando estereótipos. No caso dos negros, porque pinta a maioria e não mostra as possibilidades de uma minoria, ela representa o sujeito sempre em posição desvantajosa. Numa sociedade onde só se vive no espelho, onde as aparências são essenciais, você pintar o outro sempre em posição desvantajosa significa que no plano das relações sociais ele vai ser tido como uma pessoa sempre carente e de qualidade inferior. É preciso revisitar a idéia de ficção. Por que o negro não pode ser protagonista e namorar a protagonista?

Especificando um pouco mais sobre seu livro, o que é o "grotesco"?

Muniz — O grotesco é uma categoria estética, é a estética da violência dos contrários. Os contrários sempre estão presentes em qualquer elaboração artística, mas se harmonizam e se fundem para produzir outra coisa. Uma estética onde os contrários produzem efeitos de exasperação, de violência, às vezes críticos. Diferentemente do concerto musical, o grotesco é o desconcerto, mas é um desconcerto que pode nos fazer pensar sobre as entranhas do mundo, sobre as diferenças das coisas, sobre o estranhamento das formas. Há vários tipos de grotesco, mas, de uma maneira geral, o grotesco é essa disparidade das formas, o desconcerto que essas formas diferentes, quando estão juntas, nos provocam.

No livro, o senhor assegura que, na literatura e no cinema, o grotesco já produziu obras-primas. Poderia dar um exemplo?

Muniz — Chaplin. Todo palhaço é grotesco. Olha a dissimetria que existe no palhaço. Os pés enormes, o nariz é uma bola. Ele pode ser magro, mas a barriga é gigantesca.

Nenhum homem veste aquelas calças e ele ainda faz coisas como escorregar, cair e todo mundo ri. Por que você ri? Por causa da disparidade e da incongruência que existem no "clown", ou seja, no palhaço, uma figura da Commedia dell arte. Carlitos foi um palhaço que, como objeto de arte, atingiu um status que nos leva à reflexão.

Ele nos mostra o tempo inteiro que não tem consciência plena das situações e com isso provoca efeitos poéticos, efeitos de estranhamento com relação ao poder. Ele está o tempo inteiro nos fazendo pensar sobre as relações do sujeito comum com o poder, como em Tempos modernos. É por isso que o Barthes afirmava que os soviéticos jamais poderiam ter um Chaplin, ou o Carlitos.

Por quê?

Muniz — Porque eles já tinham a verdade sobre a classe operária. Então o operário soviético jamais poderia ser tão atrapalhado, tão ingênuo, tão comum. Na verdade, o efeito poético do Carlitos acontece quando o público pode ver o quanto ele é ingênuo e, ao mesmo tempo, tão cheio de boa vontade. E quando vê a diferença entre a ingenuidade dele e a maldade dos outros. Como no mecanismo do "guinhol", um tipo de teatro de bonecos em que você vê o mocinho e a mocinha namorando, enlevados, e aí surge o vilão por trás deles e quer raptar a mocinha. O herói não vê, mas as crianças vêem e ficam nervosas, avisam o mocinho "Olha aí! Cuidado! "A graça é o herói não ver. O vilão então seqüestra a mocinha. As crianças se desesperam e gritam. Por que o público fica tão nervoso com uma cena como essa? Porque a gente está vendo o mocinho não ver alguma coisa. Quando a gente vê alguém não ver, a gente vê duplamente, conforme Barthes explicou. Carlitos é o palhaço que nos leva a ver duplamente.

Na famosa cena da bandeira, em Tempos modernos isso também acontece.

Muniz — É quando ele está na rua, acabando de sair da cadeia e uma bandeira cai na manifestação. Ele pega a bandeira apenas para devolver e a gente já sabe que vai ter confusão. Quando a polícia o vê, sai correndo atrás dele e bate nele. Ele está sempre entrando em fria, porque não vê as coisas que nós estamos vendo. Portanto, é um palhaço crítico porque é nessa visão dupla que a crítica do mundo acontece. Essa crítica é lírica e é poética.

Mas também pode acontecer de forma grosseira?

Muniz — Acontece porque o grotesco pode ser muito grosseiro. O grotesco tem a ver com as partes baixas do corpo. O grotesco tem a ver com o sexo desabrido, com a comida em excesso, com excrementos e por aí, com esses materiais que não são os da cintura para cima. Ainda assim, você pode obter uma crítica social forte, profunda.

Na televisão o grotesco não funciona assim. Como a televisão trata o grotesco?

Muniz — É diferente, porque o grotesco em Chaplin, por exemplo, é um grotesco lírico e crítico, ele não está ali para nos chocar. Ele não é deliberadamente grotesco. O grotesco na televisão está ali a serviço do comércio para sensibilizar um público amplo e heterogêneo com o escandaloso do cotidiano. O Chacrinha já fazia isso com concursos para ver a mulher que tinha o nariz mais feio, o câncer mais terrível ou quem comia uma barata.

É o que eu chamo de grotesco chocante. É a lógica de programas como Ratinho. São coisas fáceis de ver, você se diverte com a miséria do outro e esquece a sua.

Jackass é um programa americano de uma grosseria extrema. Por que os adolescentes gostam tanto disso?

Muniz — Existe o risco, a coragem de fazer o que não se faz, de ultrapassar todos os limites. O adolescente quer afrontar o pai e a mãe e, nesse programa, o Jackass ultrapassa os limites, inflige as leis, mas tudo volta a ser como era antes, o limite não é mortal. E, além disso, não é ficção, é real. Talvez seja isso.

O sistema Globo é dono de TV aberta, rádios, jornais, revistas, ou seja, um grande oligopólio do setor. Isso não contraria a Constituição?

Muniz — Contraria, mas a Constituição brasileira foi feita para ser contrariada. Os oligopólios brasileiros da mídia não respeitam leis e não acontece nada porque estão associados ao poder.

Nota

Pensar sobre a própria prática — O papel da universidade

Mantive a entrevista do professor e pesquisador Muniz Sodré quase na íntegra porque esse livro se destina especialmente a estudantes de jornalismo. Estudantes cuja maioria pretende se formar e trabalhar na televisão. Pelo menos alimentava esse sonho a quase totalidade de meus alunos. Nada contra. O problema não é querer trabalhar na TV ou em um grande jornal. O problema é fazer isso sem nunca, jamais questionar ou sequer pensar sobre o que se *faz*, se *diz* ou se *reproduz*. Nesta entrevista, Sodré analisa o poder da TV e chega à dramática conclusão: "Você só existe socialmente quando é imagem". Acrescento: Não pensem que jornalistas estão excluídos disso. Muitos só se reconhecerão como jornalistas se forem imagem.

Trata-se então de pensar sobre a atuação do jornalista, dos meios de comunicação, do público em geral. Trata-se de nos constituirmos enquanto profissionais críticos porque pensamos, autonomamente, nossa própria prática. E qual o espaço privilegiado para essa reflexão? A universidade. Eugênio Bucci está certo quando diz que no campo do jornalismo a universidade não existe para entregar ao mercado profissionais treinados. Atenta também para o fato de que as empresas de comunicação realizam cursos para os iniciantes com objetivo de familiarizá-los com as técnicas próprias de seu veículo e completam a formação dos novatos. Sabemos, como Bucci lembra, que é nas redações que a profissão é de fato aprendida. Diz nosso autor: "A universidade, por mais que tenha em vista o mercado de trabalho, tem sua vocação mais funda no cultivo da reflexão, e da reflexão independente do mercado. Ela pensa a sociedade. Sua melhor contribuição está em formar profissionais não tecnicamente prontos, mas críticos, capazes de pensar por si mesmos" (Bucci, 2002, p. 204). Para Bucci, o que a universidade tem de melhor a dar aos jornalistas em formação é o convívio com as ciências humanas aplicadas aos temas da imprensa. É aí que, de acordo com ele, os jovens devem tomar contato com as correntes filosóficas pelas quais a ética pode ser estudada e aplicada. Reafirmando o jornalista: A universidade pode nos ensinar a seguir aprendendo pelo resto da vida. "Nisso ela é insubstituível".

Quando não cumpre esse papel, a universidade não forma criticamente seus alunos. Apenas produz profissionais prontos para se tornarem mais uma peça nessa engrenagem sofisticada constituída pela TV, pelo mercado e pelo próprio público, da qual nos fala Sodré. Profissionais que também só se sentirão legitimados quando, como disse, se tornarem imagem.

MV Bill

(jul./2002)

A sociedade está acuada e com medo.

De acordo com os dados divulgados pela ONU, em um ano, 47 mil brasileiros morreram assassinados, 87% por tiros. Na terça, dia 9, o Instituto Sou da Paz promoveu um grande ato em São Paulo para marcar o Dia Mundial pelo Desarmamento. A morte do jornalista Tim Lopes, no Rio, provocou uma grande discussão sobre a violência no país. Problema para o qual as comunidades e lideranças comunitárias já estão cansadas de chamar a atenção. O cantor de rap MV Bill é uma dessas pessoas (MV significa *Mensageiro da Verdade*). Bill é membro da *Central Única das Favelas* (Cufa), criada há quase dois anos para integrar as comunidades com atividades sociais e culturais.

O material de suas músicas é a violência policial, o narcotráfico, a opressão que submete a juventude negra, o racismo. O cotidiano das favelas vira poesia e vídeo sempre provocando muita discussão e polêmica. Ele mora na Cidade de Deus, um conjunto habitacional com cerca de 120 mil moradores, uma favela em Jacarepaguá, bairro da zona oeste. Foi numa praça dessa comunidade que conversamos.

Por que você escolheu o rap?

MV Bill — O rap eu conheci em 88 e vi que podia falar da realidade. O ponto forte é a letra, é o questionamento. Isso foi o que me chamou mais a atenção.

Você diz que teve a sorte de descobrir o rap e a cultura hip-hop e que mudou sua consciência por isso? A arte pode ser, de fato, um instrumento de mudança social?

MV Bill — Acho que o rap é apenas um dos vários caminhos de transformação. Eu dei graças a Deus porque foi a única coisa que eu vi que poderia me dar uma outra direção.

A maioria das coisas que eu via só me levariam ao lado negativo. Eu acho que a cultura tem o poder de transformar. Morando dentro de uma comunidade percebo que muitos jovens têm talento ou para compor, ou praticar esporte, ou desenhar ou lidar com computador. Mas não há oportunidade nem perspectiva. A arte consegue devolver a auto-estima e a possibilidade de despertar uma consciência adormecida.

Muita gente acha que o rap é uma coisa americanizada. Quais são as semelhanças dessa música aqui com a música americana?

MV Bill — Ninguém nunca questionou o rock feito pelo Barão nem o reggae feito pelo Cidade Negra. Também não são músicas criadas no Brasil. Ao contrário do que muita gente acha, o rap não foi criado nos EUA. Ele foi desenvolvido lá e eles só batizaram de Ritmo e poesia — Rhythm and poetry, em inglês. Ainda que fosse americano, existem muitas culturas absorvidas pelo Brasil e isso não deve ser impedimento para que a coisa aconteça.

O povo compra sua música?

MV Bill — O povo abraça minha música. Um disco, para a maioria dos artistas, dura um ano. Vou para o quarto ano de trabalho com o mesmo disco. Isso tocando, fazendo palestras, discutindo a questão racial e a violência nas universidades, nos presídios. Meu trabalho me levou a vários lugares e por isso o resultado foi o melhor possível.

Como está seu novo CD?

MV Bill — O nome dele é *Declaração de guerra*. Nele tenho a oportunidade de ratificar alguns pensamentos e falar de coisas que ainda não falei. Ele é mais diferente de tudo o que eu já ouvi de rap no Brasil, mas vai ficar na surpresa.

Você fez o vídeo *Soldado do morro*, em 1999, em que apareciam armas de verdade, traficantes de verdade e crianças armadas. Sua intenção era chamar

a atenção das autoridades para o problema do tráfico. Seu objetivo foi alcançado?

MV Bill — Não. A cada momento em que eu vejo mais jovens entrando para o tráfico e morrendo assassinados eu sinto que vou fracassando na minha luta. Acho que meu trabalho com a música contribui, mas não resolve. O vídeo podia fazer mais e não fez. Fui perseguido e respondo processo até hoje. Com o vídeo tivemos a oportunidade de ficar diante de um problema que crescia e que a qualquer momento ia explodir. Ia deixar de ser exclusividade das comunidades e se transformar em um problema para o asfalto. Quem poderia fazer alguma coisa deu as costas e me condenou como bandido. A situação que temos no Brasil é a situação que a gente merece.

Por quê?

MV Bill — Estamos colhendo o que plantamos no passado. E quem planta a violência colhe isso. Quem fez o vídeo falando sobre violência foi o Bill, um preto que canta rap, mora na Cidade de Deus, tem caráter meio duvidoso. Se fosse um sociólogo ou até um jornalista falando a mesma coisa todo mundo daria importância. A violência desse videoclipe estava guetificada, estava dentro das comunidades. A partir do momento que esse sangue desceu para o asfalto e começou a atingir o filho do doutor fulano de tal, da madame tal tal tal, aí sim virou problema nacional. Enquanto esse problema ficasse dentro das comunidades era problema nosso. Hoje que a violência atinge a garotinha da cidade, atinge um cara como Tim Lopes, todo mundo começa a falar coisas que já gritávamos há muito tempo, só que ninguém quis ouvir.

Qual a sua opinião sobre as políticas de ações afirmativas, a reserva de cotas para negros nas universidades, por exemplo?

MV Bill — O ideal seria o reconhecimento da dívida histórica com os descendentes africanos. Mesmo não sendo o ideal, mas sendo a única idéia, as cotas para negros nas universidades é uma idéia genial.

Por que o tráfico seduz a juventude?

MV Bill — Porque o tráfico oferece o que o jovem quer no momento. Cerca de 90% dos soldados do tráfico são adolescentes. Lembro de um comercial, até fiz a história baseada na história de um jovem que morava aqui, o "Marquinho Cabeção" seduzido e morto pelo tráfico, O comercial da Omino mostrava um playboy falando para a câmera:

"Se você não tem, você não é o cara". A televisão faz isso de várias formas. Se você não tem o produto tal você não é ninguém. Nenhum comercial fala que você tem de estudar e trabalhar para conseguir a coisa. Você tem de ter o carro e é agora. Isso é a sedução para o imediatismo, para o dinheiro rápido. E quem tem pai alcoólatra, mãe que é empregada nas casas de famílias e que não recebe educação e formação, acaba sendo apadrinhado pelo tráfico. Porque ele quer se sentir poderoso ainda que esse poder seja ilusório. E quem vai convencer esse jovem que a escola é importante? Para mim isso não é justificativa, mas é um fato.

Você disse que a morte de Tim Lopes só chocou a população do asfalto, já que fatos assim fazem parte do cotidiano das favelas. Como sensibilizar a sociedade e a mídia em geral para a violência que atinge as comunidades carentes?

MV Bill — Não existe forma de sensibilizar a sociedade. Já usamos tudo o que podíamos. Acho que a sociedade não está sensibilizada mesmo com o Tim Lopes. Ela está acuada e com medo. Mas continuam tratando a violência nas comunidades como um problema dos outros. Enquanto isso acontecer a coisa vai piorar até a hora que eles tiverem que se mudar porque a violência vai estar dentro das casas deles. Hoje o que ajuda a sustentar tudo isso são os próprios filhos dessa sociedade, os grandes consumidores. Se querem acabar com o tráfico não é no morro. No morro se você plantar uma cápsula de bala na terra não vai nascer um pé de fuzil. A arma chega pelo asfalto. Não tem plantação de droga na favela nem fábrica de armas. Mas os políticos fazem lobby com as fábricas de armas no Brasil e sancionam leis que permitem que colecionadores de fuzil possam ter AR-15 dentro de casa, é brincadeira! Não é possível sensibilizar e eu já desisti dessa tarefa.

Então qual é a tarefa?

MV Bill — A minha agora é esperar para que eles pensem em alguma coisa para solucionar a situação. Transformar a morte do Tim num show para essa violência que já acontece todo dia é demais para minha cabeça. Lamento por ele, pela família dele. Infelizmente ele passou a fazer parte de uma estatística que engorda silenciosamente e que só para a gente tem importância. Para a sociedade e para a televisão só tem importância quando atinge um deles.

Quem pode fazer mais?

MV Bill — Todo mundo. Você pode fazer mais, seu livro pode fazer mais, o fotógrafo pode fazer mais, os sindicatos podem fazer mais. Eu posso, minha mãe, todo mundo.

Quem pode fazer muito e não faz nada hoje é refém da violência, tem medo de ir ao shopping e de levar sua filha na escola.

Todos sabemos que o tráfico é um problema antigo. Você diz que o quadro vai continuar se o "arrego" continuar. O que você quis dizer com isso?

MV Bill — Arrego nas comunidades é quando o tráfico paga para a polícia não entrar na favela. Enquanto isso continuar não enxergo o fim da violência. A polícia perde a moral, o respeito e ninguém confia na polícia. Como ser protegido por alguém em quem não confiamos? Enquanto esse problema ficava dentro das comunidades era problema nosso.

Você também diz que Tim partiu e deixou uma missão para o Brasil. Ou dividimos toda a riqueza que geramos ou seremos obrigados a dividir toda a consequência da miséria que é gerada. Você acredita que podemos realmente fazer isso?

MV Bill — Acho que sim. Mesmo perdendo a paciência de tentar sensibilizar a sociedade e as autoridades, tenho esperança de que tenhamos um futuro melhor, ainda que seja para as futuras gerações. Mas precisamos

fazer alguma coisa já. Meu desejo é que o brasileiro vista a camisa do Brasil não apenas para a Copa, mas para a solidariedade.

A maior parte das músicas no Brasil fala de amor, mas de amor apenas entre homem e mulher. É preciso experimentar o amor incondicional pelo ser humano e resgatar a solidariedade.

Nota

Aceitamos todas as condições?

Já me referi em uma outra nota que algumas entrevistas demandam um longo tempo para serem negociadas. O jornalista deve ter bastante definido em sua cabeça quanto tempo ele tem para fazer entrevistas assim e também não deve parar todo o resto de seu trabalho "correndo atrás" de uma entrevista difícil. Deve ir levando suas outras pautas equilibradamente enquanto batalha uma pauta difícil. Conseguir entrevistar o rapper MV Bill demandou um longo período de negociação com seu agente, Celso Athaíde. Às vezes o jornalista nem sabe como fazer para conseguir o telefone de seu entrevistado. Manter uma agenda atualizada é a velha orientação que nunca abandonaremos.

Eu não confio em agendas telefônicas eletrônicas, não confio em agenda em computador, muito menos em agendas em celulares que perdemos, apagam ou nos são roubados.

Confio na boa e velha agenda de papel, comum. Jornalistas de Segundo Caderno, Economia, Polícia, dependendo da pauta que temos, sempre ajudam quando ligamos pedindo o telefone de alguém. Pode ser também um bom começo. Mas às vezes as dificuldades não se limitam a localizar o entrevistado. É preciso chegar até ele e alguns impõem muitas condições.

Antes de aceitar conceder a entrevista, Bill exigiu ver alguns exemplares do jornal em que trabalhava para saber se concordava ideologicamente com o veículo.

Enviei os exemplares e esperei o OK. Depois quis saber mais detalhes sobre a pauta que seria abordada. Imagina se houvesse algum prazo? Quando

há um prazo determinado, uma data definida e amarrada para uma entrevista específica, estas precisam ser construídas com muita antecedência.

Finalmente, depois de tudo acertado, a entrevista foi marcada para a Cidade de Deus porque lá é o único lugar em que Bill aceita conceder entrevistas (pelo menos era na época). A praça, o horário, tudo definido por Bill. Até o local da entrevista eu só fiquei sabendo na hora porque segui para a Cidade de Deus apenas em contato com o agente de Bill que foi me informando sobre o local ao longo do trajeto. Enfim, este foi o entrevistado que me fez o maior número de exigências. Alguns ainda solicitam ler o texto final antes de ser publicado. Não há lei que obrigue o jornalista a concordar, mas há casos em que o entrevistado só concede a entrevista se isso for acordado antes. O jornalista, de sua parte, deve garantir seu direito de aceitar ou não as condições.

A discussão coletiva ajuda a definir critérios gerais. Bill não pediu para ler o texto antes. Se pedisse, concordaria, assim como concordei com as outras condições. Todas valeram a pena.

Nega Giza

(mar./2004)

A mulher veio para fazer a revolução política.

O nome verdadeiro é Gisele Gomes Souza. Giza, Gi, eram apelidos de família e "Neginha", o termo preconceituoso pelo qual era chamada desde pequena, principalmente na escola. Também assim era identificada quando vendia refrigerantes nas ruas para ajudar a família, composta de pai, mãe e quatro filhos, a sobreviver. A família diminuiu de forma trágica. Há alguns anos, o irmão "Neném", viciado em drogas e envolvido com o tráfico, foi morto pela polícia. Desde criança, Giza já fazia poesias "das coisas que sentia", como ela diz. Mais tarde essas "coisas que sentia" viraram veementes críticas sociais. "Eu já era ideológica desde pequena e não sabia".

Para superar a morte do irmão, ela mergulhou fundo na arte. Assim nasceu Nega Giza que, aos 26 anos, é a rapper mais famosa do Brasil. "Misturei o apelido de casa e o nome que ganhei na rua. O "neguinha" virou "nega", inverteo o preconceito e afirmo minha identidade", diz ela. Nega Giza também é diretora da Central Única de Favelas (Cufa), uma entidade que organiza as reivindicações dos moradores e promove várias atividades sociais e culturais em diversas comunidades no Rio de Janeiro.

"Não posso evitar, a luta política construiu meu nome, minha arte, tudo o que sou e ainda serei", afirma. Foi em sua casa, em Anchieta, subúrbio do Rio de Janeiro, que Nega Giza concedeu a entrevista que segue.

Você começou trabalhando em rádio. Como foi?

Nega Giza — Comecei aos 13 anos, na *Transanova*, em Ricardo de Albuquerque. Fui lá e pedi para o dono para eu fazer um programa de notícias. Ele falou que minha voz era bonita, e que eu podia ser locutora, só que eu precisava fazer uns testes. Então ele me deu um monte de anúncios para ler e um monte de papel com frases de utilidade pública tipo: "atenção pedestre, você que está aí na calçada, utilize a passarela!", acho que essa foi a minha primeira locução. No dia seguinte eu voltei e, de novo, ele mandou eu ler

comerciais. Foi quando eu pedi para ele deixar eu falar os textos que eu tinha escrito. Insisti tanto que ele deixou. Ele não ligava para nada do que eu escrevia, mas acabou deixando eu entrar na programação dele, tocar a música que eu quisesse e ler as notícias que eu reescrevia. Lá estava a minha voz na caixinha do poste divulgando as estatísticas de mortes, problemas sociais, as questões das comunidades, violência em bailes funks e notícias sobre os governos. Fiquei lá dois anos.

Como foi seu encontro com o rap?

Nega Giza — Numa dessas rádios, a Novo Horizonte, havia um programa de rap nos fins de semana e me chamaram para trabalhar nele. Eu não conhecia rap nem a cultura hip-hop. Quando ouvi as músicas percebi que elas falavam exatamente as coisas que eu escrevia. Tudo mudou dentro de mim, senti um alívio imenso e, ao mesmo tempo, uma confusão enorme. Começou uma agonia e foi quando me achei. A minha história de vida estava ali e passei a procurar contatos e a me informar mais sobre o rap.

Fui para eventos nas comunidades organizados pelo movimento negro. Através do rap tudo fez sentido e passei a entender minha história, os problemas sociais, minha condição de mulher e negra. Entendi que a injustiça, a violência, a desigualdade que diariamente eu via nas ruas e recortava dos jornais não eram naturais, eram produzidas historicamente. Entendi finalmente o racismo. Vi também que havia uma música que podia expor tudo isso.

O que fez sentido para você como mulher e negra?

Nega Giza — Cresci num ambiente familiar que não era exemplo para ninguém. Minha avó largou meu avô, fugiu com um homem para o Rio e minha mãe teve de cuidar de todos os irmãos sozinha. Ela era espancada pelo pai todos os dias e veio morar no Rio com minha avó. Com 18 anos ela casou para fugir do padrasto. Ficou casada com meu pai por 23 anos, teve seis filhos, não tinha formação, meu pai era viciado. Minha mãe reproduzia o ciclo infeliz a que estavam condenadas muitas mulheres da minha família.

Você pensava em romper esse ciclo?

Nega Giza — Pensava muito. Tinha medo de casar, de ter filhos, de montar família. Achava que ia acontecer a mesma coisa e que seria infeliz como a minha mãe. Com o rap me posicionei e vi que não precisava ter mais medo. Com consciência e informação eu poderia romper esse ciclo.

Você já foi discriminada por ser negra?

Nega Giza — Desde pequena. Na escola, minhas amigas diziam que eu não era negra porque eu tinha o cabelo macio e cacheado, diziam que eu era morena. Eu olhava para minha pele e sabia que eu era negra. Tinha uma professora que eu gostava muito, a Sônia, professora de português. Ela também gostava muito de mim porque eu me destacava nas redações e gostava de ir lá para frente ler meus textos. Eu sempre ganhava pontos, mas percebia que ela preferia que eu não fosse negra. Nos fins de semana, ela chamava várias meninas para irem até sua casa lanchar, tomar banho de piscina e eu nunca era convidada. Isso gerava um constrangimento porque as meninas diziam que tinham ido lá. Eu ficava muito triste, mas não associava isso ao racismo. Hoje sei que era.

Quando você começou mesmo sua carreira de rapper?

Nega Giza — Eu montei uns grupos, comecei a escrever letras já rimando, mas não sabia quando gravaria. Minha família sempre me deu muita força, meu irmão Neném principalmente.

Eu gostava muito do MV Bill, adorava "Marquinhos Cabeção", sua música de sucesso na época. O Bill vendia umas fitinhas dessa música e eu tocava muito ela na rádio.

Meu irmão dizia que conhecia o Bill, que eram praticamente irmãos e que já havia falado de mim para ele, mas eu não acreditava.

Foi nessa época que seu irmão foi assassinado?

Nega Giza — Foi. Ele era viciado e envolvido com o tráfico, mas nós não sabíamos. Foi preso e saiu da prisão mais viciado, revoltado e envolvido com o crime. Aí já não tinha mais controle nem como esconder. O triste é que ele

pedia muito para que nenhum de nós se envolvesse com essa vida. Pedia muito para eu continuar na minha luta. Quando ele morreu fiquei arrasada, perdida. Resolvi procurar o Bill e ele me disse mesmo que ele e o "Neném" eram como irmãos e que ele conhecia meu trabalho através do "Neném". O Bill me acolheu e me recebeu como irmã. Não somos irmãos biológicos, mas somos irmãos de sonhos, de fé, de luta, de pensamento.

Graças a essa ajuda você conseguiu gravar, em 2002, seu CD "Nega Giza na humildade"?

Nega Giza — As pessoas diziam que eu era boa, mas eu encontrava todas as portas fechadas. O Bill me convidou para fazer parte da família dele e, claro, aceitei. Empolgadíssima comecei a cantar com ele. Me envolvi com o trabalho dele que não era só musical, era ideológico.

Viajava, rimava com ele várias músicas nos shows. Mas o Bill sabia que além daquele trabalho eu queria outras coisas e queria gravar um disco meu. Em 2002 gravamos pela Dumdum Recorde um selo meu e do Bill.

Nesse CD tem aquela música em que você fala de prostituição. Por que esse tema?

Nega Giza — Por acaso li um livro sobre o assunto. Na mesma época uma amiga de infância me disse que se prostituía para sustentar o filho de três anos. O problema não saiu mais da minha cabeça. Comecei a ler mais. Alguns autores condenavam a prostituição. Outros exaltavam. Resolvi que para me posicionar eu não podia falar na terceira pessoa, eu tinha de falar como a própria prostituta. Comecei a me perguntar, sem julgar, por que algumas pessoas precisam vender seu corpo para viver.

E como ficou?

Nega Giza — Ficou assim: "Ontem vi um anúncio no jornal / Vi na TV, no *out-door* e digital / pediam mulheres com corpo escultural / para dar prazer a homens, mulheres e até casal / mas na real o que eu quero é ser artista / dar autógrafo, entrevista e ser capa de revista / quero ser vista bem bonita na

televisão / rolé de carro e não mais de camburão ". O refrão era: "Sou puta sim, vou vivendo do meu jeito /prostituta atacante, vou driblando o preconceito ".

Como as mulheres reagem à sua música?

Nega Giza — Muitas mulheres me procuram para dizer que passaram a ir mais aos shows porque estavam cansadas de ver só homens no palco se posicionando sobre assuntos que diziam respeito a elas mais especificamente. Os homens também aceitam. Nos shows, vejo os caras cantando: "Sou puta sim!" Sobre essa música acho que elas entendem bem que eu exponho a questão para que todos pensem juntos sobre ela.

Os homens que cantam rap não te discriminaram?

Nega Giza — No começo sim, mas acho que eles também tinham ciúme e medo que eu representasse uma ameaça.

Além de tudo o que você falou, poderia dizer alguma coisa para as mulheres nesse 8 de março?

Nega Giza — O 8 de março é importante mas a luta não pode ser só de um dia. A luta é para a vida inteira. E nem todas precisam ser rappers para isso. Acho que a mulher deve se posicionar na sociedade, dentro de casa, em seu trabalho, qualquer que seja ele. A mulher é um ser especial. Se a mulher ficar dentro de casa, alienada, ela não vai conseguir se entender e não entenderá o mundo em que vive. A mulher veio para fazer a revolução política. Acho que passo isso, de verdade, com meu trabalho.

Nota

O complexo de pernalonga

Já disse por aqui que ao se preparar para uma entrevista o jornalista deve organizar um pequeno roteiro de perguntas que não deverá ser usado como uma camisa-de-força.

Pode ser que em alguma situação aconteça de conhecermos o trabalho do entrevistado ou entrevistada, mas não tenhamos tido tempo de organizar uma seqüência básica de perguntas, ou sequer pensar sobre a entrevista. Foi o que aconteceu quando entrevistei a rapper Nega Giza. Marquei a entrevista para uma semana completamente atribulada (como se jornalistas tivessem semanas não atribuladas). De repente, a hora marcada chegou sem que eu tivesse organizado qualquer pergunta. Foi a primeira vez que segui para uma entrevista sem meu tradicional roteirinho digitado e impresso.

Sem problema, não há motivo para desespero. Mas também não devemos confiar demais em nós mesmos.

Há muitos jornalistas com o que chamo aqui de "complexo de pernalonga". Ou seja, sempre acham que sabem tudo. Conhecem tudo sobre todos os assuntos. Não precisam de roteiro nem pensar ou pesquisar sobre nada. Já leram o suficiente e sempre sabem o que fazer, como agir. No desenho, haja o que houver, enfrente o que enfrentar, o famoso coelho sempre "se dá bem". Acontece que pernalonga é mesmo "o cara". Na vida real, presunção e vaidade demais atrapalham. Além disso, considero um desrespeito do jornalista para com o entrevistado que nos empresta seu tempo e sua disponibilidade chegar na sua frente sem ter pensado no que vai fazer.

Por isso, no carro, fui tentando lembrar do que conhecia de minha entrevistada. E fiz o seguinte: recostei no banco, fechei os olhos, cantei uma de suas canções.

Deixei chegar em minha cabeça fragmentos de reportagens que já lera sobre a artista. As dificuldades do começo, o assassinato do irmão, as dores, as batalhas, o talento. Relembrei as fotos que me trouxeram seu rosto e expressões marcantes. Quando cheguei à sua casa, em Anchieta, meu roteirinho de todo dia estava ali, básico.

Mas isso não era o mais importante. O mais importante é que eu me deixara impregnar por Nega Giza, por isso as perguntas foram surgindo. A entrevista fluiu bem e, claro, novas perguntas surgiram durante nossa conversa. Em toda boa entrevista as perguntas te invadem se ouvirmos atenta e honestamente nossos entrevistados. Esse é o grande prazer de entrevistas como essas.

Vito Giannotti

(ago./2002)

Quem participa do movimento sindical na certa conhece Vito Giannotti. Um metalúrgico italiano que há muito decidiu viver no Brasil. Autor de 17 livros, já escreveu sobre a CUT, o movimento sindical brasileiro e a comunicação dos trabalhadores. No início dos anos 90, juntamente com jornalistas e professores, fundou, no Rio, o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) e se especializou em comunicação dos trabalhadores. Nesta quarta, 28 de agosto, Giannotti deu mais uma contribuição ao movimento social e lançou o livro *Força Sindical — A Central Neoliberal de Medeiros a Paulinho*.

A primeira parte de seu novo livro é uma edição revisada e atualizada do livro que você lançou em 1994 (Medeiros visto de perto). Já a segunda é uma continuação da história da Força Sindical. Por que você volta a falar neste assunto?

Vito — Porque a Força Sindical, nos últimos anos, tem estado constantemente na mídia. Na imprensa e sobretudo na televisão fazendo propaganda de todas as propostas dos patrões, de todas as propostas do governo. Então, a Força Sindical é mais atual do que nunca. Ela estava durante o mês de dezembro, janeiro, fevereiro e março, fazendo campanha de 20 em 20 minutos falando da necessidade de acabar com as leis trabalhistas.

Durante quase dez anos a CUT era a única referência no cenário sindical brasileiro. A Força Sindical nasceu em 1991, em plena explosão do neoliberalismo no Brasil. O que significou esse nascimento? Quais foram os impactos no sindicalismo?

Vito — O impacto não foi na hora. Foi de lá para cá. A Força foi criada pelos empresários, pelos patrões e pelo governo Collor e foi viabilizada através de US\$ 5 milhões. Isso está provado em todos os jornais. Esse dinheiro foi arrecadado pelo tesoureiro do Collor, o PC Farias, junto à Fiesp e demais federações de indústrias de todo país. Eles pagaram o nascimento da Força

com o apoio do Collor. Porque a central que estava nascendo iria ser, e é, a central dos patrões, do projeto que o Collor estava levando.

Ao receber esse dinheiro para nascer, você diz no livro que a Força teve de assinar várias notas promissórias. Que notas são essas?

Vito — São os compromissos que ela assumiu com o empresariado e com o governo de, em primeiro lugar, ser a anti-CUT. Em segundo, de ser a central que destruiria as leis trabalhistas. Foi assim que ela criou o contrato temporário, ou seja, o início da destruição dos direitos e das leis trabalhistas. Em dezembro do ano passado, quando o Congresso votava a flexibilização das leis trabalhistas, ela estava com a torcida dela apoiando o Ministro Dornelles, apoiando o fim das leis trabalhistas.

Essa foi a grande promissória. O grande desejo do empresariado é acabar de vez com todos os direitos trabalhistas e com isso aumentar enormemente seus lucros.

Medeiros foi o primeiro presidente da Força e você dedica boa parte de seu livro a ele. Qual o papel deste sindicalista para a formação e condução da política da Força?

Vito — O Medeiros foi o fundador da Força. Ele viabilizou a Força. Tinha passado pela esquerda e depois traiu sua posição e aderiu à visão da Força. Com o dinheiro dos empresários e com a linha política do governo neoliberal. Por isso que o livro fala muito do Medeiros. Ele desenvolveu toda ideologia da Força como uma central anti-CUT e que procurasse fazer esquecer que os sindicatos não existem só para reivindicar aumentos mas também para lutar por uma nova sociedade. Medeiros fez isso muito bem durante os quase 10 anos que ele foi presidente da Força Sindical.

A Força substitui as lutas dos trabalhadores, incluindo os atos do 1º de maio, por encontros de massa com sorteios de carros e shows. Diante de um país destruído socialmente, que tipo de política é essa?

Vito — É mais um grande compromisso que a Força assumiu com o empresariado. Ou seja, fazer esses shows para fazer esquecer a luta histórica dos trabalhadores, para fazer esquecer o sentido do 1º de maio. É um dinheiro que as empresas dão à sua central sindical, declarado inclusive no Imposto de Renda. Elas pagam à Força para fazer um 1º de maio que para os patrões é ótimo porque faz esquecer os mártires de Chicago e que o 1º de maio foi fruto da luta de 100 anos dos trabalhadores para conquistar a redução da jornada de trabalho. A Folha de S. Paulo, do dia 2 de maio do ano passado, saiu com a manchete: "Empresários pagam 1 milhão e 800 mil para festa da Força". Não era denúncia, não era escândalo: era uma constatação.

Em 98, Medeiros sai da Força porque foi eleito deputado federal. Quem assume é Paulo Pereira da Silva, o Paulinho. Um sucessor à altura de Medeiros?

Vito — Ele é um sucessor à altura do Medeiros porque aprendeu muito bem com o mestre. Repete todas as idéias, todas as posições, exatamente toda a ideologia da Força Sindical. Ele é um continuador perfeito do Medeiros.

Você resume as opções políticas de Medeiros de uma forma muito engraçada no livro: "Medeiros, que amava Antônio Ermírio, que amava Quércia, que amava Collor, que amava Jânio, que amava Brizola, que amava Fleury, que amava Maluf... que amava toda a família". Medeiros agora ama o Lula?

Vito — Nessa eleição aconteceram coisas absolutamente estranhas. Coisas que não aconteceriam em outras épocas. Uma é o Medeiros que disse que nunca apoiaria Lula, e isso está no livro. Como ele estava no partido — o PL, que acabou ficando na aliança com Lula — o Medeiros teve que oficialmente dizer que apóia o Lula. Só que ele detesta qualquer política que lembre a esquerda e não vai trazer um voto sequer para o Lula. Em São Paulo, o Medeiros faz a campanha do Maluf. Trata-se de uma política de alianças que não vou avaliar e não vou me pronunciar sobre ela.

O Brasil tem várias centrais sindicais. Só duas são expressivas. A CUT e a Força Sindical. O que diferencia o projeto de cada uma para o país?

Vito — No dia 21 de março deste ano, quando seria votado no Senado o fim das leis trabalhistas, a CUT tentou fazer uma greve geral contra isso. Não foi uma grande greve geral. Mas cerca de 2 milhões de pessoas participaram com alguma manifestação contrária à retirada de direitos dos trabalhadores. A Força, durante três meses, ficou na televisão dizendo que a flexibilização das leis trabalhistas serviria para aumentar o emprego. No dia 17 de março a Força organizou em São Paulo uma grande assembléia com 30 mil pessoas que foram atraídas pelo sorteio de cinco carros. Essa chantagem já havia sido feita pela Força para o 1º de maio. Mas era a primeira vez que ela usava a chantagem dos carros para atrair trabalhadores para uma assembléia. Antes de fazer o sorteio, o Paulinho mandou que os trabalhadores levantassem as duas mãos para apoiar o fim das leis trabalhistas. 60 mil mãos se levantaram para isso. Essa é a Força. A CUT em seu projeto tem uma perspectiva de uma sociedade diferente. Em seus estatutos está escrito que a Central luta por uma sociedade com democracia e rumo ao socialismo. São projetos completamente diferentes.

Em seu livro, você diz que a palavra mais repetida pela Força Sindical é parceria. Parceria entre capital e trabalho, entre empresários e trabalhadores. Mas hoje o PT, apoiado pela CUT, também fala em pacto social, em pacto entre trabalhadores e empresários. São pactos diferentes?

Vito — Acho muito interessante que existam diferenças entre o PT e a CUT nessas eleições. A CUT é uma central sindical em que há vários partidos dentro dela, inclusive há vários candidatos. Os diferentes partidos possuem uma perspectiva global de lutar por uma nova sociedade socialista. A CUT tem esse projeto político global. Se o PT tem opções diferentes e faz alianças com opções diferentes, isso é problema do PT e não da CUT. A CUT está apoiando o Lula. A CUT sempre foi contra pactos sociais. Pode haver e há diferenças entre a CUT e o PT.

Você tem uma vida dedicada à imprensa sindical. Qual a importância dessa comunicação para os trabalhadores?

Vito — Um sindicato comunica sua política de duas maneiras: pela boca de cada diretor, de cada ativista. Só que o alcance da voz do sindicalista é

pequeno. A outra maneira é usar a mídia. A mídia que temos mais facilmente é o jornal do sindicato. Essa é a forma que o sindicato tem de transmitir sua política. Tudo o que permite que as idéias do sindicato cheguem aos trabalhadores deve ser priorizado. O outro lado, os que têm os canais de televisão e os grandes jornais comunicam muito bem sua política. Temos de convencer milhares e milhões de nossa política.

Nota

Jornais sindicais e outros específicos — *Fazer sempre da melhor maneira em qualquer veículo*

Antes de me tomar jornalista já havia decidido e escolhido em que tipo de jornal trabalharia (pelo menos por um bom tempo). Há muitos anos trabalho na imprensa sindical e tenho enorme orgulho disso. É uma das minhas opções políticas. De 98 até 2004 fui jornalista do Surgente, o jornal do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ). Nos três últimos anos fui sua editora. A imprensa sindical é uma imprensa posicionada. A "grande" imprensa também, só que não assume isso e acha que engana alguém.

A imprensa cutista, ou seja, a imprensa composta de jornais de sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) tem a segunda redação do país. De acordo com Santiago e Gianotti (1997), depois da redação das Organizações Roberto Marinho, antes do grupo Folhas, antes da Record, do Bispo Macedo, vem a CUT. Em sua estrutura, do âmbito nacional, passando pelas CUTs estaduais e pelas confederações nacionais, chegando aos seus sindicatos, revelam os autores, a CUT tem mais de 600 jornalistas.

Os dados acima revelam um grande mercado de trabalho que exige pesquisa e preparação específica. Contudo, há quem pense que a imprensa sindical é uma imprensa que não merece apreço, profissionalização, aperfeiçoamento, especialização, que não merece zelo. Há quem pense que este tipo de imprensa pode desprezar a boa estética, a arte bem feita, o bom texto, a página cuidadosamente pensada. Não vejo nenhum sentido nisso. A imprensa sindical, seja ela cutista ou não, os jornais de associações de moradores, de ONGs, de entidades e empresas devem ser feitos com

qualidade. Devem ser bonitos, atraentes. Devem reunir profissionais capacitados para textos, fotos, programação visual, charges, revisão. Infelizmente nem todo dirigente sindical pensa assim. Pior, nem todo profissional pensa assim.

Entrevisto pessoas e faço matérias para um jornal de apenas quatro páginas, com circulação bem mais restrita que a grande mídia. Mas entrevisto e edito os jornais em que trabalho como se fossem os maiores jornais do país. Quem fecha uma página de jornal sindical bonita como as que fazíamos no Sindipetro-RJ é capaz de fechar qualquer página de qualquer jornal ou revista. Devemos ser bons profissionais seja nossa publicação pequena ou grande, conhecida ou não.

Entrevista com M.A.

(membro de grupo de extermínio)

Não mato pessoas, só mato bichos.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer o senhor ter aceitado este encontro.

M.A. — Foi um pedido de uma amiga, tudo bem. O que você quer saber? Tenho que descer logo.

O jornal em que trabalho quer fazer uma grande matéria sobre grupos de extermínio.

M.A. — Não posso falar muita coisa.

O senhor pertence a algum grupo de extermínio?

M.A. — A polícia e os jornais é que chamam assim. Vocês é que colocam nomes na gente.

E não é assim que deveria ser chamado?

M.A. — Eu me acho um justiceiro. E também não chego a fazer parte de um grupo muito organizado não. Tenho alguns parceiros que pensam da mesma forma que eu penso. Quando temos de fazer alguma coisa a gente se junta e faz. Às vezes trabalho sozinho também.

Por que o senhor se acha justiceiro?

M.A. — Por que só faço com quem merece. Só apago quem precisa ser apagado.

E o senhor mata por dinheiro?

M.A. — É complicado explicar isso. Mato quem deve morrer e não precisa pagar, decido quem é, se tiver sujando a área. Se oferecerem um trabalho e pagarem, aceito, mas preciso saber quem é e por quê. Não mato só pelo dinheiro, entende como que é?

Há muitos como o senhor na Baixada?

M. A. — Há mais grupos que matam por dinheiro. Matam qualquer um. Fazem tabelas de preço.

Como assim tabela?

M.A. — Matar um político é mais caro que matar o seu vizinho comum com que você brigou outro dia. Do político correm atrás, por isso é mais caro.

E como é essa tabela?

M.A. — Eu não sei porque não trabalho por tabela. Mas o preço varia muito, a diferença é grande.

O senhor sabe quantas pessoas já matou?

M.A. — Não mato pessoas não, só mato bichos. Já fiz uns 30. Agora a senhora pode descer. (Pega um cartucho de 12, coloca na palma da minha mão, fecha a minha mão e me dá um beijo no rosto.) Depois diz: Cuidado com o que vai escrever.

Nota

O complexo do coio

Durante o tempo em que trabalhei no *Jornal de Hoje* (em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense), durante o tempo em que editei o jornal comunitário *Baixada Notícias* e durante o tempo em que trabalhei em *O Dia*, fiz muitas matérias de polícia. Não me tornei, por isso, uma repórter policial. Esta

entrevista, por exemplo, foi realizada logo no levantamento para o início da série sobre grupos de extermínio publicada em *O Dia*, em 1993, coordenada pelo jornalista Paulo Oliveira, meu editor na época e pela qual nossa equipe recebeu o prêmio Vladimir Herzog.

Entrevistas para reportagens policiais certamente envolvem inúmeras questões a respeito da ética e da própria segurança dos profissionais, motoristas, fotógrafos, jornalistas, toda a equipe em ação no momento da reportagem. Não farei essa discussão aqui. Discutir esse assunto merece mais tempo, mais espaço. Enfatizo apenas o seguinte: a segurança de uma equipe de jornalismo é obrigação da empresa em que ele trabalha. A empresa deve garantir a integridade física do trabalhador. Contudo, a segurança também deve ser pensada pelo próprio jornalista que muitas vezes esquece isso. É preciso que os donos dos jornais, editores, repórteres, motoristas, fotógrafos, sindicatos, todos discutam como garantir a segurança das equipes de reportagens.

Quando fiz essa entrevista nunca havia entrevistado membros de grupos de extermínio antes. Segui apenas algumas intuições. Eu morava em Nilópolis, na Baixada Fluminense, e conhecia muitos matadores. Pensei que não seria bom entrevistar um daqueles que eu veria todos os dias ao descer do ônibus e caminhar até minha casa.

Pedi a uma amiga também jornalista que me passasse um de seus conhecidos de São João de Meriti, bairro em que ela morava. Feito o contato, o "matador" definiu o local: o alto de um morro que eu nem sabia onde era direito. Segui até o morro com essa amiga jornalista e com o motorista do jornal. Que besteira! Desci o morro, mas também poderia ter ficado por lá. Em nenhum momento essa questão passou pela minha cabeça. Sequer comuniquei ao meu editor o local certo em que estaria e o que faria realmente. Às vezes, ficamos tão obcecados tentando "agarrar nossa pauta" que cegamos nossa inteligência, bom senso e desprezamos a segurança. Aqui, funciona o terceiro complexo do qual gostaria de falar: o "complexo do coioote" que, como disse, também precisamos superar. O coioote, às vezes, pode desistir de pegar o papaléguas. Mas é tão estúpido que não desiste. Se soubesse reconhecer certos limites não se machucaria tanto.

De qualquer forma, estava no local combinado, tinha meu roteiro, as perguntas que me interessavam para começar a reportagem. Encontrei meu entrevistado, tratei-o por senhor e com o respeito dado a qualquer um outro entrevistado. Agradei seu tempo e o fato de ter me recebido. A entrevista foi curta, mas abriu uma frente de questões que nos ajudariam apontou a dimensão da série iniciada e a conseqüente necessidade de ampliação da equipe, o que realmente foi feito.

Metaentrevista com Muniz Sodré

(set./2002)

A entrevista é a arte da escuta.

Muniz Sodré me disse que o jornalismo "não é mais seu pago", mas já foi um dia. O escritor diz isso porque atualmente se dedica mais à teoria da comunicação do que à prática jornalística. Prefiro não separar as duas coisas e, por isso, acho importante ouvir o teórico Muniz Sodré para que estudantes de jornalismo conheçam o que o autor de *Técnica de reportagem — Notas sobre a narrativa jornalística* pensa sobre o ofício de entrevistar.

O que é uma entrevista?

Muniz — A entrevista, para o jornalista, é uma fonte primária. Ou seja, o jornalista ouve diretamente alguém ligado ao fato que deseja abordar. Já, para o leitor, embora o jornal seja um mediador, a entrevista é a simulação de um contato direto do leitor com a fonte, por isso a entrevista o atrai.

Como o senhor avalia a forma como, por exemplo, jornais e revistas trabalham hoje com a entrevista?

Muniz — As revistas dão mais espaço às entrevistas que os jornais. Em geral, se dá maior espaço ao entrevistado quanto menos comprometida publicitariamente for a revista. Hoje a revista *Caros Amigos* é uma das poucas cuja linha editorial não é determinada pela publicidade. Assim, sem censura interna, a revista deixa o entrevistado falar mais livremente.

Olhando para a história da imprensa brasileira, que jornal ou revista o senhor citaria como exemplo de um bom veículo para a entrevista?

Muniz — Sem dúvida o Pasquim. Dificilmente hoje qualquer veículo faz entrevistas como aquelas que o Pasquim fazia em sua época de ouro. O grande sucesso do Pasquim eram suas entrevistas, que eram não-directivas, ou seja, havia questões mas se deixava o entrevistado falar livremente e até falar

muito. As entrevistas também eram transcritas, preservando tudo o que o entrevistado falava. Assim apareciam coisas muito interessantes. Coisas que não estavam previstas, palavrões, referências sexuais, pessoais. Era tudo inesperado, mas transcrito e publicado tal e qual. Algumas entrevistas ficaram famosas, a da Leila Diniz, do Anselmo Duarte.

O senhor citou o Pasquim como referência de boas entrevistas. E de entrevistador ou entrevistadora, quem o senhor poderia mencionar?

Muniz — Tinha uma moça chamada Cristina Autran que, em uma época, inovou com suas entrevistas para o JB e também para a Manchete. Ela fazia perguntas inesperadas para o entrevistado e, ao longo da entrevista, publicava seus próprios comentários. Ela entrevistou o Guimarães Rosa, que era cheio de maneirismos e um pouco afetado quando falava. Pelo jeito como Cristina conduziu a entrevista, Guimarães pareceu um tanto, digamos, ambíguo. As pessoas se divertiram muito com a entrevista. Na Manchete, ela entrevistou um figurão. Lá pelo meio da entrevista ele disse para ela: "Bota isso aí que fica engraçado" e ela escreveu exatamente isso. Quer dizer, publicando os comentários dos entrevistados, ela acabou inovando e criando um estilo próprio porque pegava o entrevistado por inteiro. Atualmente ninguém inova, ninguém tenta criar nessa área, com exceção, talvez, da Caros Amigos.

O senhor trabalhou como repórter durante anos e fez grandes entrevistas. Poderia lembrar alguma experiência importante?

Muniz — Não tenho certeza quanto a "grandes" entrevistas... Mas entrevistei pessoas muito interessantes e tenho várias boas lembranças. Uma experiência me marcou de forma particular. Quando era repórter da revista Manchete fiz uma entrevista com um alemão chamado Hermann Abs, em 1970, se me lembro bem. Esse sujeito foi um dos financistas do Hitler, mas saiu isento da guerra. Comoleu falava alemão fui encarregado da entrevista. A entrevista foi no Country Club, à noite, e, na sala em que estávamos, havia um abajur. Sobre esse abajur passeava um pequeno besouro. No momento da entrevista esse sujeito mal me olhou. Ele respondia às perguntas, mas sua preocupação maior era assar um pequeno inseto, que ele não deixava escapar

do abajur. Era um jogo de prender e queimar o besouro que, na minha cabeça, desenhou a idéia de um campo de concentração. Eu não me esqueço, porque queria ter escrito isso de alguma forma no texto, mas, claro, era impossível.

Quando uma entrevista pode ser realmente boa?

Muniz — A entrevista é boa quando um jornalista trabalha em um veículo livre. A entrevista é boa quando um jornalista tem liberdade. Do contrário, é meramente protocolar.

São protocolares as entrevistas com um presidente dos EUA, hoje, por exemplo? Ou com o Presidente Lula?

Muniz — Sim, porque suas assessorias de imprensa funcionam como filtros. As perguntas, em geral, são combinadas com essas assessorias e pessoas como Bush, Lula e outros dificilmente responderão alguma coisa que não esteja previamente enquadrada. A entrevista, nesses casos, não existe. O que há mesmo é protocolo.

Algumas pessoas na imprensa brasileira são reconhecidas como grandes entrevistadores. Na TV, por exemplo, o Jô Soares e a Marília Gabriela são considerados referências.

O senhor concorda?

Muniz — O Jô Soares é uma pessoa muito inteligente, mas tem um ponto, aquele aparelhinho que é colocado no ouvido para que ele mesmo possa ser assessorado. Como, além disso, ele ainda é muito engraçado, o entrevistado acaba sempre em desvantagem. Conheço pessoas que se recusaram a participar do programa porque temiam ser ridicularizadas. Mas eu já vi duas pessoas deixarem o Jô desconcertado. O Sarney, por exemplo, deixou o Jô desconcertado num papo sobre literatura, se me lembro bem. A outra foi a Fernanda Torres. Ela fazia uns movimentos de yoga, enquanto falava, reinterpretando com o corpo a fala de Jô. Apesar de querer aparecer mais que seus entrevistados, o Jô é um excelente entrevistador. Eu diria que a Marília Gabriela tem uma boa postura, é razoavelmente simpática.

O que um jornalista precisa para ser um bom entrevistador?

Muniz — Em primeiro lugar conhecer o assunto. Em segundo, não ficar por demais fascinado pelo entrevistado. O fascínio pelo entrevistado mata a entrevista.

Parece que o senhor fala por experiência própria. O fascínio por algum entrevistado já o atrapalhou alguma vez?

Muniz — Fui aluno do Barthes e tinha fascínio por sua inteligência, por seu brilho intelectual. Sabia-se na época que ele era homossexual. Mas quando o entrevistei não tive coragem de tocar no assunto. Eram os meados dos anos 60. Na verdade o Barthes era charmoso, sensível e jogava charme até mesmo para as mulheres. Tudo em vão, claro.

Qual a importância da entrevista para os dias de hoje?

Muniz — Eu gosto cada vez menos do jornalismo que se faz atualmente e a entrevista é uma técnica que não evoluiu muito. As entrevistas podiam ser melhores. Quando há liberdade, uma entrevista longa e bem feita para uma grande matéria, acaba sendo uma coisa fantástica. Algumas entrevistas resultam em trabalhos jornalísticos excelentes como esse livro Abusado do Caco Barcelos, um livro revelador com entrevistas com Marcinho VP, com a mãe dele. E uma dimensão que os jornais não dão e só um trabalho de entrevistas mais longas é capaz de dar porque os jornais têm usado mal as entrevistas. O livro de Caco é impressionante. Todo estudante de jornalismo devia ler.

O senhor também realiza pesquisas acadêmicas. Qual a melhor forma de usar uma entrevista nas pesquisas acadêmicas?

Muniz — Existem vários tipos de entrevistas para pesquisa. Existem as entrevistas destinadas às pesquisas quantitativas. Em geral, são questionários, que resultam em tabelas, em estatísticas. Mas acho que estas são pouco elucidativas. Acredito que nas pesquisas, sejam antropológicas ou sociológicas,

a entrevista não-directiva é fundamental, ou seja, deixar o entrevistado falar livremente. Em geral, os entrevistadores tendem a intervir, a tentar controlar, mas eu acho que quanto mais deixar falar, melhor. A entrevista é a arte da escuta. O bom entrevistador sabe escutar. Não é todo mundo que sabe fazer isso.

Última nota

Perguntar como a criança pergunta num pingue-pongue infinito

Nesta última nota gostaria de dizer que espero ter frustrado o leitor de duas formas. Primeiro aos que procuraram nesse pequeno livro um manual. Pelo menos não como conhecemos manuais. Se este for um manual, é cheio de incertezas, de dúvidas, de talvez. As entrevistas que deixei aqui foram bem reduzidas tanto em conteúdo como em número. Ainda assim, a segunda frustração que espero é que, ao lê-las, o leitor diga: "Talvez fizesse essas perguntas, mas, poderia ter perguntado outras coisas" e "Minhas interrogações são outras e não essas".

Se o leitor tiver essa sensação, quem sabe visualize o que penso. De minha parte, tenho esperanças de que os leitores façam suas próprias perguntas e que cresça neles uma entrevista distinta das que fiz, enfim, suas questões e, quem sabe, seus próprios textos.

Jornalistas e pesquisadores fazem vários tipos de entrevistas ao longo de sua vida profissional. Se perguntar é tão fundamental para o jornalismo e para as pesquisas, "a arte de saber ouvir", como bem disse Sodré, a relação com esse ofício não pode ser qualquer uma. Podemos estragar nossas perguntas de duas formas. Quando buscamos "arrancar" algo do entrevistado e quando nos impregnamos de arrogância e perguntamos imaginando saber as respostas ou apenas para comprovar nossas próprias opiniões e teses sobre um assunto. O que nos resta então? A honestidade da criança que, para além do o que é?, pergunta sempre por quê? E como?

Penso mesmo que devemos perguntar como as crianças perguntam. Como nós mesmos perguntávamos quando éramos crianças, se é que

conseguimos lembrar. A criança pergunta porque realmente quer saber a resposta. Por isso sempre ouve a resposta. Além disso, com suas perguntas, a criança desconcerta, muda a perspectiva, sempre coloca um outro ponto de vista que desarruma o que pensávamos arrumado. Tudo porque pergunta de verdade. Marcelo Gleiser, em seu livro, para mim muito marcante, *A dança do universo* (1997), reproduz um rápido diálogo com seu filho Andrew, então com sete anos:

Andrew. "Pai, existe alguma coisa que possa viajar mais rápido do que a luz?"

Gleiser. "Não".

Andrew: "E a escuridão?"

Diante da pergunta do filho o cientista apenas declara: "Nada como uma criança para nos lembrar dos vários modos de perceber a realidade à nossa volta" (Gleiser, 1997, p. 359).

Perguntamos porque não sabemos a resposta e queremos saber. Se conseguirmos essa honestidade até poderemos "arrancar" algo "revelador" de nosso entrevistado.

Em muitos momentos é importante que isso aconteça para apurar denúncias, esclarecer esquemas criminosos ou trazer fatos importantes à tona a respeito dos mais diversos assuntos. O jornalismo também é isso. Em qualquer perspectiva, no entanto, perguntar de verdade, querer ouvir de verdade é o que nos ajudará a construir uma boa entrevista, um bom texto, uma boa e honesta história.

Por fim, penso que perguntamos porque estamos todos incompletos. Problema nisso não vejo. Acredito que uma pequena conjunção impulsiona nossa vida: "Por quê?"

Gleiser, na entrevista publicada nesse livro, afirma que "Não saber é o que nos leva adiante". Está bem certo o cientista. Há muito queremos saber. Há muito perguntamos:

"Por quê?" e "Como?" Perguntas que, quando nos tomam, nos deixam irremediavelmente com espírito perguntadeiro. Esse espírito atravessa a história humana e hoje continua sendo urgente perguntarmos: "Por que as coisas acontecem?" e "Como acontecem?" A dimensão do por que e do como amplia o limite do simples "o que é?" Essa dimensão deve orientar nossas entrevistas como jornalistas e como pesquisadores.

Disse lá atrás que o entrevistado é alguém impregnado de respostas, mas será que é só isso? O destino da resposta é terminar ali, na hora em que a entrevista acaba? Suspeito que não. O destino da pergunta é suscitar uma resposta que, por sua vez, tem por destino fazer brotar uma nova pergunta. Per-gunta-resposta-pergunta.

Esse é o único esquema permitido na entrevista, mas, se ele acabar, é um esquema pobre, como a maioria dos esquemas. O jogo do pingue-pongue, aparentemente simples, é interminável, infinito. Se esse jogo for infinito, se a resposta for sempre uma nova pergunta, o entrevistador sairá da entrevista repleto sim, mas repleto de novos vazios, de novas questões.

Talvez seja por isso que não termino esse livro com uma afirmação. Provavelmente a terceira frustração para os leitores. Não quero um ponto final. O ponto que pretendo é outro. Deixo a palavra com o poeta Manoel de Barros, com quem desejo recomeçar nosso caminho: "Pode um homem enriquecer a natureza com a sua incompletude?"

Referências bibliográficas

Arbex, José.

- *O jornalismo canalha*. São Paulo, Casa Amarela, 2003.
- *Showjornalismo — A notícia como espetáculo*. São Paulo, Casa Amarela, 2003.

Barros, Manoel.

- *Compêndio para uso dos pássaros*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- *O livro das ignorâncias*. Rio de Janeiro, Record, 2004.
- *Livro sobre o nada*. Rio de Janeiro, Record, 2004.

Bourdieu, Pierre.

- *Razões práticas*. São Paulo, Papirus, 1997.
- *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2004.

Bucci, Eugênio.

- *Brasil em tempo de TV*. São Paulo, Boi-tempo, 2000.
- *Sobre ética e imprensa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

Ferrari, Maria Helena & Sodré, Muniz.

- *Técnica de reportagem*. São Paulo, Summus, 1986.

Gianotti, Vito & Santiago, Cláudia.

- *Comunicação sindical, a arte de falar para milhões*. Petrópolis, Vozes, 1997.

Gleiser, Marcelo.

- *A dança do universo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Kotcho, Ricardo.

- *A prática da reportagem*. São Paulo,  tica, 1995.

Marx, Karl.

— O capital. São Paulo, Abril, 1983.

Nicholson, Robert.

— A Grécia Antiga. São Paulo, Loyola: 1996.

Novaes, Adauto (org.).

— *O olhar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Poe, Edgar A.

— *Ficção completa, poesia e ensaios*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1965.

Saramago, José.

— *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.

Stela Guedes Caputo é mestre e doutora em educação pela PUC-Rio e formada em jornalismo. Fundou o jornal comunitário Baixada Notícias, no qual foi editora e repórter.

Trabalhou também em O Dia, na equipe que recebeu o prêmio nacional Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, na categoria Reportagem Escrita, em 1993. Em 2004, recebeu o prêmio de melhor edição de jornal sindical do país. Atualmente trabalha como jornalista na Associação de Docentes da UFF (ADUFF).

Uma das dúvidas mais recorrentes de alunos de jornalismo é sobre entrevistas. Angustiam-se com sua organização, com a abordagem do entrevistado, com o momento da entrevista em si, com sua edição. A preocupação se justifica. Como escrever sobre tantos assuntos tão diferentes? Como construir perguntas a respeito de pautas tão distintas? Por onde começar e como terminar? Como se comporta um jornalista ao entrevistar um teólogo, um ministro, um artista e um membro de grupo de extermínio?

A postura é a mesma? Há diferenças? O que ganhamos e o que perdemos com entrevistas por correio eletrônico e por telefone? Jornalistas e pesquisadores entrevistam da mesma maneira? Que singularidades guardam cada uma dessas funções? Todas estas perguntas são feitas no livro da jornalista Stela Guedes Caputo. As respostas certamente interessa a estudantes, jornalistas e pesquisadores que trabalham com entrevistas.

Esta obra foi digitalizada pelo grupo Digital Source para proporcionar, de maneira totalmente gratuita, o benefício de sua leitura àqueles que não podem comprá-la ou àqueles que necessitam de meios eletrônicos para ler. Dessa forma, a venda deste e-book ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação é totalmente condenável em qualquer circunstância. A generosidade e a humildade é a marca da distribuição, portanto distribua este livro livremente.

Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e a publicação de novas obras.



Viciados em Livros
seu grupo de compartilhamento de ebooks

<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>
[http://groups.google.com/group/Viciados em Livros](http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros)